

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciências Política

Daniella Motta da Silva

**O ÊXODO ÁRABE E A CRISE HUMANITÁRIA NA EUROPA:
CONTORNOS LEGAIS E AMBIVALÊNCIAS POLÍTICAS.**

Niterói, 2017.

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciências Política

Daniella Motta da Silva

**O ÊXODO ÁRABE E A CRISE HUMANITÁRIA NA EUROPA:
CONTORNOS LEGAIS E AMBIVALÊNCIAS POLÍTICAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Ciências Políticas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas.

Orientador: Marcial A. Garcia Suarez

Niterói, 2017.

Daniella Motta da Silva

**O ÊXODO ÁRABE E A CRISE HUMANITÁRIA NA EUROPA:
CONTORNOS LEGAIS E AMBIVALÊNCIAS POLÍTICAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Ciências Políticas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas.

Orientador: Marcial A. Garcia Suarez

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Dr.º Marcial A. Garcia Suarez (UFF) -Orientador

Prof.º Dr.º Rafael Antônio Duarte Villa (USP) -Examinador

Prof.º Dr.º Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF) -Examinador

Niterói, 2017.

“Todos os tempos e todos os povos olham revoltadamente através dos vossos véus; todos os costumes e todas as crenças falam confundidos através de vossas atitudes”.

(Assim falava Zaratustra, Nietzsche, 2012, p. 126)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar necessito me desculpar com aqueles que, por ventura, não estejam presentes nestes agradecimentos, mas, que tenham igualmente me auxiliado nesta empreitada, todos que estiveram comigo nestes últimos meses foram de grande importância para que este trabalho ganhasse forma.

Iniciarei, então, meus agradecimentos agradecendo ao Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal Fluminense e, conseqüentemente, todos aqueles que fazem parte do programa pela possibilidade de realização da pesquisa e por todo auxílio a mim dedicado.

Agradeço, igualmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo à pesquisa e por, através da bolsa de estudos, viabilizar a realização plena deste trabalho.

Reservo um agradecimento especial aos professores que fizeram parte da minha banca de defesa de projeto, Prof.º Dr.º Thiago Rodrigues, da UFF, e Prof.º Dr.º Maurício Santoro, da UERJ, pela disponibilidade e indispensável auxílio para que este trabalho fosse construído, com competentes críticas e sugestões em uma fase fundamental para a elaboração da pesquisa.

Agradeço, também, imensamente aos professores da banca de defesa de dissertação, Prof.º Dr.º Carlos Henrique Aguiar Serra, da UFF, e Prof.º Dr.º Rafael Antônio Duarte Villa, da USP, pela disponibilidade. Muito obrigada pela gentileza de aceitarem fazer parte desta banca.

Agradeço, principalmente, ao meu Orientador, Prof.º Dr.º Marcial A. Garcia Suarez, por todo auxílio e disponibilidade a mim dedicados nestes últimos meses. Aprendi muito nestes últimos dois anos, e devo muito deste aprendizado ao Prof.º Dr.º Marcial Suarez, acredito que esta pesquisa teria sido inviável sem seu auxílio e dedicação. Muito obrigada.

Por fim, agradeço a minha família e amigos pelo apoio e paciência que me dedicaram e me dedicam sempre. A todos que estiveram ao meu lado, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Nos últimos anos as solicitações de asilo na União Europeia se multiplicaram. Centenas de refugiados fugiram rumo ao continente, resultado, principalmente, da guerra civil que se instaurou na Síria. Até o mês de julho de 2015, segundo a Eurostat, aproximadamente 438 mil refugiados entraram com o pedido de asilo nos países do bloco europeu. Dito isto, este trabalho tem por objetivo analisar a conjuntura desafiadora atual pela qual a União Europeia vê-se confrontada, diante da absorção em massa de refugiados, majoritariamente de origem muçulmana, advindos, em especial, do conflito na Síria. Assim, tal questão será analisada sob a ótica da securitização da imigração e da segurança societal, sobretudo utilizando os autores das escolas de Paris e Copenhague. Buscando auxiliar na compreensão da formação da delicada conjuntura de crise humanitária que se instaurou nos países do bloco europeu, após a chagada, em quantidades alarmantes, de refugiados às fronteiras europeias.

PALAVRAS-CHAVE

União Europeia; Síria; Refugiados; Migração; Segurança.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	9
CAPÍTULO 1 – A EUROPA E O ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO TÊNUE QUE ATRAVESSA OS TEMPOS.	14
1.1 O OCIDENTE NO NASCIMENTO DO TERRORISMO FUNDAMENTALISTA.	25
1.1.1 O Estado Islâmico (ISIS) e a política do terror.	31
1.2 GUERRA CIVIL SÍRIA: AS RAÍZES DO CONFLITO.	38
1.2.1 Histórias de um dilema: uma população sem escolhas.	47
CAPÍTULO 2- A UNIÃO EUROPEIA E A QUESTÃO DOS REFUGIADOS.	53
2.1 QUEM SÃO ESSES REFUGIADOS?	57
2.2 COMENTANDO A LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE ASILO E IMIGRAÇÃO.	63
2.2.1 Acordo Schengen.	69
2.2.2 Diretiva do Regresso.	73
2.3 O CRESCIMENTO DA NOVA EXTREMA-DIREITA NA EUROPA.	76
2.3.1 O medo a favor da Extrema-direita.	83
CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA E A CRISE DOS REFUGIADOS.	88
3.1 UNIÃO EUROPEIA E IMIGRAÇÃO: A APARENTE ESTABILIDADE DO DESEQUILÍBRIO.	99
3.1.1 A Crise dos Refugiados e o alvorecer do descontentamento.	105
3.2 A UNIDADE COMUNITÁRIA AMEAÇADA: O DISCURSO DO BREXIT.	110
3.2.1 A ameaça do Brexit ao projeto europeu: Uma reação em cadeia?	118
3.3 A SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO É SOLUÇÃO PARA A SEGURANÇA NA EUROPA?	122
CAPÍTULO 4 – A RECENTE CRISE DOS REFUGIADOS: ENTRE CONFLITOS E ESPECTATIVAS.	127

4.1 A EUROPA COMO ROTA DE FUGA.	132
4.2 RUMOS DE UM FUTURO INCERTO.	141
CONCLUSÃO	147
GLOSSÁRIO	154
REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	157

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Sírios em países vizinhos e na Europa. Solicitações de refúgio de abril de 2011 até junho de 2015.....	52
FIGURA 2: Principais rotas de entrada de refugiados no continente europeu. Comparação realizada entre os anos de 2014 e 2015.	53
FIGURA 3: Informação Sócio demográfica_ Distribuição por idade e sexo dos sírios. 59	
FIGURA 4: Nível de educação dos refugiados sírios maiores de 4 anos.....	60
FIGURA 5: Razões para sair da Síria_ principal razão para deixar o país de origem. ..	61
FIGURA 6: Províncias de origem dos refugiados na Síria.	62
FIGURA 7: Número anual de pedidos de asilo recebidos pela UE-28 países, Noruega e Suíça, de 1985 a 2015.....	88

INTRODUÇÃO.

Logo nos meses iniciais do ano de 2011 a Síria iniciou um processo revolucionário em oposição ao regime ditatorial de Bashar al-Assad, seguindo a onda de movimentos anti-regime iniciada na Tunísia, e que se alastrou por todo Oriente Médio e África do Norte, desencadeando uma série de protestos e levantes por todo Mundo Árabe, que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe. Movimentos que trariam à tona o descontentamento destes grupos referente às condições de fragilidade socioeconômica, instabilidades dos sistemas políticos ditatoriais e a falta de liberdade nesses países. Na Síria tal levante gerou, uma guerra civil que se iniciou em 2011 e se arrasta até hoje, se espalhando rapidamente pelo país, entre a oposição armada e as forças militares do governo. Até agosto de 2013, cerca de dois anos após o início do conflito, segundo as Nações Unidas, já contabilizavam-se mais de 93 mil mortos, e o número de refugiados, por outro lado, já ultrapassava os 2 milhões.

A Guerra Civil intensificou a instabilidade política no país, o que por sua vez, desencadeou uma verdadeira crise humanitária, nas fronteiras europeias, aliada a outros graves episódios internacionais, os quais juntos sustentam a conjuntura crítica que, principalmente, desde de 2015 assola o mundo. Como o Afeganistão, que fora até o início do conflito na Síria o principal país de origem dos refugiados que chegavam até o território europeu, devido aos vários conflitos pelos quais o país vem passando nos últimos anos, em especial a onda de violência causada pela tentativa de retomada do poder do regime Talibã.

Somando-se a grande repressão ditatorial com a qual a Eritreia convive desde sua independência em 1993. Por outro lado, também, está a Somália vivendo recorrentes conflitos internos e secas esporádicas que comprometem a segurança alimentar da população, além da Nigéria que sofre com a insurgência do grupo radical *Boku Haram*¹. Assim, tais instabilidades incrementam, o cenário crítico de refugiados na Europa. Milhares de imigrantes e refugiados, em condições de vulnerabilidade, iniciaram uma migração em massa até as principais rotas fronteiriças, no Mediterrâneo e

¹ Boko Haram é um grupo terrorista islâmico, que acredita que a política no norte da Nigéria foi apreendida por corruptos, falsos muçulmanos. O Boko Haram deseja travar uma guerra contra eles, e a República Federal da Nigéria como um todo, para criar um Estado islâmico "puro" governado pela lei islâmica da sharia. (What Is Boko Haram? Disponível em:< <http://www.usip.org/>>. Tradução Própria.).

Oeste dos Bálcãs, em quantidades nunca antes presenciadas. Os pedidos de asilo para a Europa se multiplicaram, cerca de 438 mil refugiados entraram com o pedido de asilo junto à União Europeia (UE) até o fim do mês de julho de 2015, segundo estimativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Mais de cinco anos de conflito armado na Síria geraram perdas incalculáveis e centenas de milhares de deslocados, muitos destes buscaram no continente Europeu a esperança de fuga das muitas mazelas a que se viram diante, por conta da devastação causada pela guerra. Portanto, este trabalho versa sobre a conjuntura crítica, que culminou em uma verdadeira crise humanitária, pela qual, perpassa a União Europeia, frente a recepção em massa de refugiados e imigrantes. No entanto, este trabalho, em questão, priorizará a análise deste cenário, no que tange, especificamente, os refugiados extra-comunitários, majoritariamente de origem islâmica, advindos da Síria, após a eclosão da Guerra Civil. Tendo por objetivo, pesquisar a construção do cenário de crise humanitária na Europa, configurado especialmente entre os anos de 2015 e 2016, acolhendo os estudos sobre segurança das escolas de Copenhague e Paris, com vistas a desenvolver uma análise sobre a capacidade de realização conjunta do bloco europeu, diante da necessidade eminente de ações de acolhimento, e seus mais visíveis entraves, a securitização da imigração e o avanço da extrema-direita.

Neste sentido, há que se mencionar que, no que tange as migrações em si pode-se, de maneira ampla, separá-las em dois grandes grupos, um deles formado pelas migrações forçadas, e outro pelas voluntárias. Migrações voluntárias se configuram, basicamente, quando o indivíduo migrante em questão não a faz por estar sendo, de nenhuma maneira, coagido, pressionado, ou realiza tal ato por medo de perseguição de qualquer espécie, sendo assim, nada que seja externo à sua própria vontade o induz a deixar seu país ou região originária, em busca de se estabelecer em outra localidade, *“that is, migration by individuals who have left their homes of their own accord to pursue economic opportunities, for personal enrichment, or to be reunited with their families”*². Dia após dia, milhares de pessoas migram a procura de melhores condições, seja por questões financeiras, acadêmicas, ou ainda familiares, porém, neste caso não se pode julgar que tais indivíduos que migram por vontade própria, ainda que por problemas específicos, como a necessidade de buscar o reagrupamento familiar, ou

² Adamson, 2006, p. 171.

melhores condições de trabalho, tenham sido de alguma forma coagidos a deixarem suas residências de origem.

Em contrapartida, migrações forçadas se configuram pelo fato de que tais migrantes se sentem, de alguma maneira, coagidos a deixar suas residências, diante de violações graves dos Direitos Humanos, por questões de perseguição, violência extrema, catástrofes naturais, miséria, conflitos, sendo internos ou internacionais, enfim, abarcando um conjunto de situações em que a fuga se torna uma necessidade, “*forced migration, includes refugees and displaced persons. Involuntary migration can stem from a variety of causes, including human slavery, ethnic cleansing, and deportation*”³. É importante assinalar que migrantes não são somente aqueles que traspassam os limites das fronteiras externas, centenas de milhares de pessoas hoje vivem em situação de deslocados internos que, diferentemente daqueles que emigram, deixam suas localidades de origem para se estabelecerem em outras regiões do mesmo país.

Em meio as causas vistas para se configurar uma migração como forçada, há um grupo específico que recebe proteção internacional, sobre as bases da Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e de seu protocolo adicional de 1967. Estes são os referidos refugiados estatutários, ou apenas refugiados, como geralmente serão referidos neste trabalho. Desta mesma forma, com vistas a explicar as escolhas de nomenclatura, como nos textos, relativos à União Europeia, asilo e refúgio, não obtém nenhuma significativa diferenciação terminológica, neste trabalho, ambos serão utilizados como sinônimos.

Assim sendo, o Direito Internacional elucida e protege os refugiados. Os fundamentos legais de tais dispositivos vêm, ao longo das últimas décadas, influenciando grandes quantidades de leis e costumes internacionais, regionais e nacionais. A Convenção de 1951 precisa que tipo de migrante deve ser considerado refugiado e demarca os direitos básicos que os Estados Nacionais necessitam garantir a eles. Desta maneira, um dos elementos substanciais implementados pelo Direito Internacional é o princípio da não repulsão, que proíbe a devolução e expulsão de refugiados, que tenham comprovada sua situação de vulnerabilidade, no sentido de que correm riscos efetivos de terem restringidas suas vidas ou liberdades nos países para onde regressariam. A proteção dos refugiados é estruturada sobre vários aspectos, que compreendem, a proteção contra a devolução aos riscos que os levaram a fugir; o

³ Idem.

alcance à processos de asilo justos e eficazes; e políticas que assegurem que se cumpram seus direitos humanos básicos e que lhes proporcione condições apropriadas de vida e segurança, para que possam se estabelecer no Estado receptor. Este Estado tem a responsabilidade fundamental de garantir proteção aos refugiados.

O imigrante, no entanto, decide por conta própria se deslocar, não por questões alheias de risco direto de perseguição ou morte, e sim, geralmente, em busca de melhores condições de vida, procurando trabalho ou educação de melhor qualidade, ou ainda, por razões de reagrupamento familiar, por exemplo. A principal diferença entre os imigrantes e refugiados, que por receio de perseguições ou morte não podem ou não desejam retornar aos seus países, é que os imigrantes prosseguem obtendo a proteção do seu governo. Para os Estados esta é uma distinção muito importante. Os países lidam com os imigrantes de acordo com suas respectivas legislações e procedimentos, em matéria de imigração, nacionais. Ao passo que, procedem com os refugiados segundo as regras sobre refúgio e proteção dos refugiados determinadas, tanto pela legislação nacional, como também, pelo Direito Internacional. Os Estados possuem obrigações singulares diante de qualquer indivíduo que seja solicitante de refúgio, dentro de suas fronteiras.

A despeito do fato de ser habitual o fluxo misto de pessoas, este trabalho se aterá, primordialmente, ao grupo dos migrantes forçados, especificamente, aqueles protegidos pela Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, ou seja, aos refugiados que recebem proteção suplementar da Agência das Nações Unidas para Refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados (ACNUR). Muito embora, no dado estudo a imigração também seja uma questão presente, permeando a análise, o foco principal deste trabalho corresponde à uma pesquisa realizada priorizando a categoria dos refugiados, neste caso em particular, daqueles originários do conflito na Síria. Tal recorte é importante para que se possa atingir o objetivo central, de observar e analisar a formação da conjuntura de crise humanitária que, desde 2015 em especial, vêm assolando os países da União Europeia, diante da recepção em massa de refugiados islâmicos, principalmente sírios.

Para tanto, explorarei uma pesquisa histórica, a ser realizada logo no primeiro capítulo, utilizando-me, primeiramente, de dois autores principais, que ainda que em lados opostos do debateⁱ, não visam nada além do que contar a mesma história, mesmo que, reconhecidamente, de formas diferentes, das relações entre o Ocidente e o Oriente

Médio. Vejo como importante abarcar um recorte teórico que constitua não apenas um lado, mas um todo, de um ângulo a visão “orientalista”, de outro, àquela guiada pela necessidade de autogoverno da historicidade do Oriente, aliados em prol da História. Em sequência, serão analisadas questões de igual importância para a compreensão do cenário, que se instauraria em meados da segunda década do século XXI. No desenrolar, da pesquisa, serão observados, igualmente, o surgimento do modelo de terrorismo fundamentalista moderno, de origem *jihadista*, e como as políticas Ocidentais para o Oriente Médio auxiliaram em seu fomento; além do nascimento da maior ameaça terrorista da atualidade, o Estado Islâmico (ISIS); e por fim, a história moderna do Estado Sírio, principalmente, no que tange aos regimes Assad, e como se desencadeou a Guerra Civil no país.

O capítulo 2 se inicia com a constatação das muitas mazelas da crise, por meio de números e dados enfileirados no decorrer da narrativa, são expostos, assim, aos poucos alguns dos números mais importantes da crise humanitária. Para que, posteriormente, seja realizado um estudo, com vistas a alcançar uma compreensão mais aprofundada do perfil relativo aos refugiados, em específico, advindos da guerra civil síria, especialmente, àqueles que adentram o continente europeu por meio das rotas do Mar Mediterrâneo, tomando como recorte exemplar, um grupo de refugiados aportados nas ilhas gregas no primeiro mês de 2016. Prosseguindo a análise com um estudo básico acerca da legislação europeia, no que consiste às regras de asilo e refúgio, presentes singularmente no Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). Por fim, no dado capítulo, objetiva-se abarcar as dificuldades enfrentadas pelas governanças locais, no sentido de inserir os milhares de refugiados, neste mesmo momento, já delimitados, às sociedades europeias, mesmo diante de um arcabouço legal que os apoie. Busco analisar, assim, o avanço dos partidos de extrema-direita em grande parte dos Estados europeus, e como o receio por parte das populações locais, frente a chegada dos refugiados, incrementa tal cenário.

Neste sentido, realizo um *link* para com o capítulo seguinte, a tratar-se das questões relativas à segurança. Este capítulo foi dedicado, quase integralmente, a exposição do arcabouço teórico. Portanto, fiz a escolha por manter na língua original, a quase totalidade, das citações, acreditando que assim se mantém íntegra a ideia central de cada autor. Primeiramente, realizo uma breve análise acerca das práticas de segurança comuns no âmbito da União Europeia. Prosseguindo, com um estudo sobre

Securitização da imigração, incluindo duas escolas principais, Copenhague e Paris, utilizando-me de alguns autores essenciais, para avaliar a relação dos Estados-Membros, antes e depois da eclosão da crise dos refugiados, quando o assunto é segurança nacional e comunitária. De forma exemplar, realizo uma breve análise sobre a campanha pela saída do Reino Unido do bloco europeu, utilizando o conceito de Segurança Societal, prossigo, observando as incertezas e possibilidades de o processo do “Brexit” representar apenas o início de uma reação com o poder de, até mesmo, desmembrar à longo prazo, o até então, aparentemente inabalável, bloco europeu.

No último capítulo, dedico-me a um estudo dos dados apresentados ao longo da dissertação, retornando a questões essenciais, e me estendendo a uma análise sucinta do que aguarda o futuro da União Europeia, apontando temas como, as eleições a serem realizadas no ano de 2017. Por fim, é imprescindível lembrar que este trabalho foi escrito, substancialmente, entre os anos de 2015 e 2016, enquanto a crise humanitária e a guerra civil na Síria ainda evoluíam, mantendo-me sempre alerta aos noticiários. Em razão de, tanto o conflito sírio, quanto a crise na Europa, provavelmente ainda prosseguirem por um tempo indeterminável. Desta forma, tal estudo, busca elucidar questões importantes acerca do estabelecimento da conjuntura crítica, não desejando antecipar resolução alguma, e sim auxiliar o leitor na tarefa de compreender o contexto analisado, com base no alicerce teórico estabelecido.

CAPÍTULO 1 – A EUROPA E O ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO TÊNUE QUE ATRAVESSA OS TEMPOS.

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie — acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras. (Edward W. Said, 2011, p. 44)

O mundo Ocidental, como verifica Bernard Lewis (2004), utiliza como elemento essencial da organização social o conceito de nação. Desta forma, esta integralidade se subdivide sobre preceitos variados, sendo que um destes agrupa a religião. Entretanto,

no mundo mulçumano há uma tendência em se observar o mundo não tendo como pilar de divisão e organização a nação, mas sim, vislumbrar a totalidade diretamente ligada à religião, sendo assim, não, como no ocidente, uma nação dividida por características específicas, dentre elas a religião, ou seja, nada senão, uma religião separada em nações. Ainda segundo o autor, muito desta propensão singular se deve, certamente, a circunstância em que a maior parte destes Estados se formaram, afinal, a maioria dos Estados-nações que hoje estruturam as terras do Oriente Médio são jovens configurações resultantes de um passado recente de dominação imperialista anglo-francesa, que se instaurou após a derrota do Império Otomano⁴.

Tais Estados mantiveram as definições fronteiriças e as limitações nacionais impostas pela antiga dominação imperialista. O Iraque, por exemplo, que era uma província medieval, obtinha, tempos atrás, uma configuração muito diferente da que possui atualmente, da qual, não fazia parte a mesopotâmia, ao norte, e por outro lado, compreendia parte do Irã ocidental⁵. Segundo Lewis (2004), inclusive as nomenclaturas dadas aos Estados, demonstram como é ilusória a organização das fronteiras vigentes. Síria, Palestina e Líbia eram nomes usados apenas na antiguidade clássica, e perdidos por muitos séculos, até serem resgatados e instituídos pelas potências imperialistas, juntamente com as novas, e por vezes, redesenhadas fronteiras, igualmente impostas pelos antigos dominadores europeus no século XX.

Deste modo, entre essas muitas comunidades, residentes em uma amplidão territorial que englobavam áreas que se prolongavam do Atlântico ao golfo Pérsico, cortadas por áridos desertos, guiadas por dinastias que ascendiam, decaíam e rivalizavam arduamente em busca de dominarem os escassos recursos, ainda assim, no entanto, prevalecia um elo comum, no início, o conjunto dominante da sociedade e, aos poucos, quase que sua totalidade, professava a fé islâmica, construindo sua vida pelos moldes do Corão, o livro sagrado, revelado ao profeta Maomé em língua árabe. Aqueles que admitiam o Islã se tornavam parte integrante da comunidade, a *umma*⁶. Pelas palavras do Corão o sentimento de pertença está ligado diretamente ao ato religioso, a

⁴ No final do séc. XIX o Império Otomano já estava desmantelado, pelas disputas territoriais contra países europeus, e juntamente com as investidas colonialistas, viu sua presença na Europa e na África ser reduzida drasticamente. Tendo seu fim definitivo após a Segunda Guerra Mundial, com o Tratado de Sèvres.

⁵ Bernard Lewis, 2004.

⁶ A comunidade mundial do Islã, na qual diferenças de cunho étnico, nacional, social e econômico são vistas como insignificantes.

vivência da *umma*, a comunidade de Deus, o que, por sua vez, explicita uma das mais importantes peculiaridades daqueles, cuja fé é o Islã. Em busca de compreender e respeitar os mandamentos do Islamismo, homens e mulheres devem se empenhar na construção de um vínculo verdadeiro com Alá e, igualmente, mutualmente dentre os que compartilham de sua fé⁷.

Sob o ponto de vista territorial o auge da civilização islâmica se prolongava do Marrocos à Indonésia, do Cazaquistão ao Senegal. Do ponto de vista temporal, necessita-se transportar-se há mais de 14 séculos atrás, ao início da caminhada e da missão do profeta Maomé na Arábia, durante o séc. VII d.C., período em que foi estabelecido o Estado Islâmico e sua comunidade. Em uma época que muito da historiografia europeia ainda trata como um vácuo temporal entre a ruína das civilizações antigas e o alvorecer da sociedade moderna europeia. Era na qual florescia a civilização islâmica, na dianteira do mundo, a sociedade cunhada pelo Islã fora notável, especialmente, por seus reinos impressionantes, por sua riqueza e multiplicidade na indústria e no comércio, além, de seus progressos nas ciências e nas artes⁸.

Ante o aspecto religioso, o Islamismo é, por muitas perspectivas, a religião, professada em grandes partes do Oriente, que mais se assemelha à tradição judaico-cristã. “*A Cristandade e o Islã são, de muitas maneiras, civilizações irmãs, ambas derivadas de uma mesma herança- a revelação e profecia judaicas e a filosofia e ciência gregas- nutridas pelas imemoriais tradições do Oriente Médio antigo*” (Lewis, 2004, p.26). Ainda assim, no decorrer da ampla história que une as duas civilizações, na maior parte do tempo, estas se viram em lados opostos, impulsionadas a batalharem em combates árduos que, apesar disso, demonstram, em meio ao conflito, a origem que compartilham, revelando suas características semelhantes que, ao mesmo tempo, as unem e as diferenciam das civilizações do Oriente mais extremo⁹.

Entretanto, da mesma forma que existem similitudes, existem, igualmente, importantes diferenças que ultrapassam em muito as evidentes divergências, quanto aos dogmas e cultos religiosos. Em um ponto específico estas disparidades se tornam extremamente claras, isso se refere às ações legitimadas pelo conjunto teológico e

⁷ Bernard Lewis, 2004.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

cultural expresso sobre o vínculo entre religião, política e governança, e sociedade. A característica tão importante e crucial para a civilização Ocidental e Cristã, que separa o que pertence ao “César” daquilo que é coisa pública, o reino dos homens, do que pertence à Deus, a igreja, a segregação fundamental à Cristandade Ocidental não encontra no Islã nenhuma correlação. No tempo de Maomé, sob sua liderança, o islã originou-se como comunidade religiosa e, também, ao mesmo passo construiu-se como comunidade política, observando na figura do Profeta um líder religioso e político¹⁰.

A Terra Santa para os seguidores do islã representa essencialmente territórios na Arábia, singularmente a localidade do *Hijaz*¹¹ e suas cidades sagradas para o povo muçumano, Meca, local de nascimento do Profeta, e Medina, território onde alvoreceu o primeiro Estado Islâmico, região na qual, os primeiros muçulmanos professaram sua fé e que, até hoje, é vista como um sustentáculo do islamismo. Os primeiros califas, assim como, o próprio Profeta, viveram e morreram na Arábia, logo, a partir daí a região tornou-se o coração da civilização islâmica e pano de fundo de suas maiores e mais impressionantes ações, com ressalva à um momento curto de grande importância da região síria, e ao Iraque, especialmente sua capital, Bagdá, que sediou o califado por quase cinco séculos. Assim, para o povo muçumano, não se poderá abnegar, em nenhuma hipótese, de parte alguma da Terra que, para eles, pertence ao âmbito de autoridade do Islã¹².

Ainda durante a vida do Profeta e depois, o islã demonstra-se singularmente dual, se por um lado é uma comunidade religiosa instaurada pelas palavras do Profeta e guiada por seus sucessores configura-se, igualmente, como sendo uma comunidade política, uma unidade que se tornaria um Estado, e mais, um Império. Maomé prevaleceu sobre seus inimigos durante sua vida e morreu como soberano pleno, dominante e poderoso. Em contrapartida de outras religiões, que se estabeleceram cercadas por uma áurea de mistério, o Islã nasceu sobre as lentes límpidas da história¹³. “*As suas raízes não vão além da superfície, a vida do seu fundador, é-nos tão familiar quanto a dos Reformadores do século XVI*” (Ernest Renan apud Lewis, 1982).

¹⁰ Idem.

¹¹ The Hijaz (Hejaz, Hedjaz), the holy land of Islam, is a geographical region that comprises most of the western part of modern-day Saudi Arabia and is centered on the two holiest Muslim cities—Mecca (also Makka, Makkah) and Madina (Medina, al-Madinah). Oxford Bibliographies [online]. Disponível em: <<http://www.oxfordbibliographies.com/>>.

¹² Bernard Lewis, 2004.

¹³ Idem.

O que fica claro, neste sentido, é que o Islã se preocupa com a política e o maior exemplo disso é a existência da *sharia*, a lei sagrada dos muçulmanos. No entanto, salvo no sentido indutivo, o Corão não estabelece em si, propriamente, um sistema estruturado de doutrinas previamente determinadas, e sim, demonstra aos homens a forma como espera que os que abraçam a fé ajam. A *sharia* é para o Islã, sobretudo, uma revelação do próprio Deus ao Profeta, contendo o que o seu povo deve fazer para agradar a Ele e, igualmente, como serão julgados por Ele, caso não o façam. As ordens e os fundamentos definidos pela lei islâmica reportam-se ao relacionamento estabelecido pelos muçulmanos com o próprio Deus, e as formas de adoração, bem como, também, sua relação com os homens, seus iguais. A observação acerca do Corão e a aplicação pela primeira sociedade islâmica geraram, de modo geral, um consentimento relacionado a algumas atribuições elementares do islã. Dentre estes procedimentos singulares, pode-se colocar o empenho em prosseguir no caminho de Deus, a *jihad*, que pode ter um sentido mais extenso ou mais particular¹⁴.

Uma das tarefas elementares legadas aos muçulmanos pelo Profeta era a *jihad*. Essa palavra vem da raiz arábica j-h-d, significando basicamente empenho ou esforço. Com frequência, é usada em textos clássicos com um sentido bastante próximo de batalha e, portanto, também luta. É usualmente citada no versículo do Alcorão “esforçando-se no caminho de Deus” (p.ex., IX, 24; LX, 1 etc.), e tem recebido várias interpretações no sentido de esforço moral e luta armada. (Lewis, 2004, p. 45)

A *jihad*, guerra contra aqueles que venham a ameaçar a *umma*, seja tal ameaça advinda de infiéis estrangeiros hostis, ou ainda, não-muçulmanos internos que quebrassem o acordo de proteção, seria vista e considerada um legítimo compromisso de todos da comunidade islâmica. Porém, posteriormente a grande expansão do mundo islâmico, durante os primeiros séculos após a queda dos regimes da antiguidade, e, especialmente, com o prelúdio do contra-ataque da Europa Ocidental, nos séculos seguintes, o sentido da *jihad* aproximou-se, cada vez mais, de uma definição essencialmente ligada ao conflito armado. Após o final dos anos de 1950, o debate sobre o sentido real da *jihad* tem estado entre os conceitos de contracruzada, luta colonial e revolução¹⁵.

Criada após a morte do profeta Maomé pela *Ulema* (a comunidade global de eruditos religiosos muçulmanos), a *jihad* é fruto do aprimoramento dos ensinamentos do Alcorão e do Profeta. Contudo, existem dois tipos de *jihad*: a

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

jihad maior, que é quase exclusivamente espiritual, ou seja, que envolve a luta cotidiana de cada um dos fiéis contra as tentações do mundo, e a *jihad* menor, a luta material contra um inimigo. (Napoleoni, 2016, p. 97)

A presença de expressivas forças competindo entre si é uma constante na longa história do Oriente Médio. Os Persas obtiveram no passado um papel de grande importância para a região, fosse combatendo os gregos, ou mesmo, depois, durante a era islâmica, em disputas com os sunitas, por conta da ruptura entre os considerados descendentes do Profeta Maomé e aqueles que reconheciam a liderança de Abu Bakr¹⁶. Os séculos que se seguiram, se caracterizaram pela ascensão do Império Turco-Otomano, que submeteu ao seu controle a ordem regional, durante algumas centenas de anos, incorporando ao seu círculo de dominação povos dos mais variados, búlgaros, assim como, sérvios e gregos, ou mesmo, árabes da região da mesopotâmia, ainda, do Crescente Fértil¹⁷, e da Península Arábica ao Magreb (Hourani, 2006). No despontar do século XIX, novos atores surgiram, por consequência do processo de imperialismo. No século seguinte, como resultado do fim da dominação imperialista e do processo de descolonização, muito ainda se modificou na ordem social do Oriente próximo.

A ocupação em Jerusalém pelos exércitos cruzados em 1099 d.C. representou uma das maiores vitórias da Cristandade, no entanto, para o povo muçulmano tal passagem foi uma grande catástrofe. A ativa contracruzada somente acabaria por ocorrer um século mais tarde, derrotando e expulsando os cruzados daquele território. Assim, a partir deste momento, no decorrer do califado árabe medieval e, ainda, durante o controle das dinastias persa e turca, o Império do Islã era o poder em ascensão no mundo, a potência mais rica, criativa e desenvolvida. Seu poder na região fez com que, durante a maior parcela da Idade Média, restasse a Cristandade se manter em eterna atitude de defesa. Apenas, no século XV, o contra-ataque do Ocidente Cristão ocorreria. Neste período, os Tártaros foram varridos para fora da Rússia, e os mouros, igualmente, da Espanha. Todavia, no sudeste europeu, o poder do Império Islâmico ainda prevaleceria¹⁸.

¹⁶ Abdullah ibn Abi Quhafah, mais conhecido como, Abu Bakr, sogro e um dos principais seguidores do Profeta Maomé. Foi o primeiro Califa do Islã.

¹⁷ Nome dado a uma região do Oriente Médio, que incluía áreas da Mesopotâmia e do Levante, territórios hoje parte da Palestina, Israel, Jordânia, Líbano, Síria e Chipre, demarcado ao sul pelo deserto da Síria e ao norte pelo Planalto da Anatólia. Recebeu esta alcunha pelo formato de lua crescente da região e pela fertilidade e propensão a agricultura de suas terras.

¹⁸ Hourani, 2006.

Os otomanos salvaguardaram sem cessar as fronteiras do islã e as alargaram sempre que foram capazes. Tiveram que enfrentar ameaças de todos os lados, por um lado os Iranianos safávidas, ao leste, e do outro lado, as potências da Europa cristã. O Império Bizantino dissipou-se com a derrocada de Constantinopla em 1453, o Estado Otomano surgira a partir da Rússia, se autoproclamando herdeiro de Bizâncio, no entanto, apenas iniciou seu progresso sobre o sul, pelo Mar Negro, nas últimas décadas do século XVII. A maior dificuldade, no entanto, não estava nesta região, e sim, advinha das três grandes potências cristãs do norte e do oeste da bacia do Mediterrâneo, Espanha, Sacro Império Romano, logicamente, também sua dilatação ao sul da Itália, e Veneza, juntamente com suas colônias no Mediterrâneo Oriental. No fim do século XVI, no entanto, construíram-se fronteiras relativamente estáveis na região. As mais fundamentais regiões anexadas ao Império Otomano, habitando no ceio de seu sistema de dominação burocrática e perante a jurisdição de uma lei única, construíram uma ampla zona comercial, na qual, pessoas e bens circulavam com certa segurança¹⁹.

Vivendo no interior do Império Otomano ou mesmo fora de sua fronteira, àqueles que professavam a fé islâmica e se comunicavam em língua árabe, obtinham um sentimento de pertencimento comum, que se projetava em um elo muito mais profundo que um simples acordo político, ou de interesses. Entre estes ou, além disso, entre estes e os que, ainda que não se expressassem em turco ou persa, ou outras línguas do mundo islâmico, professavam a mesma fé, existia a impressão entusiasta de fazer parte de uma configuração de mundo estável e perdurável, formada pela revelação última de Deus, que por via do Profeta, se manifestou em várias maneiras de pensamento e ações sociais como, o Corão, as tradições do Profeta, o sistema legal, ou mesmo, um costume de atividade social exemplar.

E então vieram as mudanças. O poder do Império Otomano foi posto em teste, e derrotas se seguiram de outras ainda mais e mais pesadas. As potências europeias da cristandade libertaram suas próprias terras do domínio islâmico, e não parou por aí, seguindo seus anteriormente dominadores invadiram os territórios Otomanos, também, na Ásia e na África. Até menores e menos potentes governos europeus, como Holanda e Portugal, conseguiram estruturar amplos impérios no Leste e exercer uma prevalecente

¹⁹ Idem.

atribuição no comércio local. Consequentemente, logo que as guerras napoleônicas se findaram, o poder e a atuação dos Estados europeus expandiram-se ainda mais²⁰.

Em 1914, os antagonismos das potências europeias despedaçavam as barreiras pela percepção de sorte comum e pelas recordações das guerras napoleônicas. O Império Otomano tornar-se-ia marca essencial de onde tais rivalidades aguçavam-se, por conta de sua fragilidade e, em especial, dos consideráveis interesses em jogo ali. Desta forma, em 1918, o controle bélico da Grã-Bretanha e da França nas regiões do Oriente Médio e Magreb já eram tão vigorosos como nunca antes visto. Assim, o forte governo imperial, cujo domínio na maioria dos países árabes se mantivera por séculos, prestando certa proteção em oposição ao domínio europeu, foi desmantelado e sem demora desapareceria por completo. Logo, a estrutura política que grande parte dos árabes reconheceu por séculos se desfizera. Tais alterações na vida social local mostraram-se fortemente efetivas na maneira com que os muçulmanos, ativos e conscientes politicamente, refletiam acerca si mesmos e na forma como definiam sua identidade política. Gerando conflitos sobre como guiarão, a partir de ali, suas vidas no ceio da nova sociedade política de dominação estrangeira²¹.

Muita gente no chamado mundo ocidental ou metropolitano, bem como seus parceiros do Terceiro Mundo ou das ex-colônias, concorda que a época do grande imperialismo clássico [...] continua a exercer, de uma ou outra maneira, uma influência cultural considerável no presente. Pelas mais variadas razões, sente-se uma nova premência de entender o que permanece ou não permanece no passado, e essa premência se introduz nas percepções do presente e do futuro. (Said, 2011, p. 49)

A dinâmica das ações dos europeus em território islâmico transpassou diferentes momentos. Em um primeiro, a expansão comercial era o objetivo principal, o que foi, aos olhos locais, direcionada à exploração dos mulçumanos e de seus países, de todos os ângulos possíveis, por um lado, como mercado consumidor, por outro, como provedor de matéria-prima. Em seguida, veio a conquista armada e o estabelecimento de uma dominação efetiva, norteadas por uma tomada territorial pelas forças imperialistas. Assim, as nações da Europa exerceram o controle concreto da região, dominando extensões essenciais do território islâmico. Nestas áreas as potências imperialistas instituíram seu governo de maneiras diferentes e por tempos distintos²².

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

No mundo islâmico, o intervalo de tempo em que as potências anglo-francesas impuseram sua dominação, se iniciou com o controle francês sobre a Argélia, em 1830, e se seguiu continuamente, até chegar ao seu apogeu com a repartição das províncias árabicas otomanas do Crescente Fértil entre as duas maiores forças europeias ocidentais, França e Inglaterra. Com a eclosão da Primeira Guerra em 1914, e a entrada do Império Otomano no conflito, em novembro do mesmo ano, para lutar ao lado da Alemanha e da Áustria, contra a Inglaterra, França e Rússia, seu território se tornou um imenso campo de batalhas²³.

O exército otomano, com o auxílio de seus aliados, lutava contra os russos em sua fronteira nordeste, e ainda tinha que combater uma coalizão quase que integralmente britânica em suas províncias árabes. Nos primeiros anos o exército otomano até chegou a ameaçar a posição britânica nas terras do Egito, no entanto, logo, um exército britânico, composto também de aliados, avançou sobre a Palestina, e ao final da guerra já ocupava toda a região da Síria. Paralelamente à essas batalhas, forças britânicas e indianas invadiam o Iraque, no alto do golfo Pérsico, e no momento em que se deu o fim do conflito já dominavam todo o Iraque. Muito embora, qualquer que fosse o período ou a forma de governo, os Estados europeus deixaram seu rastro em todos os países que sofreram sua dominação imperialista²⁴.

Com o fim da Guerra, o Império Otomano perdeu suas províncias árabes para os Aliados, tendo seu território reduzido à Anatólia²⁵ e uma pequena porção de terras na Europa, assim, o Sultão diante do controle de marinhas e emissários dos Aliados em sua capital, Istambul, se viu obrigado a assinar um tratado de paz devastador, o Tratado de Sèvres, em 1920, que impunha uma tutela estrangeira tácita ao seu governo. Porém, a guerra de independência turca pressionou os antigos Aliados à uma nova empreitada de negociações, que resultaram na formação de uma república turca e no fim do Sultanato. Tais mudanças foram instituídas pelos Aliados, em 1923, com o Tratado de Lausanne, pondo fim de fato ao que restava do Império Otomano²⁶. A Liga das Nações, com o fim da Guerra, concedeu a França o controle sobre as regiões da Síria e do Líbano, e ao Reino Unido coube a administração da Mesopotâmia e da Palestina, que incluíam

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Anatólia, ou península da anatóliana, com também é conhecida, é uma região situada no extremo oeste asiático, que hoje é parte integrante do território turco, do lado asiático. Localizada entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo.

²⁶ Deutsche Welle [online]. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1924-fim-do-califado-na-turquia/>>

Palestina e Transjordânia²⁷. O resultado da influência imperialista era incalculável e foi contemplado, sob a ótica da maior parte dos árabes, residentes locais, como sendo extremamente pernicioso para a região.

Quando a Segunda Guerra Mundial começou, o mundo árabe aparentava uma firmeza e segurança inabaláveis sob o controle dos sistemas imperialistas anglo-franceses. Alguns mais nacionalistas podiam até esperar uma mudança que favorecesse suas posições no império, no entanto, a elevação militar, econômica e cultural das grandes potências, França e Grã-Bretanha, afigurava-se inquebrantável. Posteriormente ao término da guerra, o Oriente Médio e o Magreb, que haviam sido área de influência de, quase que essencialmente, apenas duas potências por toda uma geração, se viram diante de uma nova configuração em que, a arena política poderia ser influenciada por talvez quatro ou mais Estados, e ainda, em uma situação em que as relações entre estes Estados não eram tão sólidas quanto as que antes regiam o período anglo-francês. Perante esta circunstância, naquele momento era viável a possibilidade de que partidos nacionalistas e outras lideranças locais, que representavam os interesses do povo islâmico, exercessem pressão sobre os dominadores por mudanças significativas no *status quo* de seus países²⁸.

Desde a segunda Guerra Mundial, e mais visivelmente depois de cada uma das guerras árabe-israelenses, o muçumano árabe tem se tornado uma figura na cultura popular americana, exatamente quando no mundo acadêmico, no mundo do planejador de políticas públicas e no mundo dos negócios tem se dado uma atenção muito séria aos árabes. Isso simboliza uma mudança capital na configuração internacional de forças. A França e a Grã-Bretanha já não ocupam o palco central na política mundial; o império americano as desalojou. (Said, 2007, p. 380)

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a política estabelecida pelos Estados Unidos ante ao Oriente Médio, da mesma forma que a posta em prática em outros territórios, foi direcionada pela aspiração clara em não deixar que a União Soviética se infiltrasse na região. Envolvendo-se gradativamente, inicialmente, apoiando a posição britânica, que se mostrava mais e mais enfraquecida, desta forma, no momento em que esta se tornou intolerável, os norte-americanos intervieram ainda mais diretamente, colocando-se como substituto inglês na defesa do Oriente Médio, contra todos os ataques estrangeiros, especialmente, aqueles perpetrados pelos soviéticos.

²⁷ The Arab Revolt of World War One. Disponível em: < <http://lostislamichistory.com/the-arab-revolt-of-world-war-one>>.

²⁸ Hourani, 2006.

Assim, já era de se esperar que, para as antigas terras dominadas pelo imperialismo Ocidental no Oriente Médio, os Estados Unidos fossem vistos como a nova ameaça colonial, infectados pelo vírus do mesmo imperialismo vindo das potências europeias²⁹.

No entanto, a prática imperialista que o mundo árabe havia experimentado advinha integralmente do Ocidente, logo, mostraram-se mais propícios a uma possível influência soviética. Porém, já nos primeiros anos da década de 1970, a estadia da União Soviética, não somente se mostrava ineficiente, como, também, um tanto inconveniente. Da mesma forma que aqueles que haviam a antecedido, os imperialistas ocidentais, os soviéticos construíram em território árabe bases militares, que nem mesmo os nacionais poderiam adentrar, e não tardaram em transformar sua influência em uma tradicional relação tendenciosa e desigual. Consequentemente, com o tempo, líderes regionais, voltaram-se, seja com mais ou menos relutância, ao Ocidente³⁰.

Após o declínio definitivo da União Soviética, os EUA modificaram sua política para o Oriente Médio, guiada por um novo objetivo, evitar o surgimento de uma possível hegemonia regional. Assim, a história imperialista iniciada com as potências anglo-francesas e continuada pelas potências da Guerra Fria, parecia ter chegado ao fim. Entretanto, não demorou para que os Estados Unidos se envolvessem cada vez mais na política do Oriente Médio. Buscando, desta forma, impedir que alguma força monopolística local pudesse reclamar o controle exclusivo do petróleo da região. Reiterando sempre a mesma história conflituosa entre o Ocidente e o Oriente próximo. Portanto, *“considera-se como o Oriente, em particular o Oriente Próximo, tornou-se conhecido no Ocidente como o seu grande oposto complementar desde a antiguidade [até a atualidade]”* (Said, 2007, p. 96).

As comunidades islâmicas do Oriente Médio são completamente “políticas”, tal informação é usada, majoritariamente, com um rigor digno de uma república ao modo de vida visto como não “liberal”, pois, não vislumbra a separação, considerada essencial no Ocidente, entre a política e a cultura, assim como “nós” estruturamos a sociedade. Em decorrência desta formulação de valor, cria-se um quadro ideológico, no qual, separa-se o “nós”, do “eles”³¹

²⁹ Lewis, 2004.

³⁰ Idem.

³¹ Said, 2007.

Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é “o nosso”, e um espaço não familiar além do “nosso”, que é “deles”, é um modo de fazer distinções geográficas que *pode* ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra “arbitrário” neste ponto, porque geografia imaginativa da variedade “nossa terra-terra bárbara” não requer que os bárbaros conheçam a distinção. Basta que “nós” tracemos essas fronteiras em nossas mentes; “eles” se tornam “eles” de acordo com as demarcações, e tanto seu território como a sua mentalidade são designados como diferentes dos “nossos”. (Said, 2007, p. 91)

O Oriente não pode ser visto somente como contíguo à Europa. É sim, igualmente, a região na qual se constituíram, as maiores, mais valorosas e mais antigas colônias europeias, a raiz de suas civilizações e linguagens, seu mais próximo antagonista cultural, além de um de seus retratos mais arraigados e comuns do “Outro”. Porém, é mais ainda, definitivamente, é parcela constituinte da cultura material e imaterial da Europa. Logo, mais importante do que o passado em si, é sim sua influência quanto as ações culturais do presente. Assim como ocorre com a intrínseca experiência imperial, das antigas cisões entre colonizadores e colonizados que, neste sentido, podem criar hostilidades entre as culturas Ocidental e islâmica, e por vezes, fomentar tensões e conflitos. Afinal, não existe uma forma de segregar o passado do presente, os dois se moldam mutuamente, e a maneira como apresenta-se o passado afeta diretamente na compreensão do presente³².

1.1 O OCIDENTE NO NASCIMENTO DO TERRORISMO FUNDAMENTALISTA.

O Oriente Médio concentra as maiores reservas de petróleo do planeta, com 47,3% do total mundial. Além de deter a maior parte das reservas comprovadas de gás natural, somando 80 trilhões de m³, um total de 42,8% das reservas mundiais³³. Ademais de constituírem uma das maiores massas demográficas e consumidoras do planeta. No entanto, os países islâmicos, em sua maioria, não deixam, apesar de tudo, de serem vistos como uma região de instabilidade, por suas arraigadas diferenças etnopolíticas, pelo atraso tecnológico da região e, ainda, pela dificuldade de evolução da condição de subdesenvolvimento.

³² Idem.

³³ Dados: Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2016.

Por outro lado, muitos Estados do mundo islâmico possuem, ou caminham em direção da possibilidade de possuírem armas, cujo uso viola o Direito de Haia, previsto no Direito Internacional Humanitário, como armas químicas e biológicas, segundo a Organização para Proibição de Armas Químicas, a Síria, por exemplo, possui o maior arsenal de armas químicas de todo Oriente Médio, especula-se que o arsenal seja composto por substâncias que atacam o sistema nervoso, como o sarin, VX e tabun, ademais, do gás mostarda. Além disso, apesar de boa parte do mundo islâmico fazer parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), com exceção do Paquistão, que possui um grande arsenal nuclear, Estados como o Irã tem seu programa nuclear no centro das discussões internacionais há algum tempo.

Ao final do século XIX, a Grã-Bretanha apoiou as forças islâmicas, primeiro os otomanos em oposição a Rússia, a Áustria e a França, depois, a Irmandade Muçulmana³⁴, criada em 1928, contra os nacionalistas do partido *Wafd*, da mesma forma, que apoiou ao *Muslim League* e o *Jamaat i-islam* nas Índias, em prol de fragmentar o campo anticolonialista, ato que acabou por resultar na formação, no ano de 1947, do Paquistão islâmico. E mais, durante a década de 1930, quando Ali Mahir Pasha³⁵, importante político muçulmano, tentou iniciar um processo de modernização técnica e científica no mundo islâmico, ainda que melhorando a vida das minorias não-muçulmanas, este foi vetado pelos britânicos que fizeram de tudo para que o líder islâmico esclarecido desistisse de seu projeto ambicioso de reforma. Tal estratégia encabeçada pela Grã-Bretanha serviu ao propósito de afundar de vez os movimentos reformistas e nacionalistas da época, adversários diretos do pan-islamismo. No entanto, cooperando, também, para prejudicar o progresso econômico e científico do mundo árabe, os deixando sujeitos ao subdesenvolvimento³⁶.

Herdeiros diretos da diplomacia Pan-islâmica dos britânicos, os Estados Unidos prosseguiram com a estratégia, com a formação da Arábia Saudita, em seguida, financiando a Irmandade Muçulmana, visando desestruturar o governo do presidente egípcio Gamal Abdel-Nasser, que havia se aliado aos soviéticos e estava iniciando uma

³⁴ Irmandade Muçulmana ou fraternidade muçulmana, é uma organização islâmica radical, que rejeita as influências ocidentais, e que pretende um retorno aos preceitos “verdadeiros” do Corão.

³⁵ Importante figura política do mundo islâmico. Foi primeiro-ministro egípcio de 30 de janeiro de 1936 a 9 de maio de 1936, tendo um segundo mandato de 18 de agosto de 1939 a 28 de junho de 1940, um terceiro período de 27 de janeiro de 1952 a 2 de março de 1952 e um quarto período final de 23 de julho de 1952 a 7 setembro de 1952.

³⁶ Del Valle, 2003.

tentativa de autodeterminação, desgarrando-se da tutela norte-americana. Durante a última década do século XX, a mesma política pró islamista foi mantida e posta em prática manifestadamente, no Iraque, na Argélia, no Afeganistão, no Paquistão e nos Balcãs. Desta forma, a partir da década de 1970, ou até mesmo, desde o início dos anos de 1930, com a formação do Estado saudita, os EUA se colocaram como apoiadores regulares dos movimentos islâmicos antiocidentais, especialmente sunitas. Neste grupo estão, desde a Irmandade Muçulmana, antes já listada, como também, o Talibã no Afeganistão, a *Gammà* egípcia e a Frente Islâmica de Salvação, o Grupo Islâmico Armado, igualmente, os islamistas bósnio-albaneses, não esquecendo, dos ultraconservadores, *wahhabitas* sauditas³⁷.

Para Benazir Bhutto³⁸ (2007), as atitudes tomadas pelo Ocidente durante a segunda metade do século XIX e boa parte do XX acabaram por atrapalhar, à certo modo, que se estabelecesse no mundo mulçumano alguma possibilidade razoável de desenvolvimento democrático. Tais ações, por frequentes vezes guiadas por objetivos de curto prazo, mostraram-se contraproducentes. De maneira em que as políticas ocidentais repetidamente preservaram o autoritarismo e embargaram o crescimento de novos movimentos democráticos. Certos esforços por parte dos países ocidentais que desestruturaram ondas democráticas, por razões financeiras e em seguida, por razões políticas, incentivaram e intensificaram as tensões entre o Ocidente e o islamismo. Segundo Bhutto (2007), ainda que mantivessem uma retórica por vezes grandiosa, afirmando o oposto, de fato, pouquíssimo foi feito em direção ao apoio ocidental a movimentos democráticos legítimos locais. Ao contrário, em verdade, o que houve foi um apoio demasiado a ditaduras. Em seu discurso de posse do segundo mandato, George W. Bush afirmou:

Estimularemos reformas em outros governos deixando claro que o sucesso em nosso relacionamento dependerá do tratamento decente dado ao seu próprio povo. A crença dos Estados Unidos da América na dignidade humana guiará nossas políticas, direitos devem ser mais do que concessões feitas de má vontade por ditadores; eles são garantidos por divergência livre e pela participação dos governados. A longo prazo, não há justiça sem liberdade, e não pode haver direitos humanos sem liberdade humana (Bush apud Bhutto, 2007, p. 85).

³⁷ Idem.

³⁸ Política paquistanesa, que se tornou a primeira mulher a ocupar um cargo de chefe de governo de um Estado muçulmano moderno, sendo eleita duas vezes primeira-ministra de seu país.

Apesar do discurso do presidente americano da época, ao passo que, os Estados Unidos criticavam veementemente Estados como Burma e o Irã, por sua crueldade antidemocrática, pouco ou nada diziam de seus aliados igualmente brutais e ditatoriais, como, Hosni Mubarak, no Egito e Zein-al-Abidin Ben Ali, na Tunísia, ambos derrubados pelas revoltas da Primavera Árabe. Noah Feldman escreveu no *The New York Times Magazine*:

Uma república que apoia seletivamente a democratização é outra questão. O discurso do presidente Bush nas Nações Unidas, no qual atacou sete regimes repressivos, mereceu aplausos, mas também abriu as portas para a crítica justa de que ele silenciou sobre as dezenas de lugares nos quais os Estados Unidos se aliam a ditadores de diferentes graus de crueldade (Feldman apud Bhutto, 2007, p. 85).

Conforme o apoio internacional dado a ditaduras em Estados de maioria mulçumana aumentava, tornar-se-ia proporcional a hostilidade com que os povos locais viam a relação de seus países com o Ocidente, assim, mesmo que involuntariamente, o Ocidente acabou por fomentar a criação do mostro que viria a lhes aterrorizar.

A experiência colonial de muitos Estados islâmicos também agiu como coadjuvantes na formação das barreiras enfrentadas por eles na construção e sustentação democrática. Muitos destes países estiveram diante da inserção de valores e ideais democráticos, além de observarem a formação de instituições políticas e sociais, quando ainda estavam sob o julgo colonial ou pouco tempo depois. No entanto, frequentemente, suas florescentes iniciativas democráticas eram desmanteladas pelos interesses estratégicos das potências do Ocidente. O Irã, à exemplo, foi governado por sequentes dinastias de xás de 1848, até a revolução Khomeini em 1979. O que há de peculiar é que, a democracia parlamentar consolidava-se em Teerã, durante o início dos anos de 1950. Contudo, este movimento foi paralisado por uma parceria entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha levando, em agosto de 1953, a um golpe patrocinado pelas potências, contra o governo iraniano vigente, legítimo e que havia sido democraticamente eleito³⁹.

No caso do Iraque, o país foi dado a Grã-Bretanha em mandato ao fim da Primeira Guerra Mundial. Os britânicos tentaram inicialmente implementar o mesmo modelo que haviam instituídos na Índia, com o fracasso da experiência, em 1922, a potência instaurou um governo liderado pelo rei Hashimita Faisal. A família Hashimita

³⁹ Bhutto, 2007.

era de origem sunita e passou a governar uma população majoritariamente xiita, sendo geralmente vista como estrangeira pelo povo. Muito embora, o povo iraquiano tenha tentado eleger um parlamento nacionalista, durante o governo britânico, o rei, com o respaldo de Londres, sempre dissolvia os parlamentos e convocava novas eleições. Terminando o período de domínio britânico, o povo iraquiano havia se submetido a constantes déspotas autocratas apoiados por Londres. A série de golpes foi interrompida em 1968, com a ascensão ao poder do partido *Baath*, que tinha entre suas lideranças Saddam Hussein. Saddam assumiu com rapidez o controle do país, impondo um governo brutal e manipulando os aparatos de segurança, até se declarar oficialmente presidente em 1979, pondo fim a qualquer ímpeto democrático⁴⁰.

O mais intrigante é que, ao observar o histórico de conflitos entre os Estados Unidos e o Iraque de Saddam, mal pode-se crer que o governo norte-americano tenha disponibilizado significativo apoio político, militar, material e econômico, durante a guerra contra o Irã que durou de 1980 a 1988. Outro grande exemplo da ação ocidental é o Afeganistão, o país foi cenário de dois dos confrontos mais importantes do século XX, chegando até o início do século XXI, um deles durante a Guerra Fria, entre o Ocidente e a URSS, e o outro a campanha ocidental contra o terror. As condutas tomadas durante a guerra do Afeganistão foram decisivas para o desenvolvimento dos grupos terroristas de radicais islâmicos, com o financiamento e o armamento por parte dos Estados Unidos de milícias *jihadistas* locais para lutar contra a URSS, incitando involuntariamente a formação da semente do terrorismo. Pouco tempo depois, levaria ao aumento do fanatismo religioso e à ascensão do Talibã, que garantiria aos terroristas da *Al-Qaeda* proteção. Como no caso do Afeganistão, em suas últimas intervenções no mundo árabe os países ocidentais diante da deterioração e dos conflitos entre diferentes grupos rebeldes, as potências têm preferido se retirarem. Mesmo com investimentos milionários em longos períodos de conflito, não estabelecem um compromisso equivalente com a reconstrução dos países, e com a implementação do pluralismo político e da economia de mercado, bases da democracia ocidental⁴¹.

O islã é uma das grandes religiões do mundo. Deu dignidade e sentido a vidas toscas e empobrecidas. Ensinou homens de diferentes raças a viver em irmandade e povos de diferentes credos a viver lado a lado em sensata tolerância. Inspirou uma grande civilização na qual outros, além dos muçulmanos, tiveram vidas criativas e proveitosas e que, por suas

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

realizações, enriqueceram o mundo inteiro. Mas o islã, como outras religiões, também conheceu períodos nos quais inspirou em alguns de seus seguidores um espírito de ódio e violência. (Lewis, 2004, p. 41)

O islamismo radical, que comumente recebe a alcunha de fundamentalismo islâmico, não é uma corrente uniforme, nem coesa. Existem diferentes arquétipos de fundamentalismo islâmico presentes em muitos, ou mesmo, dentro de um único Estado. Parte destes financiados pelos próprios governos locais, sejam pelos Estados que os abrigam, ou estruturados e utilizados por um ou outro governo islâmico em benefício próprio, no entanto, ainda existem movimentos autenticamente populares em suas bases. Os fundamentalistas islâmicos, ao contrário dos movimentos protestantes, dos quais herdaram o nome, não estão preocupados apenas em se distinguir dos grupos dominantes em assuntos relacionados a teologia e, sendo assim, na interpretação dos textos sagrados⁴².

Portanto, a análise crítica destes grupos extremistas, vai muito além, seguindo um sentido mais extenso, chegando a todo o conjunto da sociedade. Na avaliação fundamentalista, o mundo muçulmano tomou o rumo errado e a única solução para as sociedades islâmicas vigentes passa pela reconfiguração total, desta forma, para eles, apenas o retorno ao genuíno modo de vida islâmico salvaria a comunidade muçulmana. Os fundamentalistas são antiocidentais, ao passo que observam no Ocidente a origem do mal que está envolvendo a comunidade islâmica, no entanto, é importante salientar que, é aos próprios governantes e líderes muçulmanos que primeiramente sua crítica é direcionada. Entretanto, o mundo islâmico em nenhuma hipótese pode ser visto como sendo unanime em sua rejeição às sociedades ocidentais. O Islã, em si, não é um inimigo do Ocidente, o que se observa, no entanto, é que boa parte dos muçulmanos, sejam os que residem no Ocidente, ou mesmo, no Oriente, demonstram uma crescente vontade de que a relação entre eles e os ocidentais possa ser mais cordial e tolerante, e principalmente, desejam o estabelecimento de instituições democráticas no ceio de suas próprias sociedades islâmicas⁴³.

⁴² Lewis, 2004.

⁴³ Idem.

1.1.1 O Estado Islâmico (ISIS) e a política do terror.

O terrorismo é uma ameaça para todos os Estados e para todos os povos. Coloca em grave risco a nossa segurança, os valores das nossas sociedades democráticas e os direitos e liberdades dos nossos cidadãos, em especial por atingir indiscriminadamente pessoas inocentes. O terrorismo é criminoso e injustificável em quaisquer circunstâncias. (Conselho da União Europeia, Estratégia antiterrorista da União Europeia, 2005)

Em 2014, durante 100 dias, o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) transfigurou a política do Oriente Médio. Combatentes *jihadistas*⁴⁴ mesclavam fundamentalismo religioso e habilidade bélica, e desta forma, obtiveram incríveis e inesperadas vitórias contra ações militares do Iraque, da Síria e dos Curdos⁴⁵. Após a Segunda Guerra Mundial nenhum grupo armado havia desestruturado a organização territorial estabelecida, até que, seguindo os rastros de sua guerra de conquista, o Estado Islâmico está conseguindo reestabelecer as fronteiras instituídas há 100 anos pelo Acordo *Sykes-Picot*⁴⁶, implementado em 1916. Assim, desde os últimos dias do mês de junho de 2014, a região tomada pelo grupo extremista se tornou a sede do autoproclamado Califado Islâmico, alcunha que não era utilizada desde a extinção do Império Otomano em 1924, pelas forças do general Ataturk⁴⁷. Antes do Estado Islâmico (EI), grupo extremista algum havia conseguido controlar um território tão amplo, por certo, tal realização, pode ser observada como uma das consequências do conflito que assola o território sírio, visto como o limiar de um novo tipo de terrorismo⁴⁸.

Boa parte dos espectadores ocidentais consideram o Estado Islâmico, da mesma forma como antes julgaram a *Al-Qaeda*, uma organização arcaica que visa renascer o passado. Certamente que as raízes do Estado Islâmico estão intimamente relacionadas ao grupo terrorista *Al-Qaeda*, do qual, pode ser considerado um braço insurgente. Por sua vez, o nascimento do núcleo fundamentalista da *Al-Qaeda* tem sua origem ligada a ocupação soviética do Afeganistão, em 1979, visando dar suporte ao governo comunista que se instaurara no país. E, por consequência, a criação, com apoio ocidental, e em

⁴⁴ “O termo ‘*jihadista*’ tem sido usado por acadêmicos ocidentais desde os anos 1990. (...) *jihadistas* entendem que a luta violenta é necessária para erradicar obstáculos para a restauração da lei de Deus na Terra e para defender a comunidade muçulmana (...)” (O que é o *jihadismo*? Disponível em: <http://www.bbc.com/>)

⁴⁵ Cockburn, 2015.

⁴⁶ Repartição entre franceses e britânicos dos territórios do antigo Império Otomano instituída durante a Primeira Guerra Mundial.

⁴⁷ General turco que lutou pelo fim do Sultanato Otomano e pela libertação da Turquia, estabelecendo, no país, um regime de partido único que durou quase sem interrupção até 1945.

⁴⁸ Napoleoni, 2016.

oposição a URSS e ao governo comunista afegão, do Movimento Nacional Afegão de Resistência, o qual, era formado não só opositores de dentro do próprio Afeganistão, mas, de muitos advindos de diferentes partes do mundo, especialmente dos países islâmicos⁴⁹.

Tais voluntários na luta contra os soviéticos, em sua maioria, alimentavam a crença de que estariam lutando em uma *jihad* legítima defendendo o mundo árabe dos invasores infiéis. Dentre estes estavam, Osama bin Laden, Abdullah Azzam e Ayman Al-Zawahiri, assim, é neste momento que a primeira semente ideológica do que viria a ser a *Al-Qaeda* brotava. Ali surgia a fagulha do que de fato seria posto em prática em Peshawar na fronteira do Paquistão e Afeganistão, anos depois, em 1984, por Osama Bin Laden e Abdullah Azzam (considerado o mentor de bin Laden)⁵⁰. Desta forma, entre os anos de 1996 e 2001, a organização terrorista criada, ganhou em força e poder, destacando-se o mais dramático e conhecido de seus atos terroristas ao *World Trade Center* e ao Pentágono, sem falar na queda Boeing 757, na Pensilvânia, que tinha como alvo o Capitólio, tudo no fatídico 11 setembro de 2001.

No entanto, ao passo que, nas sociedades dominadas pelo Estado Islâmico, as populações sejam proibidas de fumar ou usar câmeras, por exemplo. Além de aumentar sensivelmente a repressão contra as mulheres, que ficam impedidas de viajar desacompanhadas de uma figura masculina, e mais, são forçadas a cobrirem totalmente o corpo em público, com vestes vistas como apropriadas pelos extremistas. Da mesma forma, com que o Estado Islâmico se mostra aplicado em um tipo de “purificação religiosa”, em busca de atingir um sectarismo violento. Por conseguinte, aqueles que residem nos territórios dominados, e que não empreendem a fuga de seu círculo de opressão, a eles cabe apenas duas opções, ou adotam a crença *salafista*⁵¹ radical, ou deverão encarar a morte. Contudo, apesar da maneira supostamente antiquada com que lida com matérias jurídicas, de ordem de Estado, e comportamento social, seguindo rígidos padrões, se observar o EI como sendo uma organização substancialmente arcaica pode ser um grande equívoco. Uma vez que, a globalização e as tecnologias modernas, como as novas mídias sociais, foram as forças que moveram a construção e

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ *Salafismo*: Seita islâmica que sustenta a adesão e observância rigorosa, literal, à doutrina islâmica. Originária do século XIX como forma de resposta à influência europeia no mundo islâmico, o *salafismo* é visto como puritano às vezes e quase sempre associado à *jihad*. [...] (Napoleoni, 2016)

estabelecimento do grupo radical. Desta forma, o Estado Islâmico vem transmitindo uma poderosa ideologia política. Debaixo da neblina do radicalismo religioso e dos atos de terrorismo, existe o desejo eminente de uma estrutura político-militar em empreender a construção de um Estado Nacional⁵².

O Estado Islâmico foi ágil em perceber o poder da propaganda do terror e do medo, e se tornou extremamente habilidoso em utilizá-la a seu favor na manipulação das redes sociais para propagar, seja internamente ou para fora do mundo islâmico, vídeos e imagens de forte recurso visual, transmitindo suas atrocidades para o mundo. O Estado Islâmico sabe que o medo que veiculam é um instrumento muito mais potente que qualquer pregação religiosa tem se mostrado, e que a violência tem espaço garantido na mídia, afinal, vende notícias⁵³. Desta forma, se por um lado o EI amedronta os ocidentais, causando calafrios com suas frequentes demonstrações de barbárie explícita, por outro, os extremistas dão aos seus aliados e financiadores a possibilidade de vislumbrar um renascimento do Califado, e com ele um retorno aos dias de glória do povo muçulmano.

Ressurgindo, portanto, das cinzas da Guerra contra o Terrorismo, num ambiente de conflitos por procuração na era do pós-Guerra Fria, o Estado Islâmico nasceu não sob a vestimenta material de uma organização praticante de um novo tipo de terrorismo, mas na forma de mutação de sua antiga Constituição. (Napoleoni, 2016, p. 28)

Assim, para que se possa compreender de que forma, num curto espaço de tempo, um grupo terrorista fundamentalista se transformou em uma potente arma destruidora, que se mostrou obstinada a reestruturar o mapa do Oriente Médio, e foi capaz de desestruturar vastas regiões, trazendo à luz as mais arraigadas incompatibilidades políticas e religiosas. É, desta forma, imprescindível, para além de se admitir a íntima relação entre as consequências das décadas de intervenções políticas, dominações e interferências do Ocidente no Oriente Médio, e o berço de onde se estruturaria a semente do Califado, que se possa entender a ascensão do mentor do Estado Islâmico, Abu Musab al-Zarqawi. Al-Zarqawi, beduíno de família operária, adotou o *salafismo* radical, o credo abraçado pelo Estado Islâmico, durante os anos que passou em uma prisão da Jordânia, enquanto ainda tinha pouco mais de vinte anos. O

⁵² Napoleoni, 2016.

⁵³ Idem.

jovem *jihadista* ainda tentou se juntar aos *mujahedin*⁵⁴, na luta contra os soviéticos, mas mesmo havendo sido solto não conseguiu chegar no Afeganistão a tempo de lutar⁵⁵.

Anos mais tarde, em 2000, ao conhecer o chefe da *Al-Qaeda*, Osama bin Laden, primeiramente, Al-Zarqawi se recusou a ingressar em seu grupo *jihadista*, muito por não se sentir à vontade para atacar o inimigo distante, os Estados Unidos, ao inverso, seu desejo era lutar contra o inimigo próximo, e fazer nascer um verdadeiro Estado Islâmico. Portanto, somente em meados de 2003 que as relações mudaram, e bin Laden o reconheceu como líder da *Al-Qaeda* no Iraque. Al-Zarqawi e os jordanianos que lutavam ao seu lado, lideravam um núcleo de *jihadistas* que ficou conhecido como *Tawhid al-jihad*, alcunha que só foi trocada tempos depois, por Estado Islâmico no Iraque, ISI (sigla em inglês), cuja principal arma eram os ataques suicidas. Com sua morte em 2006, em um ataque aéreo dos EUA, seus planos de iniciar um conflito sectário no Iraque se frustraram, e a organização que, àquela altura era conhecida como *Al-Qaeda* no Iraque, se viu, momentaneamente, inerte⁵⁶.

Foi apenas em 2010, no momento em que Abu Bakr al-Baghdadi torna-se o chefe do que restava do braço da *Al-Qaeda* no Iraque, que a situação do grupo *jihadista* começa sua mudança de rumo. Sobre a liderança de al-Baghdadi, o núcleo extremista tornou a assumir a antiga alcunha de Estado Islâmico no Iraque e, apesar de ainda atacar alvos distantes, nos EUA, iniciou um progressivo distanciamento da *Al-Qaeda*. Neste momento, o Estado Islâmico no Iraque, ainda estava demasiado enfraquecido e diminuído para que fosse capaz de proporcionar alguma mudança no cenário regional. Logo, então, seu líder observou a possibilidade de reestruturação do grupo diante do conflito que se instaurara na Síria, assim, em 2011 uma pequena parcela de *jihadistas* foi enviada para o país. A guerra de procuração síria prestou-se não somente para proporcionar a seus membros a possibilidade de obterem treinamento militar eficaz, como também, gerou recursos financeiros para que se realizasse a reestruturação tão desejada, tornando o grupo extremista mais que uma simples organização armada

⁵⁴ Forma plural da palavra árabe *mujahed* e que significa 'aquele que faz *jihad*'. A expressão era usada para denominar os muçulmanos que lutaram contra os soviéticos no Afeganistão (1979/89) e tem normalmente sido traduzida como 'guerreiros santos'. (Napoleoni, 2016)

⁵⁵ Napoleoni, 2016.

⁵⁶ Idem.

jihadista, como muitas, mas convertendo-a em uma importante peça no tabuleiro dos conflitos regionais. Adquirindo, assim, seu próprio forte e aparato militar⁵⁷.

Quanto a al-Baghdadi, o moderno Califa, aparenta ser o oposto dos típicos políticos do Ocidente, e principalmente, antagônico aos conhecidos ditadores muçulmanos, individualistas, ostentadores, cultuando sua própria imagem, sempre presente por todas as partes. Na contramão desta corrente, até o presente momento, o líder do Estado Islâmico, ainda se mantém escuso em uma neblina de segredo e mistério. Ao mesmo tempo, em que age em prol do crescimento do núcleo *jihadista*, como quando engendrou a união entre seu grupo e membros da frente *al-Nusra*, em uma aliança estratégica, que resultou em uma nova organização, o que viria a ser conhecido como, Estado islâmico do Iraque e do Levante (ISIL)⁵⁸. “É inegável que a popularidade do Estado Islâmico provém do fascínio causado por seus sucessos militares extraordinários sobre uma população frustrada, após décadas de governos desumanos de líderes árabes apoiados pelo Ocidente” (Napoleoni, 2016, p. 42).

Impelido por sua causa principal, a construção de um Califado moderno, e pela ideologia de um Estado muçulmano perfeito, aprimorado ao ponto de ser capaz de sobreexceder todos os poderes da vida mundana, abarcando até mesmo o desejo pelo enriquecimento pessoal, desta forma, al-Baghdadi objetiva criar um Estado moderno. Para tanto, a economia do Califado não é meramente dependente dos ganhos advindos da guerra de conquista, tão pouco seus empenhados combatentes são mercenários⁵⁹, os combatentes sírios do grupo *jihadista*, por exemplo, tiveram seus salários reduzidos de 400 dólares para 200 dólares mensais, segundo o Observatório Sírio dos Direitos Humanos, o que resulta em aproximadamente 2.400 dólares anuais, perdendo até para o salário mínimo, que na Síria é de 2.715⁶⁰ dólares anuais. Apesar de a guerra de conquista de al-Baghdadi no Oriente Médio poder levar a comparação óbvia com os conflitos do medievo, no entanto, a disciplina imposta pelo novo Califado mostra-se empenhada sempre no próximo gesto rumo a construção de um verdadeiro “Estado Islâmico”.

A guerra no Iraque e na Síria vêm atuando como uma espécie de estimulante, propagando a ideologia de que a única solução para a política do Oriente Médio seria a

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Dados: Dados Macro [online]. Disponível em: < <http://www.datosmacro.com/smi/siria>>.

ressurreição nos dias atuais do Califado das eras passadas. Assim, al-Baghdadi se tornou o primeiro comandante muçulmano a pleitear o direito de se autoproclamar Califa, isso desde o 31º Califa, Abdülmecid I, que viveu de 1823 a 1861, buscando o estabelecimento concreto da nostalgia de uma época que se perdeu no tempo. A utilização da história das glórias de um povo, dono de um passado vitorioso, aliada, a crença de um destino final escolhido por Deus, uma terra prometida que pertenceria apenas ao Seu povo, gera um sentimento nostálgico coletivo encantador, e é isso que o Califado moderno representa⁶¹.

Entretanto, em oposição ao que se possa pensar, o que se vê é que, o Califado propriamente, não utiliza de mais violência e barbárie do que a maioria das organizações armadas das últimas décadas. O que de certo, realmente, o diferencia é a utilização sim, mas da tecnologia para a divulgação desses atos bárbaros, de forma a evidenciar sua própria ideologia, veiculando suas construções de mídia, até mesmo, nos noticiários internacionais. Atualmente, a tecnologia torna possível que organizações armadas contemporâneas, como o Estado Islâmico, se utilizem da propaganda do medo com uma maior eficácia e de maneira essencialmente inovadora. A construção da propaganda ideológica do Estado Islâmico é uma prática, da qual faz parte um corpo de profissionais técnicos de alto nível de conhecimento e qualificação, contendo até mesmo ocidentais, dirigindo uma alta tecnologia. Tal propaganda vem demonstrando uma incrível capacidade de sedução para possíveis futuros *jihadistas*, especialmente, para aqueles advindos do Ocidente. Desta forma, as redes sociais vêm colaborando para a disseminação e internacionalização de uma figura excessiva do poder de al-Baghdadi e de seu núcleo *jihadista*, atraindo, assim, novos combatentes⁶².

A desestruturação gerada no Oriente Médio pelo Estado Islâmico motivou estranhas alianças entre muitas potências regionais. Desde 2016, forças iraquianas iniciaram uma ofensiva na cidade de Mosul, visando recuperá-la do poder do grupo extremista, que domina a região desde que al-Baghdadi decretou seu Califado. A expectativa do governo do Iraque e de seus aliados internacionais é que tal esforço seja um golpe efetivo na força e na autoridade do Estado Islâmico e que, assim, consigam inibir a aliciação de novos *jihadistas*, não só no Iraque, parte do Califado, como

⁶¹ Napoleoni, 2016.

⁶² Idem.

igualmente, em regiões outras, como a Líbia e o Sahel⁶³. No entanto, muitos entendem como sendo uma intervenção que envolve muitos riscos, devido a ameaça das muitas baixas civis, especialmente tendo em vista a natureza do inimigo, para o qual não há limites à barbárie e à destruição.

E os desafios militares não são somente estes, o fato de terem que lidar com a total heterogeneidade das forças aliadas, compostas por soldados, policiais, milicianos, sendo estes, curdos, xiitas e sunitas, dão a dimensão do desafio que representa a administração dos variados e, por vezes, contraditórios interesses que se expõem em Mosul, ainda assim as forças pró-governo no Iraque avançam, ganhando território na luta contra o grupo *jihadista*. Assim, o Estado Islâmico combate para permanecer no Iraque, onde foi estabelecido o Califado, em meio ao caos da invasão americana e da formação do enfraquecido Estado iraquiano, que surgiria dali. Os *jihadista* se mostraram determinados a lutar contra os ataques de iraquianos e curdos, que os tem submetido a seguidas derrotas, os obrigando a recuar. Porém, enquanto no front de batalha contabilizam-se territórios conquistados, por outro lado, enumeram-se os muitos mortos. Alguns moradores, que foram entrevistados, em meados de 2016, pela agência *Reuters*, delataram que civis estão sendo usados como escudos humanos, por parte, dos combatentes do Estado Islâmico.

Por fim, observa-se que a influência cultural do Califado do passado sobre todo território que houvera sido controlado por ele, é imensa, ao passo que, mesmo tantos séculos depois de sua total eliminação, ainda se mantém viva a língua que fora símbolo de um império, idioma este compartilhado por tantos povos, no Oriente Médio e África do Norte. Além disso, com o fim do Califado, seguiram-se muitas décadas de controle e aviltamentos impostos pelas potências imperialistas, tais ações geraram profundas marcas no povo muçulmano, e o acordo anglo-francês que redefiniu as fronteiras do mundo islâmico, serviu para que essas marcas fossem reavivadas e sentidas ainda mais fortes, a partir daí, todos aqueles que se empenhavam em reviver as glórias do povo muçulmano, foram guiados pela ilusão nostálgica de reconstruir as seculares fronteiras do antigo Califado, sentindo que a reconstrução territorial serviria à utopia de fazer renascer o fulgor que há tanto se desfez. Neste sentido, o Estado Islâmico, suplantou a

⁶³ Sahel é uma região na África, que tem, aproximadamente, entre 500 e 700 km de largura, e cerca de 5.400 km de extensão territorial, demarcado ao norte pelo deserto do Saara, ao sul pela savana do Sudão e localizado entre o Oceano Atlântico e o Mar Vermelho.

condição de pura mitologia na qual muitos grupos *ihadistas* anteriores acabaram se enquadrando, devido, principalmente, à sua esvaziada retórica (Napoleoni, 2016). Provando que consegue aliar pragmatismo à um discernimento acerca do uso da modernidade na estruturação das estratégias necessária para concretizar seu ousado plano de formação de um Estado.

Em meio à crise existencial das modernas democracias num mundo multipolar e atolado no tremedal da desestabilização dos países do Oriente Médio. [...] o grande desafio que o Estado Islâmico tem pela frente está em seus nascentes esforços de criação de uma nação. Independentemente da hipótese de que o Califado conseguirá ou não se estabelecer como um novo Estado nacional a curto prazo, o novo modelo que vem tentando consolidar inspirará, inevitavelmente outros grupos armados. O fracasso do Ocidente e do restante do mundo no enfrentamento desse problema terá consequências devastadoras para a ordem mundial. (Napoleoni, 2016, p. 128)

1.2 GUERRA CIVIL SÍRIA: AS RAÍZES DO CONFLITO.

Toda História da Síria está profundamente conectada ao curso da expansão de poderosas civilizações da antiguidade e, igualmente, de potências modernas. Principalmente, por razão de sua estratégica posição no mediterrâneo oriental, muito também, pela existência em seu território de grandes rios e terras plenamente agricultáveis, sua localização geográfica foi, ao longo dos anos, um dado de grande importância, especialmente, por representar a possibilidade de ligação entre as potências ocidentais e seus controles na região (Zahreddine, 2013). A presença francesa naquelas terras, no pós-Segunda Guerra, iniciou um árduo período de dominação, com a presença de uma das maiores potências da época em solo sírio.

Ao mesmo tempo, é importante salientar que, a sociedade síria é notadamente caracterizada pela existência de consideráveis minorias étnicas e religiosas, assim sendo, tal dado se mostra imprescindível para que se possa construir um entendimento acerca das questões e dos conflitos que a região veio a vivenciar durante o século XXI. Os imperialistas franceses fizeram uso da estratégia que dividia a sociedade para torná-la mais suscetível à dominação colonial, visando assim, a desestruturação de qualquer movimento nacionalista que pudessem representar uma ameaça potencial aos interesses e planos da potência mandatária. Logo, em 1921 já eram visíveis as futuras marcas que viriam a seguir da divisão territorial, baseada em clivagens étnico-religiosas, e que

trariam importantes resultados para o presente país. Anos mais tarde, em 1946, a Síria instituiu formalmente sua independência, conservando sua configuração demográfica, constituída por uma maioria esmagadora de mulçumanos sunitas, porém, composta também, por um incontestável grupo de importantes minorias, como cristãos, alauitas, drusos, curdos, entre outros⁶⁴.

Assim, logo de sua independência, a história política da Síria foi frequentemente definida por sequentes eventos de grande importância para a estabilidade política do país. As disputas por poder e pelo domínio do Estado geraram uma sucessão de golpes e contragolpes, até o ano de 1971. Um grande exemplo desta instabilidade, é que o governo foi liderado por impressionantes dez presidentes em um curto espaço de tempo, de 1946 a 1958. Neste sentido, o partido *Baath* Sírio teve imprescindível atribuição na mudança sofrida pela política de governo síria, assumindo efetivamente a liderança em 1963, e trocando o nome do país para República Popular da Síria, corroborando, a natureza Pan-arabista e socialista do novo Estado (Moubayed, 1996 apud Zahreddine, 2013). No entanto, de 1961 até 1970, a Síria ainda sofre com seguidos golpes, desta vez, militares, e durante este tempo sete diferentes governantes ocuparam a presidência do país. E somente, em fevereiro de 1971, com a ascensão ao poder de Hafez al Assad, por intermédio de outro golpe militar, que finalmente, diferentemente daqueles que o haviam precedido, um presidente consegue se manter no poder, permanecendo como líder do país até sua morte, em junho de 2000⁶⁵.

A Síria, especialmente, desde da ascensão de Hafez al Assad ao poder, veio a estruturar uma relação de clara proximidade com a União Soviética, muito por conta, da ideologia socialista que guiava o partido *Baath*. O oficial da aeronáutica, demonstrou estreita ligação com os soviéticos. Entretanto, com o término da Guerra Fria, e o, conseqüente, declínio do Império Soviético, e de sua herdeira natural, a Rússia, pelo menos até aquele momento, os Estados Unidos fortaleceram sua influência na região, e foram, aos poucos, encolhendo a presença e força da Federação Russa no território. Especialmente, após os atentados de 11 de setembro de 2001, a atuação norte-americana se mostrou ainda mais ativa no Oriente Médio, principalmente, na área militar, em

⁶⁴ Zahreddine, 2013.

⁶⁵ Idem.

função da ocupação do Afeganistão e do início da Segunda Guerra do Golfo, no Iraque⁶⁶.

Hafez al Assad, nasceu no ceio de uma modesta família síria, da minoria religiosa *Alauita*, que tem suas raízes advindas do Islã xiita. Esta característica minoritária permaneceu forte durante todo seu governo, já que frequentemente engendrava maneiras de governar que fossem capazes de permitir a ascendência econômica e política da minoria religiosa da qual era parte integrante, os alauitas, sobre a maioria sunita. Logo, o incontestável crescimento do número de representantes desta minoria nas forças armadas, assim como, em cargos políticos e dentro da própria burocracia estatal, construiu um robusto grupo de aliados fiéis ao presidente e à sua família. Após a morte de Hafez al Assad, um referendo popular fora realizado para que a sucessão do governo para as mãos de seu filho fosse legitimada, assim, Bashar al Assad assume o poder, no mesmo ano da morte de seu pai, com apenas 34 anos⁶⁷.

Durante o período de governo de Assad pai, lá pelo meio da década de 1980, a Irmandade Muçulmana organizou uma revolta armada, com presença ativa da Frente Islâmica, com propósito de retirar o partido *Baath* do poder. Naquele momento, a revolta fora reprimida vigorosamente pelo Estado, resultando em centenas de mortes, mas, servindo ao propósito do governo, e dispersando os movimentos de oposição (Hinnebusch,2012 apud Sampaio et al, 2016). A economia do país experimentou em um período de grande instabilidade, com ciclos de ascensão e decadência econômica, antes mesmo da década de 1980. Mas foi com a chegada da crise dos países socialistas, aliada à contínua ameaça vinda da Irmandade Muçulmana, que o país mergulhou de vez em um longo período de recessão. Com a escalada de Bashar al Assad ao poder e, igualmente, com a esperança lançada pelas reformas econômicas realizadas pelo novo governo, se aguardava uma mudança efetiva na situação do país, no entanto, mesmo que a economia síria não tenha sido diretamente prejudicada pelas últimas crises econômicas, como a crise mundial de 2008, ainda assim, não demonstrou nenhum real progresso em seus índices (Sampaio et al, 2016).

Desde março de 2011, então, se iniciou uma série de movimentos de contestação, eclodindo em vastas manifestações por todo território sírio, organizadas por núcleos opositores ao governo de Bashar al Assad. A recente crise segue o curso de

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

tantas manifestações regionais, em um processo que ficou conhecido como a Primavera Árabe, resultado não só da crise global do preço dos alimentos, e do apoio ocidental, muito por conta de seus receios quanto ao islamismo político, aos regimes derrubados. Mas principalmente, consequência da “*incoerência entre as afirmações feitas pelos regimes nas suas tentativas de autolegitimação e a realidade do desprezo e da repressão por eles praticados*” (Joffé, 2011, p.30), regimes como os dos já destituídos presidentes do Egito, Hosni Mubarak, da Líbia, Muammar al Gaddafi, e da Tunísia, Zine Abidine Ben Ali.

Os primeiros protestos [na Síria] ocorreram em sequência aos levantes da “Primavera Árabe” na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen e Bahrein. Espalharam-se rapidamente devido à reação destemperada das forças de segurança do Estado, que atiraram em manifestantes pacíficos provocando a revolta de comunidades inteiras e desencadeando a resistência armada. (Cockburn, 2015)

A sociedade síria sempre foi marcada por importantes contradições. Suas cisões vão além das fronteiras da religião (Cockburn, 2015). O *International Crisis Group*, um *tink tank* estabelecido em Bruxelas, escreveu no seu relatório, de julho de 2011, que:

As autoridades sírias alegam que estão combatendo uma conspiração islâmica, patrocinada a partir do exterior, mas, para a grande maioria, estão guerreando contra sua base social original. Quando chegou ao poder, o regime de Assad deu corpo ao setor rural marginalizado, seus camponeses e a uma subclasse de explorados. A elite governante atual esqueceu suas raízes. (*International Crisis Group*, 2011 apud Cockburn, 2015)

Durante longos quatro anos de seca, no período diretamente anterior à 2011, a Síria teve, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), sua segurança alimentar ameaçada, levando cerca de três milhões de pessoas a “pobreza extrema”. Milhares de pessoas fugiram do nordeste do país para assentamentos nos arredores da capital, Damasco, de acordo com a agência de notícias humanitárias da ONU. O relator especial da ONU para o direito à alimentação da época, Olivier de Schutter, disse que as perdas que as sequentes secas acarretaram haviam sido substanciais principalmente para as populações de Hasakeh, Deir Ezor e Raqa, no nordeste do país. Além disso, a economia síria, apesar que pequenas reformas, como a redução das taxas de juros e o licenciamento de bancos privados, permanece controlada pelo governo. A longo prazo, isso representa declínio da produção de petróleo e nas exportações, investimento fraco na economia e desemprego (Raphaeli, 2007), sem falar nas sanções econômicas impostas pelo Ocidente ao governo de Assad. Esses fatores

unidos tornaram a situação da economia no país instável e a qualidade de vida da população extremamente vulnerável.

A Síria, um Estado militarizado repressivo conduzido por uma lei de emergência desde 1963, não foi imune aos movimentos pró-democracia da Primavera Árabe. Os protestos anti-governo se iniciaram ao sul da cidade de Deraa, em março de 2011, e se alastraram impressionantemente rápido pelos quatro cantos do país. No caso sírio, em princípio, a ordenação da comunidade em oposição ao governo, se estruturou sob a forma de uma mobilização social legítima. Aqueles que se dirigiam as ruas para manifestar sua posição, em um primeiro momento, estavam em busca de garantias de direitos e liberdades individuais, como a liberdade de expressão, por exemplo, além de melhoras nas condições de vida da população. Porém, as forças de segurança do governo reagiram aos protestos de forma violenta, segundo a *Human Rights Watch*, apenas nos primeiros meses de manifestações, ao menos 3.500 manifestantes foram mortos, milhares detidos, dentre estes menores de 18 anos, sendo, majoritariamente, mantidos incomunicáveis, e até mesmo sujeitos a torturas. Na maioria esmagadora das situações documentadas pela *Human Rights Watch*, testemunhas insistiram que os mortos e feridos estavam desarmados e não eram uma ameaça letal para as forças do Estado.

Ao mesmo tempo, o governo realizava tentativas fracassadas de pôr fim ao movimento, promulgando reformas como, instaurar uma nova lei de mídia, após tantos anos, retirar o estado de emergência e conceder cidadania aos curdos apátridas. No entanto, já era tarde, e a violenta repressão já havia demarcado o objetivo do governo em esmagar a revolta e rejeitar qualquer reforma que pudesse minar seu poder. A ONU alertou que o conflito estava se tornando cada vez mais sectário, à medida que os combatentes muçulmanos sunitas entravam em conflito com os alauitas leais a Assad. A emissora *Al Jazeera*⁶⁸ do Catar falou com um dos primeiros rostos públicos do levante, Michel Kilo⁶⁹, jornalista e escritor que foi encarcerado várias vezes por suas atividades pró-democracia, antes do início da campanha de 2011:

This continues to be a revolution for freedom and dignity. If I had the chance to reverse time and go back to before March 15, 2011, I would still do what

⁶⁸ Al Jazeera [online]. Syria: Uprising, revolution or civil war? Disponível em:<<http://www.aljazeera.com/indepth/features>>

⁶⁹ Ele fundou a Plataforma Democrática Síria no Cairo em 2012, juntamente com outras figuras da oposição que sentiram que o levante foi tomado pelas facções armadas.

people did. The revolution lies in rejecting tyranny and calling for freedom. Sacrificing to get freedom is the real meaning of a revolution. The losses inflicted on Syria are not the work of the revolution. They are the work of the regime which always made sure it denied people their rights and treated them like minors who needed some kind of guardianship. (Michel Kilo)

Entretanto, o presidente Assad claramente não se mostrara propenso a negociações, e logo repreendeu a população, fazendo uso da violência para conter as manifestações em oposição ao seu governo. Relatório da *Human Rights Watch*, de dezembro de 2011, inclui nomes de comandantes e oficiais das forças armadas sírias e das agências de inteligência que teriam dado ordens, aprovado ou mesmo admitido assassinatos generalizados, torturas e prisões ilegais, durante os protestos do mesmo ano, intitulado “‘Por Todos os Meios Necessários’: Responsabilidade Individual e de Comando por Crimes contra a Humanidade na Síria”. A *Human Rights Watch* insistiu para que o Conselho de Segurança levasse a situação na Síria para o âmbito do Tribunal Penal Internacional, para que fossem impostas sanções aos funcionários partes nas violações. As confissões dos desertores deixam explícitas as maneiras como as forças de segurança da Síria cometem seus exageros de forma “generalizada e sistemática”, abrangendo, prisões arbitrárias e torturas como política de Estado administrada sobre a população civil, relatou a *Human Rights Watch*.

Todos os desertores entrevistados pela organização internacional relataram que seus respectivos comandantes davam ordens, que eram permanentes, para terminar com os protestos pacíficos opressivamente, por todos os cantos do país e “*por todos os meios necessários*”, isto em reuniões regulares realizadas com soldados e unidades armadas, antes do início de suas operações. Os desertores explicaram que compreendiam a expressão “*por todos os meios necessários*”, como sendo uma permissão para que fossem usadas forças letais, principalmente, dado que recebiam munições reais e não outras formas de controle de multidão. “Hani”, um ex-integrante das Operações Especiais de Inteligência das Forças Aéreas, narrou as ordens que recebeu:

Estávamos espancando pessoas dentro de ônibus e depois no centro de detenção na base. No centro de detenção, primeiro colocávamos as pessoas no pátio e as espancávamos aleatoriamente, sem qualquer interrogatório. Eu estava envolvido na escolta de presos para o pátio e depois para o centro de detenção. Naquele dia nós prendemos cerca de 100 pessoas. Colocamos todos eles em uma cela de 5 por 5 metros. Minha unidade também estava envolvida em espancar pessoas. Meu coração estava fervendo por dentro, mas eu

não podia demonstrar porque eu sabia o que aconteceria comigo.
(Human Rights Watch, 2011)⁷⁰

É importante salientar que, antes de 2011, manifestações públicas de oposição raramente ocorriam, talvez apenas se possa fazer referência, a revolta curda no norte do país em 2004 (Díaz, 2011). Até a Primavera árabe, os opositores do governo obtinham pouquíssimo espaço de atuação e se mantinham por detrás de retraídas declarações. As tensões e oposições guardadas sem solução, e que, ao contrário, foram, por anos, reprimidas na tentativa desesperada de manter a estabilidade e o poder, explodiram das maneiras mais imprevisíveis (Joffé, 2011). Assim, logo que se instauraram as revoltas de 2011, o governo, imediatamente, usa de força descomunal para oprimir a população. Segundo relatórios de agências internacionais, o governo sírio vem sequentemente infringindo os Direitos Humanos em sua luta contra os rebeldes.

O governo vem impondo, prisões arbitrárias, torturas, rejeição de cuidados médicos até mesmo à população civil, excessos no uso da força, incremento da repressão da liberdade de expressão, causando, um altíssimo número de mortes civis, além disso, há, inclusive, a observância do uso de armas químicas no conflito, segundo a Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq). Aparentemente, a brutal reação de Bashar al Assad pode estar espelhada em um suposto êxito conquistado por seu pai em desestabilizar violentamente as revoltas da Irmandade Muçulmana no decorrer das décadas de 1970 e 1980, quando ao preço de um massacre de mais de 10 mil combatentes e civis na cidade de Hama, foram reprimidos os movimentos de oposição, o que, por outro lado, acarretou na radicalização da oposição.

Prossegue-se o conflito, e em novembro de 2012, a Coalizão Nacional Síria ganha forma, com visas à construção de um núcleo que seja suficientemente amplo ao ponto de ser representante de uma vasta diversidade de grupos insurgentes, incluindo um Conselho Militar Supremo. Perante o progresso em tornar organizada a oposição, gabinetes se estruturaram em cinco regiões na Síria, foram elas, Homs, Hama, Idlib, Deraa e Damasco. Todos advindo de batalhões do Exército Livre Sírio, o mais forte dos grupos rebeldes que combatem em território sírio, abarcando, majoritariamente, os grupos combatentes no conflito contra as tropas do governo, liderados, até certo ponto, pelo Conselho Militar Supremo (Holiday, 2012 apud Sampaio et al, 2016). Entretanto, é clara a divergência que existe entre o sistema de coordenação imposto por estas

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2011/>>.

organizações ao movimento oposicionista e o caráter anárquico de muitos dos grupos de rebeldes. Por outro lado, mais um agravante é a permanência, no âmago do conflito, de forças insurgentes extremistas, principalmente ligadas ao grupo terrorista, Estado Islâmico, o que representa motivo de preocupação para os próprios opositores do Exército Livre, e igualmente, para a comunidade internacional. Possibilitando que o conflito não seja somente observado sobre o prisma da luta contra o governo, mas sim, similarmente, entre os próprios insurgentes.

Assim, ao nível internacional, há uma cisão evidente entre posicionamentos, tanto de contestação quanto de apoio ao governo de Bashar al Assad. Desta forma, o caso sírio mostra sua singular importância, afinal, após o término da Guerra Fria, nenhum conflito envolvia, em uma tão acirrada disputa, Rússia e EUA, como foi capaz de envolver a guerra civil na Síria. Muito desta disputa está relacionada à defesa aberta que o governo russo, insiste em manter sinalizando, inclusive, com a possibilidade, como já o fez, de vetar medidas no Conselho de Segurança, que possam interferir diretamente no poder do presidente Al Assad, o que só faz reiterar, a significativa relevância desta disputa para o equilíbrio de poder, não só regional, como internacional. Logo no início do conflito, nos primeiros meses de 2011, os Estados Unidos determinaram um conjunto de sanções ao Estado sírio e se empenharam na estruturação de reformas que estivessem de acordo com as solicitações dos rebeldes. Seguindo o exemplo americano, a União Europeia, igualmente, veio a estabelecer uma série de sanções à serem impostas ao governo sírio, incluindo, o congelamento de fundos do Banco Central Sírio, além de retenções ao comércio de ouro e de metais em geral e, ainda mais, chegando a negar autorização para a entrada, em qualquer que fosse o país do bloco, de pessoas ligadas à Al Assad (Paiva; Fernandes, 2012).

Todavia, os dispositivos de *enforcement* aplicado não parecem, até o momento, terem logrado a meta desejada, e o governo sírio com apoio russo, mantém-se atuando com violência inegável e força excessiva contra seus opositores, motivo pelo qual os EUA pediram a renúncia de Al Assad, já em meados de 2011. Por conseguinte, em julho de 2012, os americanos se esforçaram para que um acordo multilateral, no âmbito das Nações Unidas, fosse imposto, de forma a sancionar o regime sírio, apesar do empenho do EUA, a proposta foi vetada no Conselho de Segurança, pelos votos russo e chinês, inibindo a possibilidade de o acordo ser posto em prática. A Rússia defendeu seu veto, argumentando que as sanções propostas não seriam isentas de parcialidade,

pois, estabeleceria restrições e condenações apenas ao regime de Al Assad, e não atingiria a oposição armada (Paiva; Fernandes, 2012).

Ademais, para além da retórica russa, é imprescindível que se recorde que o Estado russo alimenta estreitas relações com o governo *Baath* na Síria desde os anos da Guerra Fria. Em 1971, ano em que Hafez al Assad assume o poder na Síria, a até então União Soviética instaurou uma base de apoio e manutenção naval em Tartus, na região da costa mediterrânea, e perdoou uma dívida de cerca de 9,8 milhões de dólares dos sírios. Em 1980, a relação se estreitou ainda mais, com o Tratado de Amizade e Cooperação, entre a Síria e a URSS, assinado por Hafez al Assad, pai de Bashar al Assad, tornando o país o grande representante dos interesses soviéticos na região e passando a ser um dos seus mais importantes importadores bélicos, em um acordo que é mantido até hoje, e que representam US\$ 700 milhões ao ano⁷¹, nos cofres russos. Porém não são só os assuntos de cunho armamentício que ligam os dois Estados, outros negócios promissores e lucrativos incentivam a boa relação entre eles. Além, das importações agrícolas, das indústrias de aço e metalomecânica, dos transportes aéreos, o Estado russo, também, cultiva interesses energéticos significativos na Síria, de distribuição e exploração de petróleo e gás, com empresas como a Stroitransgaz e na Tafneft. Assim, este estreito relacionamento entre os dois países faz com que o Kremlin resista em se desligar do presidente da Síria, Bashar al Assad.

Tanto que, atualmente, a Rússia vem auxiliando, com ofensivas, o governo de Al Assad, a retomar cidades dominadas pelos rebeldes e pelo grupo terrorista Estado Islâmico. O presidente russo, Vladimir Putin, reiterou em 2015 seu propósito de ajuda militar ao regime Assad, passando por cima das desaprovações do Ocidente. Declarando que a organização terrorista ISIS não poderia ser derrotada sem que a cooperação com o governo sírio fosse estabelecida. Em discurso proferido em uma reunião de ex-chefes soviéticos no Tadjiquistão, Putin insistiu que, sem *“uma participação ativa das autoridades sírias e dos militares, seria impossível expulsar os terroristas do país e da região como um todo”*. Um ano mais tarde, o governo americano alegou que o governo russo havia aumentado para 28 o número aviões de combate em uma base aérea próxima à Latakia, na Síria. Alegando que a Rússia vem intensificando o envio de aviões e helicópteros para possíveis ofensivas na Síria, ainda segundo os Estados

⁷¹ Dados: O Globo [online]. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/mundo/as-esposas-russas-da-siria> >

Unidos. Além disso, o Observatório Sírio de Direitos Humanos detectou o avanço das tropas de Assad depois dos bombardeios empreendidos pelos russos.

Porém, enquanto continuam os empasses entre as potências, o panorama na Síria se complica cada vez mais, tanto que ainda hoje está difícil vislumbrar a possibilidade de uma transição democrática no país, uma vez que, a escalada de violência não vislumbra cessação. Durante as últimas quatro décadas, a liberdade de expressão esteve suspensa, totalmente controlada pelo partido *Baath*. O presidente vem desfrutando de plenos poderes, e não se mostra preocupado em garantir a segurança física de seus cidadãos. Da mesma forma, não há igualdade de direitos em território sírio, algo que afeta principalmente a minoria curda, mas, de certa forma, a cada um que esteja fora do guarda-chuva do governo. Assim, o controle social vem sendo mantido por toda uma cadeia de serviços de inteligência, com a missão de vigiar a população, buscando prováveis e possíveis opositores ao regime.

Ao longo do conflito, o abismo aberto entre a maioria sunita e minoria alauita, no poder durante décadas, incentivou brutalidades realizadas por ambos os grupos, que resultaram, não somente em uma perda incalculável de vidas humanas, mas também, na devastação de comunidades inteiras, aliado à violência inicial do conflito, a entrada de grupos extremistas, especialmente do Estado Islâmico, a situação no país se tornou ainda mais alarmante, afastando a expectativa de uma solução pacífica. O aumento do terror gerido pelo grupo *jihadista*, que se beneficiou, vendo a vulnerabilidade em que se encontrava o país, tomando, assim, vastos territórios ao norte e leste do Estado, adicionou ainda mais complexidade ao conflito.

1.2.1 Histórias de um dilema: uma população sem escolhas.

O movimento de reforma iniciado na Síria se transfigurou em uma revolução total, após uma demonstração de intransigência do governo, que despreendeu o gatilho da revolta popular. Muitas mortes ocorreram, no momento em que as forças do Estado abriam fogo sobre manifestantes, como as mortes de abril de 2011 no centro da cidade de Homs, com ao menos 15 pessoas atingidas na *New Clock Tower Square*, durante a

tentava de organização de um *sit-in*⁷², e no sul da cidade de Izraa, onde cerca de 34 manifestantes foram mortos. Ainda no mesmo mês, tanques e veículos blindados estabeleceram um cerco à cidade de Daraa por 11 dias, nesse período mais de 115 residentes foram mortos, segundo ativistas locais, consultados pela organização não-governamental, *Human Rights Watch*. Os moradores de Daraa relataram, à organização internacional, que as forças de segurança tomaram conta de todos os bairros, e que situaram atiradores no alto dos prédios por toda a extensão da cidade e impediam todo tipo de movimentação de moradores, disparando na direção dos que tentassem deixar suas casas.

As forças do governo atacaram, também, a cidade costeira de Banyas, utilizando um estádio esportivo da cidade como centro de detenção, e a cidade de TalKalakh, perto da fronteira com o Líbano, forçando, segundo a *Human Rights Watch*, mais de 3 mil cidadãos a fugirem rumo a fronteira libanesa. Em julho de 2011, as forças armadas sírias invadiram a cidade de Hama, que foi palco de uma das mais impressionantes manifestações contra o governo, matando mais de 200 pessoas em quatro dias, conforme listas fornecidas a mesma organização por moradores, com os nomes dos mortos, outras informações coletadas pela organização, sugerem que cerca de 20 mil pessoas foram presas entre março e setembro de 2011. Muitos destes detidos eram jovens, com idade entre 20 e 30 anos, entretanto, as listas incluem, igualmente, crianças, mulheres e idosos.

Segundo informações da agência de notícias *Reuters*, os protestos começaram na cidade de Daraa como reação à prisão arbitrária e à possíveis torturas, pelas quais foram expostas 15 crianças, entre os 13 e os 15 anos, acusadas de grafitar nas paredes de sua escola no distrito de Hay al-Arbeen, frases pedindo a queda do governo. Os jovens escolheram as paredes da pequena escola para expressar o medo da repressão e a frustração pelas precárias condições de vida, generalizadas no país. Como réplica e a partir daí as forças de segurança do Estado repetidamente e sistematicamente reprimiram qualquer tipo de manifestação contra o governo, esmagando até mesmo movimentos pacíficos. Somente na província de Daraa, aproximadamente, 418 pessoas foram assassinadas, segundo ativistas de organizações locais, lembrando que é um dado

⁷² Um modelo de protesto pacífico em que os manifestantes se sentam para que haja o bloqueio de vias de passagem.

aproximado, pois, devido à escassez de notícias, os números exatos são impossíveis de precisar.

Mohammad, um dos meninos envolvidos no citado caso na escola de Deraa, falou com a *Reuters*, segundo ele um dos estudantes escreveu nas paredes: “*No teaching, No School, Till the end of Bashar's Rule*”. Outro colocou apenas: “*Leave, Bashar*”. Mohammad disse que havia iniciado a escrever, “*Your turn is coming, Doctor*”, utilizando um apelido popular, “doutor”, para o presidente que estudou cirurgia ocular, antes de assumir o governo, com a morte de seu pai. A detenção dos meninos de Deraa e os abusos das autoridades sírias inflaram um sentimento de revolta que por anos foi abafado. Em 18 de março de 2011, nada conseguiu parar a explosão do desejo por mudanças. Tão logo, os protestos se seguiram, eclodiram por todas as partes, em cidades como, Damasco, Homs, Hama, rapidamente, todo o país estava tomado por sequentes revoltas. A resposta vinda de Damasco foi violenta, o regime mostrou-se capaz de semear por todo lado uma brutalidade sem limites. Manifestantes e ativistas de oposição, ainda que pacíficos, foram atingidos de várias formas pela polícia Estatal e milicianos pró-governo. O Observatório de Direitos Humanos chegou a comprovar prisões arbitrárias e o frequente uso de métodos de tortura contra os presos.

O caráter esvaziado que a revolução síria adquiriu, está intimamente ligado às arraigadas cisões políticas, religiosas e econômicas, muito anteriores a 2011, porém, igualmente relacionado com a maneira como estas foram utilizadas pelas forças de intervenção estrangeiras. Desta forma, não demorou para que a revolução síria declinasse para uma verdadeira guerra civil, de dimensões impensadas, na qual seu próprio Estado bombardeia cidades inteiras como se estas não passassem de campo inimigo, e onde a oposição é armada e administrada por combatentes *salafitas-jihadistas*, que matam minorias religiosas, somente por questões sectárias (Cockburn, 2015). E o que resta a população? Atualmente, o povo sírio se vê diante de um cruel dilema, escolher entre uma ditadura violenta, cujo poder é monopolizado pela presidência, e que qualquer protesto é brutalmente abafado pelo Estado. Ou, ainda, uma oposição bárbara, capaz de atos de impetuosidade quase medievais, que mata crianças por atos de blasfêmia, e decapita soldados.

Assim, na Síria a consequência desencadeada pela Primavera Árabe foi brutal e, diante da apatia do sistema internacional, o sonho de democracia simplesmente desmoronou. Núcleos sectários de combate, compostos por militantes extremistas

religiosos, ergueram-se em uma velocidade alucinante, e manifestações pacíficas logo se tornaram uma impiedosa guerra civil que, por sua vez, não tardou em se converter em uma guerra por procuração. Incontáveis regras internacionais de *jus in bello*⁷³ foram notoriamente descumpridas, incluindo uma das mais importantes, envolvendo um ato de extrema crueldade, utilizando armas químicas contra populações civis. Ao mesmo tempo em que saques se seguiam às casas ricas da cidade de Aleppo, portanto, em pouquíssimo tempo, um Estado moderno foi devastado por um conflito de face destruidora que não parece ter fim.

As revoluções são conhecidas por engolir e massacrar as primeiras sementes, mais puras e mais humanas, foi assim na Revolução Francesa, na Revolução Russa, ou na Revolução Comunista chinesaⁱⁱ, entre outros muitos exemplos, no entanto, poucas foram tão hábeis em esmagá-las, com tal destreza e rapidez, como na Síria. Dessa maneira, hoje amplas áreas do país estão totalmente arrasadas. Refugiados não regressam e não parecem ter mesmo porque fazerem isso, afinal o governo Al Assad, não demonstra preocupação em construir meios para a reconciliação e, conseqüente retorno dos nacionais, aparentemente seu argumento está estruturado na comparação despropositada com grupos extremistas, se colocando como aquele que ao menos não decapita por diferenças religiosas (Cockburn, 2015). Porém, longe de assinalar com a possibilidade de uma solução democrática e pacífica.

Ao mesmo tempo, a saída em massa de refugiados, fugindo do conflito sírio, que já representa, uma das mais graves da história recente, jogou muita pressão sobre os países da região, em especial, o Líbano, a Jordânia e a Turquia. Outros 10% aproximadamente, dos refugiados sírios vão mais longe à procura de asilo no continente europeu, o que vem provocando importantes disputas entre as nações da União Europeia, principalmente, acerca da responsabilidade sobre o acolhimento destes. Segundo a organização Observatório Sírio de Direitos Humanos, com sede na capital inglesa, em setembro de 2015, o número de mortos passava dos 300 mil. Para, Steffan de Mistura, representante das Nações Unidas na Síria, em estimativa, até os primeiros meses de 2016, a guerra no país já havia matado mais de 400 mil pessoas. Enquanto, o Centro Sírio para Pesquisa de Políticas, mais uma agência que vem calculando o índice

⁷³ O Direito Internacional Humanitário (DIH), ou *jus in bello*, é o direito que rege a maneira como a guerra é conduzida. O DIH tem fins puramente humanitários, buscando limitar o sofrimento causado pela guerra. (Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <<https://www.icrc.org/>>. Visualizado em: 16 de dezembro de 2016).

de mortandade do conflito no país, estima 470 mil vidas perdidas. Ao passo que, em relatório, a ONU, contabilizou, no período até fevereiro de 2016, mais de 4,8 milhões, de pessoas deslocadas fugindo do conflito na Síria, em sua grande maioria mulheres e crianças.

Os assustadores índices não se encerram diante do número alarmante de perdas de vidas humanas. Segundo a Agência das Nações Unidas, ainda será preciso o emprego de cerca de US\$ 3,2 bilhões para que se possa pôr em prática a ajuda humanitária a mais de 13,5 milhões de pessoas, dentre elas 6 milhões de crianças, que ainda vivem no país. Pois, ainda segundo a ONU, aproximadamente, 500 mil pessoas permanecem reféns, seja de cercos das próprias forças de segurança ou de rebeldes. Ademais, quase 70% da população local, atualmente, não possuem água potável, um terço não tem a possibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares mais básicas, além disso, mais de 2 milhões de crianças não mais frequentam as escolas, e um quinto dessas pessoas vive sob extrema pobreza. A Comissão de Inquérito sobre a Síria solicitou às partes beligerantes que sigam os princípios básicos das regras internacionais do Direito da Guerra. Em comunicado, publicado pelo grupo que é liderado pelo brasileiro, Paulo Sérgio Pinheiro, são citadas algumas das muitas violações dos direitos humanos praticadas inclusive por forças pró-governo na Síria.

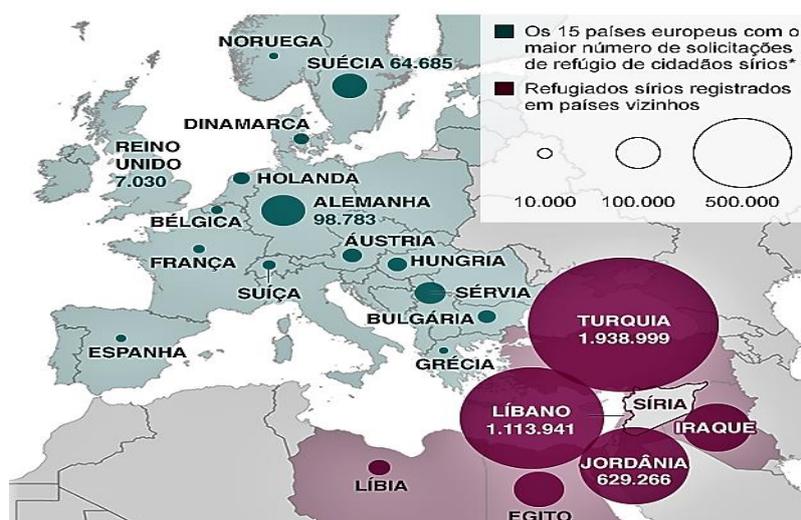
A Comissão mencionou “*execuções sumárias, prisões arbitrárias, desaparecimentos e recrutamentos forçados*”. O documento alerta ainda para a maior vulnerabilidade dos mais jovens a estas formas de violações. Para além do já reconhecido padrão de combate, de ataques desordenado, a Comissão de Inquérito obteve, da mesma forma, afirmativas que indicavam que grupos de oposição, dentre eles núcleos jihadistas, como a Frente *al Nusra*, não estariam permitindo que civis deixem as regiões em conflito. O documento declara ainda que “*o sucesso de qualquer negociação depende do reconhecimento de todas as violações cometidas desde o início do conflito*”⁷⁴. De mais a mais, é imprescindível que se inicie a incorporação de arquétipos que funcionem de forma a prestarem contas, provendo justiça, verdadeiramente, às vítimas.

Porém, não obstante que a atual crise migratória, que assola e assusta o mundo, seja sem precedentes em fronteiras europeias, se comparada a pressão que a crise de

⁷⁴ Disponível em: < <http://www.unmultimedia.org/>>.

refugiados tem causado nos países vizinhos à Síria que, até setembro de 2015, haviam recebido cerca de 4,6 milhões de refugiados tentando escapar dos horrores da guerra, um número muito maior do que o mais assustador dos fluxos em continente europeu, se poderá perceber que diante do que passam os países da região a situação europeia é certamente das menos desconfortáveis.

FIGURA 1: Sírios em países vizinhos e na Europa. Solicitações de refúgio de abril de 2011 até junho de 2015.

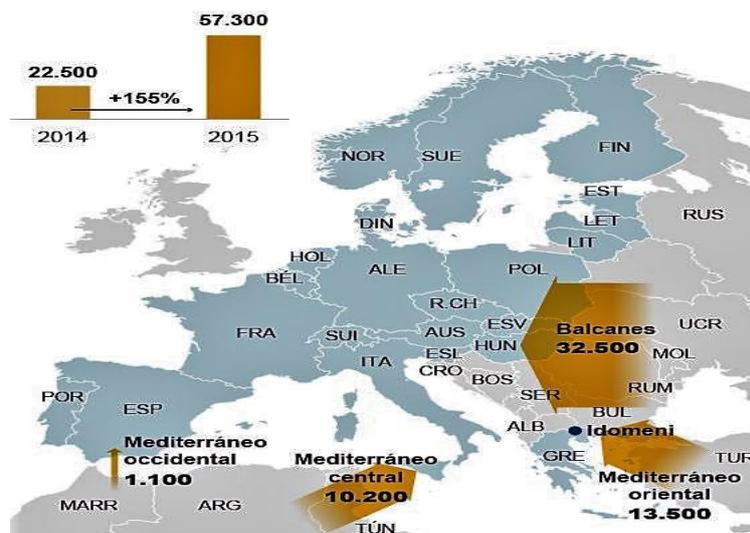


Fonte: Mapa construído pela BBC, com dados retirados da ACNUR.

Entretanto, não se pode diminuir a gravidade do que hoje acontece nas fronteiras europeias. De certo, os números comovem pela grandiosidade. Afinal, o que se observa são milhares de pessoas, em uma multidão que se reúne em imensos comboios humanos buscando desesperadamente atingir os países do bloco europeu. Alguns milhares de imigrantes e refugiados, em condições de vulnerabilidade, iniciando uma migração em massa até rotas fronteiriças, principalmente, no Mediterrâneo e Oeste dos Balcãs, em quantidades nunca antes presenciadas. Consequentemente, os pedidos de asilo para a Europa se multiplicaram, cerca de 438 mil refugiados entraram com o pedido de asilo junto à União Europeia (UE) até o fim do mês de julho de 2015, segundo estimativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

FIGURA 2: Principais rotas de entrada de refugiados no continente europeu.

Comparação realizada entre os anos de 2014 e 2015.



Fonte: Mapa construído pelo El País. Com dados da Frontex.

CAPÍTULO 2- A UNIÃO EUROPEIA E A QUESTÃO DOS REFUGIADOS.

A guerra civil na Síria entrou em 2016 em seu quinto ano, e as condições de vida só se deterioraram, cada vez mais, em um grau para lá de alarmante, milhões de refugiados sírios migrando para outros países, além disso, existem altos índices de deslocados internos. Segundo a Agência da ONU para Refugiados, estas pessoas estão submetidas a um futuro imprevisível, ainda que, com auxílio suficiente da comunidade internacional. No decorrer dos últimos anos, um número sem precedentes de refugiados, vêm largando-se na empreitada de atingirem a Europa, em embarcações superlotadas e extremamente arriscadas, comandadas por traficantes de pessoas. Muitas dessas pessoas estão fugindo de conflitos, violências e perseguições.

No final de 2014, o governo italiano, juntamente com a União Europeia, resolveu pelo fim da operação humanitária de salvamento de imigrantes, *Mare Nostrum*, que até então já havia resgatado mais 166 mil pessoas, segundo a Anistia Internacional. A operação foi substituída por outra bem menor, com características de uma operação claramente de controle fronteiriço, tanto que ao contrário da anterior não se aproxima da costa da Líbia, conta, igualmente, com barcos menores, e um número reduzidos de aviões, helicópteros e pessoal, esta foi denominada, Tritão. A emergência humanitária

se alarga, cada vez mais, no Mediterrâneo. A diferença entre as operações não está apenas no orçamento, mas nos objetivos também. Enquanto a *Mare Nostrum* era uma operação de resgate marítimo, promovida pela Itália, a Tritão, sob a organização da Frontex, se preocupa com controle da fronteira, se limitando a patrulhar as águas territoriais europeias. A operação não tem a mesma verba nem estrutura que a anterior, que foi reduzida de € 9 milhões mensais para € 2.9 milhões⁷⁵. O que torna ainda mais arriscada a travessia. Entretanto, ainda que seja inserto, para estas pessoas em total vulnerabilidade, pagar milhares de dólares a traficantes atravessadores, e serem levadas a embarcarem em frágeis barcos é, por vezes, a única opção que lhes é restante.

A presença em quantidades alarmantes de refugiados na Europa, o mais elevado fluxo desde o fim da Segunda Grande Guerraⁱⁱⁱ, expôs as autoridades europeias a uma realidade trágica de proporções exorbitantes. Somente no período correspondente ao espaço temporal de 1º de janeiro e 1º de setembro de 2015, pelo menos 351.314 imigrantes aportaram nas costas europeias, especialmente na Grécia onde, segundo a Organização Internacional para as Migrações o número corresponde a 234.778 pessoas, e Itália, com 114.276, em seguida, com números muito menores estão, a Espanha com 2.166 pessoas, e Malta que recebeu cerca de 94. Ainda segundo a Organização, ao menos 2.643 imigrantes que buscavam alcançar à Europa perderam suas vidas no Mar Mediterrâneo, no entanto, o órgão considera que este dado possa ser muito mais alarmante.

A nacionalidade da maioria dos refugiados e imigrantes é síria, devido principalmente ao conflito armado em seu país e, igualmente, à progressão do grupo terrorista, Estado Islâmico, todavia, há também afegãos, eritreus e nigerianos, tal informação poder-se-á considerar-se importante para a compreensão da crise sem precedentes, referente a chegada em massa de requerentes de asilo em solo europeu. Muito embora, a guerra na Síria já tenha completado seu sexto ano, o despontar do Estado Islâmico no conflito acentuou ainda mais uma luta que até 2015 já havia custado mais de 230.000 vidas e obrigado para além de 11,5 milhões a deixarem suas casas, segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Atualmente, o autoproclamado Califado comanda territórios na parte norte e oeste do Iraque e boa parte da Síria

⁷⁵ O Globo [online]. Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/mundo/operacao-de-salvamento-de-imigrantes-no-mediterraneo-substituida-por-missao-de-controle-das-fronteiras>>

oriental, nas áreas sob seu controle impõem um regime de terror, com terríveis punições aqueles que não cumprem rigorosamente sua versão extremista do islã.

A ACNUR reafirmou recentemente sua preocupação com as mais novas práticas restritivas assumidas pelos países europeus, que adicionam, cada vez mais, empecilhos à entrada e permanência de solicitantes de asilo em todo continente, gerando o total caos em muitos territórios fronteiriços e especialmente, exercendo uma profunda pressão diretamente sobre a Grécia, que tem lutado para conseguir lidar com o grande número de pessoas que precisam urgentemente de acomodações e serviços. As atuais medidas restritivas poderão estar sujeitas ao risco de violação da legislação europeia, de ampla interpretação e sistematização, para enfrentar situações de crise de migrantes e refugiados no bloco europeu.

“A Europa não pode continuar respondendo a esta crise [dos refugiados] com uma abordagem fragmentada. Nenhum país pode fazer isso sozinho, e nenhum país pode se recusar a participar desta resposta”, relatou António Manuel Guterres⁷⁶, em comunicado divulgado pouco antes de uma das muitas rodadas de reuniões que a União Europeia realizou para tratar de assuntos relativos à atual crise de refugiados. Ainda segundo Guterres, *“circunstâncias excepcionais requerem resposta excepcionais. Lidar com esta crise da maneira usual não resolverá o problema”*. Por outro lado, a cena da criança síria, que teve seu corpo morto arrastado pela correnteza até uma praia turca, após o naufrágio da embarcação que carregava dezenas de refugiados, em uma tentativa fracassada de atingirem a Europa pela Grécia, comoveu milhões de pessoas ao redor do mundo e fez com que se lançasse um renovado olhar sobre a tragédia que se abate sobre os refugiados, com dolorosa frequência, no Mar Mediterrâneo.

Conforme dados da agência das Nações Unidas, ACNUR, apenas no ano de 2015 mais de 750 mil imigrantes e refugiados devem ter conseguido entrar na Europa pelo Mediterrâneo. Os destinos mais procurados pelos migrantes são Grécia, França, Itália e Inglaterra. A tentativa de passagem ilegal é extremamente perigosa, centenas de pessoas já morreram tentando essa travessia rumo ao continente europeu. Os traficantes ou atravessadores chegam a cobrar mais de US\$ 10 mil por imigrante para que seja efetivado o transporte pelo mar, mesmo que em circunstâncias muito arriscadas. Ainda que já em terras europeias, a travessia não termina para estes imigrantes, que por vezes,

⁷⁶ Exerceu o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados de 15 de junho de 2005 à 31 de dezembro de 2015.

tentam prosseguir viagem para a Grã-Bretanha pelo Eurotúnel ou mesmo continuam retidos nos países por falta de documentação, e sujeitos a deportação. Fator essencial nesta travessia, os traficantes de pessoas persistem no oferecimento de uma vida nova para os migrantes no continente europeu, o que é, na maioria das vezes, apenas uma ilusão.

De janeiro a abril de 2015, a Organização Internacional de Migração calcula que aproximadamente 2 mil pessoas morreram tentando fazer a travessia do Mediterrâneo, a partir do norte da África rumo a Europa. Em 2015 mais de 1 milhão de imigrantes e refugiados atingiram o solo europeu. E ainda assim, mais de 700 morreram no mar Egeu, na tentativa de passar da Turquia para a Grécia. Como já foi dito, a travessia do Mediterrâneo, realizada em botes ou embarcações superlotadas, sem conter nem mesmo, as mais básicas condições de segurança, por intermédio de traficantes de pessoas, que chegam a custar aos imigrantes mais de US\$10 mil, o que torna o “negócio” altamente rentável, afinal uma embarcação pode render US\$ 1 milhão⁷⁷. Sem nenhuma forma de assegurar a aceitação do pedido de refúgio, vários requerentes de asilo não conquistam a permanência em seus destinos e acabam sendo enviados para retornarem aos seus países de origem. No entanto, raramente cedem, e acabam tentando duas ou mais vezes, até ganharem o direito oficial de asilo.

Somente durante os oito meses iniciais do ano de 2016, aproximadamente 281.740 pessoas realizaram a arriscada viagem marítima para a Europa, segundo a ACNUR. Ainda segundo as Nações Unidas, a quantidade de refugiados e imigrantes que chegaram à Grécia diminuiu significativamente de 67 mil no mês de janeiro para 3.437 em agosto, tal queda se explica principalmente pelo acordo posto em prática entre a União Europeia e a Turquia, aliado ao fechamento da rota dos Balcãs. No entanto, tal redução não atingiu a Itália, que acabou por manter o número de chegadas constante. Perto de 115 mil refugiados e imigrantes atingiram o continente só até o fim do mês de agosto de 2016, no ano anterior, neste mesmo período cerca de 116 mil foram igualmente registrados.

“A principal diferença, no entanto, tem sido o número de vítimas. Este ano, até o momento, uma em cada 42 pessoas morreu atravessando do norte da África para a Itália. No ano passado, foi registrada a morte de uma em cada 52 pessoas”,

⁷⁷ Dados: BBC [online]. Disponível em: < <http://www.bbc.com/>>.

acrescentou Willian Spindler⁷⁸, em entrevista dada aos jornalistas no Palácio das Nações em Genebra. “*Isso torna 2016 o ano mais letal já registrado no Mediterrâneo Central. As chances de morrer na rota da Líbia para a Itália são dez vezes maiores do que atravessando da Turquia para a Grécia*”, argumentou ele. A redução do socorro pode ser vista como uma das possíveis causas de tal cenário, desta forma, as autoridades europeias vêm trabalhando para formular uma política que configure uma solução mais humanitária para a crise, sem agravá-la.

2.1 QUEM SÃO ESSES REFUGIADOS?

O processo que se desencadeou, de grande procura por asilo político é resultado direto do amplo êxodo populacional, o mais grave desde o fim da Segunda Grande Guerra. Somente nos dois primeiros anos de guerra civil na Síria, mais de 1 milhão de pessoas, um total de 5% da população, já haviam deixado o país, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Por isso, não se vislumbra um fim para tão urgente preocupação, afinal o número de sírios que fogem de seu país ainda continua em alta. Porém, conforme a Comissão Europeia, o acordo assinado pelo bloco europeu com a Turquia, visando inviabilizar a chegada em massa de imigrantes e refugiados com destino aos países europeus, ainda está caminhando firme. Ainda assim, a Grécia precisará realizar avanços nos seus campos para conseguir acolher mais requerentes de asilo. Além disso, até o fim do mês de setembro de 2016, um ano depois de o acordo entrar em vigor, apenas, 5.651 pessoas foram realocadas, destas 1.196 estavam na Itália e 4.455 na Grécia. A meta inicial, fixada quando da assinatura, era de realocar 160.000 pessoas em dois anos⁷⁹.

O número de refugiados sírios que procuraram asilo nos países vizinhos depois do início da guerra civil no país já ultrapassa os 4,8 milhões, ao passo que os que buscaram ingressar no continente europeu já chegam a aproximadamente 900 mil em 2016, segundo divulgou o Alto Comissariado da ONU para Refugiados. Ainda em conformidade com os dados publicados pelo ACNUR, contabilizando do início do conflito em 2011 até março de 2016, 4.815.868 sírios deslocaram-se do país e pediram

⁷⁸ Porta-voz do ACNUR.

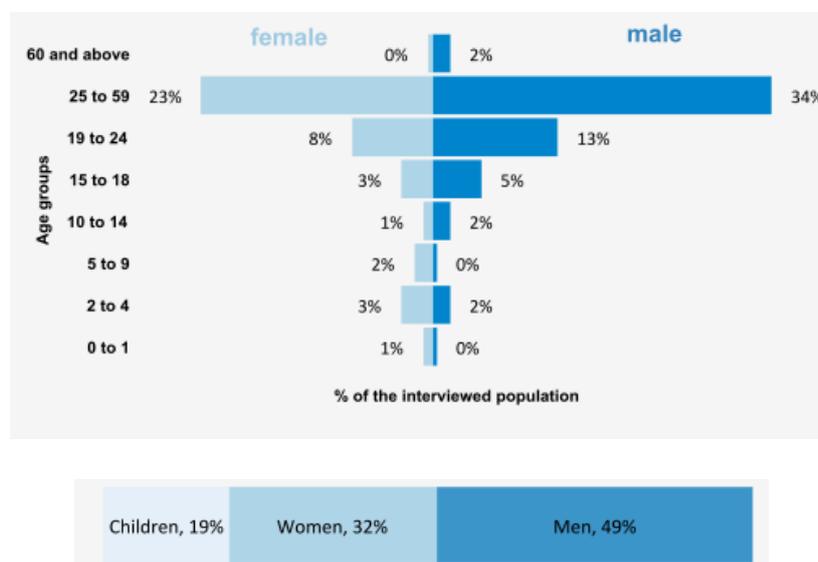
⁷⁹ Dados: IstoÉ [online]. Disponível em: <<http://istoe.com.br/ue-quer-realocar-30-000-solicitantes-de-asilo-da-grecia-ate-fim-de-2017/>>

refúgio à países próximos, como o Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e, especialmente, a Turquia. Ademais, no espaço entre abril de 2011 e o fim de 2015, 897.645 sírios, entraram com o pedido de asilo em 37 Estados europeus.

Somente nos primeiros meses de 2016 a Agência da ONU para Refugiados calculou que chegaram 129.994 refugiados e imigrantes, de diferentes nacionalidades ao continente europeu por rotas marítimas, e que destes aproximadamente 41% eram sírios. Um número alarmante, pois, representa um aumento em 10 vezes na quantidade de imigrantes e refugiados se utilizar-se como base o mesmo período do ano anterior. Em um estudo o ACNUR esclareceu que em torno de 94% dos sírios que atingiram a Grécia, no mês de janeiro de 2016, realizaram, para tanto, uma arriscada travessia marítima para fugir do conflito e violência que assolam seu país. A agência administrou uma análise durante o primeiro mês de 2016, sobre os refugiados, na tentativa de formular um perfil dos sírios que aportaram nas ilhas gregas. Para a construção de pesquisa semelhante aqui, será utilizado, principalmente, como base de estudo, a observação dos refugiados que chegaram à Europa pela Grécia, com o auxílio desbravador, da investigação previamente realizada pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados.

O Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) tornou público, no mês de setembro de 2016, um relatório extremamente preocupante, acerca da situação atual dos refugiados. Nele consta, que em todo o planeta existem atualmente pelo menos, 50 milhões de crianças afastadas dos seus países de origem, e destas, impressionantes, 28 milhões, foram obrigadas a saírem por causa de conflitos e da insegurança local. O secretário-geral das Nações Unidas na época, Ban Ki-moon, ressaltou ainda que mais da metade dos refugiados em todo o mundo são crianças, salientando a necessidade eminente de chegar rapidamente até as causas do deslocamento, além disso, responder igualmente à crise. “*Se você quer proteger a sua imagem, proteja as crianças*”, afirmou o ainda Secretário na época, solicitando que cada Estado-membro e, principalmente, as partes diretamente envolvidas nos conflitos, que deem prioridade na proteção das crianças.

FIGURA 3: Informação Sócio demográfica_ Distribuição por idade e sexo dos sírios.



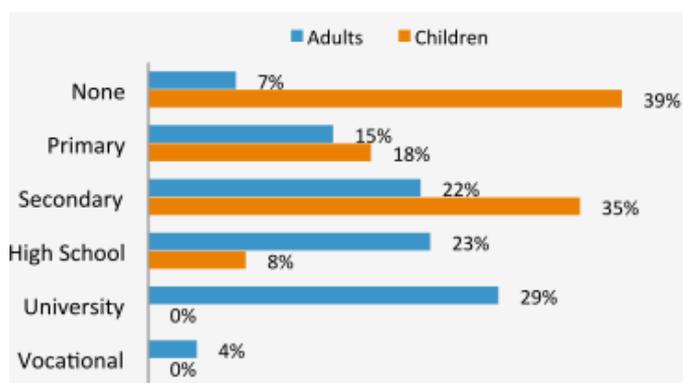
Fonte: UNHCR; Profiling of Syrian arrivals on Greek Islands in January 2016.

Os recém-chegados em geral representam uma esfera populacional mais jovem, especialmente, se analisada perante a população de meia-idade da qual é composta normalmente os países europeus, e este é o caso da atual leva de refugiados. De acordo com a agência de estatística europeia (Eurostat), entre os 729 mil requerentes de asilo documentados apenas no período de maio a outubro de 2015, 82% tinham menos de 34 anos. Assim, a média de idade dos refugiados representa aproximadamente a metade da dos alemães, por exemplo, que está por volta dos 46 anos. Todavia, muitas questões interferem e prejudicam o ingresso dos refugiados no mercado de trabalho da Europa. Tanto que em junho de 2016 um relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais sobre os refugiados, lembrou que existem importantes diferenças relacionadas aos prazos e formas de tratamento dos requerimentos de proteção internacional, entre os Estados da União. Reiterando, que a morosidade e o excesso de burocracia dos processos podem dificultar ainda mais o ingresso dos refugiados e requerentes de asilo no mercado de trabalho, e o acesso à educação.

Durante o período de marginalização, os refugiados obtêm o direito de receberem auxílio da previdência social e moradia, no entanto, usualmente não é permitido que trabalhem, nem que frequentem cursos de línguas financiados pelo Estado. E esse não é o único entrave que se coloca à frente da inserção do requerente de asilo no mercado de trabalho europeu. Portanto, a Comissão sublinha que para que se possa facilitar a inclusão social e a integração dos refugiados ao mercado de trabalho na

Europa, é imprescindível que se desenvolva uma forma de tratamento que estabeleça uma adaptação adequada e que preveja a colaboração, para que se possa responder a questões de suma importância, como lidar com as diversas formas de discriminação, com as barreiras linguísticas e a validação de competências, pois, a forte presença na Europa de formas de credenciais e referências, prejudica a distinção das qualificações profissionais dos estrangeiros e, por decorrência, os impossibilita de trabalhar.

FIGURA 4: Nível de educação dos refugiados sírios maiores de 4 anos.



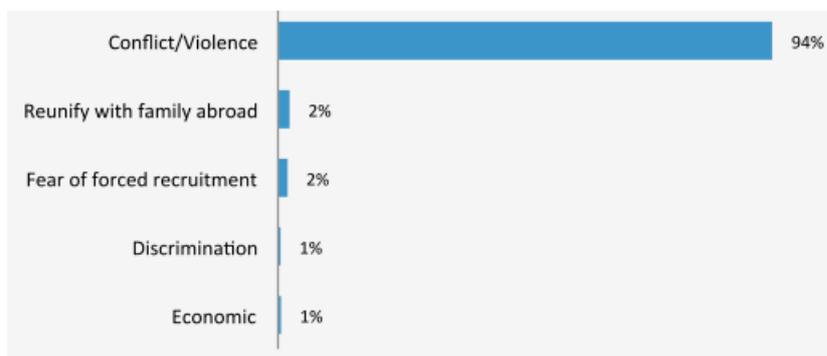
Fonte: UNHCR; Profiling of Syrian arrivals on Greek Islands in January 2016.

O conflito armado na Síria se iniciou em março de 2011, e desde então a ONU já calcula que a guerra tenha deixado um rastro de destruição, com aproximadamente 400 mil mortos, até agora, e ocasionado um êxodo de mais 4,5 milhões de pessoas do país. Com a progressão do grupo jihadista, Estado Islâmico, nos territórios sírios, a guerra civil se acentuou ainda mais. Durante um dos piores acontecimentos do conflito, EUA, França e Grã-Bretanha afirmaram que o regime de Bashar al-Assad realizou em 21 de agosto de 2013, um massacre, que teve como resultado, 1.429 mortos, entre estes, 426 crianças.

Investigação apresentada, em agosto de 2016, ao Conselho de Segurança da ONU, por Virginia Gamba, chefe das investigações respaldadas pela Opaq, chegou a informar que a comissão de investigação encontrou evidências concretas do uso de armas químicas em três momentos no conflito sírio, em Talmenes (abril de 2014) e Sarmin (março de 2015), pelas forças aéreas do governo de Assad, que lançaram substâncias tóxicas sobre as regiões. E em Marea (agosto de 2015), norte de Aleppo, no

qual, o Estado Islâmico utilizou gás mostarda⁸⁰. Para António Guterres, da ACNUR “a Síria transformou-se na grande tragédia deste século, uma calamidade em termos humanos com um sofrimento e deslocamento de populações sem precedentes nos últimos anos”.

FIGURA 5: Razões para sair da Síria_ principal razão para deixar o país de origem.



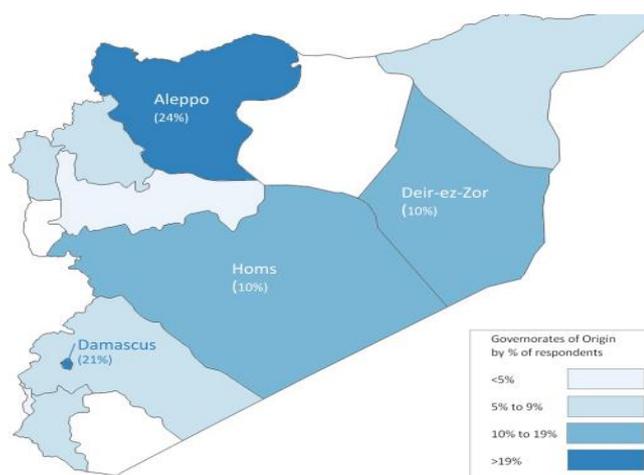
Fonte: UNHCR; Profiling of Syrian arrivals on Greek Islands in January 2016.

O ex-Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, acusou o que chamou de “crimes de guerra” ocorridos na Síria, declarando que as circunstâncias em Aleppo são piores que as de um “matadouro”. Tal repreensão foi expressa após as forças do regime Assad terem bombardeado dois dos principais hospitais de Aleppo, enquanto tentavam prosseguir com a ofensiva para retomar o leste da cidade dos rebeldes. Ainda segundo Ban Ki-Moon, “(...) aqueles que estão a utilizar armas ainda mais destruidoras sabem exatamente o que estão a fazer. Estão a cometer crimes de guerra”, reiterando que a cidade, “é mais do que um matadouro, mesmo um matadouro é mais humano, quando hospitais, clínicas e ambulâncias em Aleppo estão a ser sistematicamente atacados”. Os voluntários na Síria, mais conhecidos como Capacetes Brancos⁸¹, relatam claramente que os moradores de Aleppo convivem com uma situação tão calamitosa que estão “apenas à espera de ser mortos”.

⁸⁰ Em outros três eventos, Kafr Zita (abril de 2014), Qmenas (março de 2015) e Binnish (março de 2015), as investigações ainda prosseguem com a análise de substâncias em institutos forenses e laboratórios.

⁸¹ A Defesa Civil Síria é um grupo formado por voluntários locais, que prestam primeiros socorros aos feridos, também conhecido como “Capacetes Brancos”.

FIGURA 6: Províncias de origem dos refugiados na Síria.



Fonte: UNHCR; Profiling of Syrian arrivals on Greek Islands in January 2016.

Perto da metade da população síria, cerca de 11 milhões dos 23 milhões, que viviam no país em 2011, tiveram que deixar suas casas. Dentro deste total, mais ou menos, 4,8 milhões já saíram do país, conforme dados analisados pela ACNUR. Segundo a Agência, destes 52% dos refugiados são menores de idade, muitos deles viajando sem nem mesmo um adulto responsável. E o mais assustador é que este êxodo não parece está nem sequer perto do fim. Além do mais, estima-se que, um número superior a 13 milhões de sírios necessite de ajuda humanitária. As crianças representam o grupo de maior vulnerabilidade, com relação à abusos sexuais e, da mesma forma que os jovens, podem estar sob risco eminente de se verem obrigadas a lutar no conflito. Ao passo que, ao mesmo tempo, os *ihadistas* do grupo Estado Islâmico, continuam a decapitar inimigos, estuprar mulheres e crianças, e incessantemente, praticam atentados em centros urbanos, além de arrasarem grandes tesouros arqueológicos, como, por exemplo, as edificações da histórica cidade de Palmira.

Com o fechamento das fronteiras em meio a mais grave crise migratória na Europa, após o término da 2ª Guerra Mundial, dezenas de milhares de pessoas ainda continuam em degradáveis campos de refugiados, para além dessa situação, os esforços para entrarem ilegalmente nos países do bloco, acabam muitas vezes em graves confrontos. “*Estamos testemunhando uma mudança de paradigma, uma era em que a escala de deslocamentos forçados, bem como a resposta necessária, estão claramente superando qualquer coisa vista antes*”, relatou António Guterres da ACNUR, em comunicado público. “*É terrível que, por um lado, há cada vez mais impunidade para*

esses conflitos, e, por outro, há aparente total incapacidade da comunidade internacional em trabalhar juntos para acabar com as guerras e preservar a paz”, completou ele.

2.2 COMENTANDO A LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE ASILO E IMIGRAÇÃO.

O asilo é um direito fundamental, e concedê-lo representa estar em acordo com um importante compromisso internacional instituído por força da Convenção de Genebra de 1951 referente ao direito dos refugiados. Podendo ser concedido asilo àqueles que motivados à escaparem de perseguições ou ofensas graves, estejam procurando abrigo em outro país. Em um território cujas fronteiras se encontram abertas e onde a livre circulação é uma realidade, como na União Europeia é fundamental a construção de uma abordagem comum em matéria de asilo. A União Europeia vem buscando trabalhar desde 1999 na criação de um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), visando assim, melhorar o arcabouço legislativo em vigor. A primeira fase de formação do SECA teve início com o Conselho Europeu de Tampere (1999), e o Tratado de Amsterdã, o qual constituiu dimensão comunitária às políticas de imigração e asilo, sendo finalizada em 2005, para fixar o objetivo maior de convergir os ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros em relação ao asilo, seguindo os pilares das normas mínimas comuns⁸².

Com o Programa de Haia em 2004, ficou estabelecido que até 2010 se atingiriam os principais objetivos do SECA, sendo eles, a construção de um processo comum de asilo, a formação de um estatuto coeso, a melhora da cooperação entre os Estados-Membros e constituir a política do bloco de asilo de uma dimensão externa. Com a consolidação do SECA a União Europeia adotou novas normas em matéria de asilo, passando a estabelecer padrões uniformes que aprofundaram a cooperação, visando garantir que os imigrantes requerentes de asilo sejam tratados de forma semelhante, seguindo um sistema aberto e justo, em qualquer país do bloco ao qual solicite asilo⁸³.

O SECA facilitará o acesso ao procedimento de asilo para as pessoas que procuram proteção; conduzirá a decisões mais justas, céleres e de melhor

⁸² Sistema Europeu Comum de Asilo, 2014.

⁸³ Manual de legislação europeia sobre asilo, fronteiras e imigração, 2014.

qualidade em matéria de asilo; garantirá que as pessoas suscetíveis de serem alvo de perseguição não serão de novo expostas a esse perigo; proporcionando condições dignas tanto para os que solicitam asilo como para aqueles a quem é concedida proteção internacional na União Europeia. (Cecilia Malmström⁸⁴, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014)

Atualmente o Sistema é constituído de três Diretiva e dois Regulamentos. Diretiva relativa ao “Procedimentos de Asilo”, *“regulamenta todo o processo para a apresentação de um pedido de asilo, nomeadamente como formular o pedido (...)”*; Diretiva relativa às “Condições de acolhimento”, *“procura garantir condições de acolhimento adequadas aos requerentes de asilo enquanto estes aguardam o resultado da análise do seu pedido”*; Diretiva relativa ao “Estatuto de refugiado”, *“define as condições para a concessão de proteção internacional”*; Regulamento de Dublin, *“[o] princípio fundamental do Regulamento de Dublin é que a responsabilidade pela análise do pedido deve incumbir, em primeiro lugar, ao Estado-membro que tiver tido a principal responsabilidade na entrada ou residência do requerente na União Europeia”*; Regulamento Eurodac, *“cria uma base de dados de impressões digitais da União Europeia em matéria de asilo”*⁸⁵.

Neste sentido, logo que os refugiados entram no continente europeu, têm suas impressões digitais recolhidas e transmitidas à base de dados Eurodac⁸⁶. Em seguida, são abrigados em campos de recepção, onde aguardam a decisão acerca dos seus pedidos de asilo. Estes campos oferecem um amplo leque de serviços, afim de, garantir as necessidades básicas e assegurar a proteção dos direitos humanos de tais requerentes⁸⁷. Porém, há de se constar, que a obtenção do conjunto de prestações de bem-estar depende da condição jurídica do requerente, e do estágio do seu requerimento.

The facility in Debrecen [Hungary] hosts a mixture of residents with significantly different legal statuses, such as asylum-seekers, aliens awaiting deportation, beneficiaries of tolerated stay, stateless persons, and others. As the entitlements differ according to legal status, it is not unusual, for example, for children placed in two neighbouring rooms to have different standards of meals. In the repeat application procedure, asylum-seekers are not entitled to the same services as those lodging initial applications, even if the merits of their cases have not yet been examined. This differentiation of

⁸⁴ Ocupou o cargo de Comissária para os Assuntos Internos na Comissão Europeia de 2009 a 2014.

⁸⁵ Sistema Europeu Comum de Asilo. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014.

⁸⁶ O Regulamento Eurodac cria uma base de dados de impressões digitais da União Europeia em matéria de asilo. (Serviço das Publicações da União Europeia, 2014)

⁸⁷ Sistema Europeu Comum de Asilo, 2014.

legal statuses and entitlements is not clearly explained to the residents, and UNHCR has encountered residents whose legal statuses and thus entitlements differed even within one family. (ACNUR, 2012, p. 12)

Além disso, a vida dos refugiados nos Campos não é nada fácil. Muitos exemplos podem ser descritos. O dia a dia no maior Campo de Refugiados francês pode ser descrita como cinza. Construído na cidade de Calais, norte da França, local de clima nublado e extremamente chuvoso, ademais, suscetível a baixas temperaturas no inverno. O Campo obteve a alcunha de *Jungle*, Selva, chegando a abrigar mais de 10 mil pessoas, segundo dados de organizações humanitárias que atuavam no local, a maioria destes imigrantes já foram retirados do local, e transferidos para outras regiões do país. Refugiados e imigrantes advindos de países como Síria, Afeganistão, Eritreia e Marrocos eram mantidos em Calais em meio a lama em tendas. Estes que aguardavam ali uma oportunidade de passar pelo Canal da Mancha. Na cidade se encontra o acesso ao Eurotúnel, via principal de entrada não-aérea ao Reino Unido. A debilidade da estrutura local, no primeiro Campo do gênero no país após o término da Segunda Guerra, faz lembrar Campos de refugiados em Estados muito pobres, como o Haiti ou o Congo. O presidente francês, François Hollande, reafirmou a decisão de seu governo de desfazer o Campo de Refugiados de Calais, na costa do país. O local se tornou um símbolo da dificuldade que a Europa vem enfrentando em lidar com o fluxo recorde de refugiados.

Hollande aproveitou a oportunidade de sua visita para reiterar que a crise de refugiados em Calais não é um problema apenas francês, mas também britânico, pedindo que o Reino Unido, tome providências, e faça sua parte para resolver o problema, porém, França e Reino Unido ainda divergem sobre o futuro dos jovens imigrantes do Campo. Neste contexto, a Grã-Bretanha chegou a comunicar a decisão de construir um muro na cidade de Calais, para que os refugiados, que lá viviam, pudessem ser impedidos de tentar atingir terras britânicas, através do Canal da Mancha, e do Eurotúnel. A construção do muro anunciado pelo Reino Unido é apenas mais uma das barreiras que estão se levantando na Europa, como forma de travar a imigração. A Hungria divulgou que ergueria um muro semelhante na fronteira com a Sérvia em 2015 e a Áustria declarou que faria igualmente na fronteira com a Hungria. Organizações humanitárias, como os Médicos Sem Fronteiras, denunciam que não existe um planejamento prévio que estruture o futuro dos milhares de imigrantes e refugiados que ainda vivem em tendas nos Campos de acolhimento da Europa.

Neste sentido, conforme a evacuação do Campo de Idomeni, na Grécia, prosseguia, a organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras relatava denúncias acerca da realocação forçada de milhares de imigrantes e refugiados, além da ausência de informação sobre seus destinos e os entraves criados à assistência humanitária no decorrer do processo. *“As pessoas não estão sendo informadas para onde estão indo, e isso é além de inaceitável. Elas precisam ser capazes de tomar decisões fundamentadas e precisam receber informação exata para tanto”*, denunciou Michele Telaro, coordenador de projeto Médicos Sem Fronteiras em Idomeni. *“Essas pessoas já fugiram de conflitos, violência e passaram mais de dois meses em meio a condições inaceitáveis em Idomeni. A alternativa ao desumano não deveria ser o desconhecido e a incerteza”*, reiterou ele. O Campo situado na fronteira, improvisado e deteriorado, que chegou a abrigar até 12 mil refugiados⁸⁸, mostrou-se uma clausura em formato de “sala de espera” para quem buscava adentrar em outros países-membros da União.

Por outro lado, o asilo é um direito fundamental, além de sua atribuição instituir uma obrigação internacional perpetuada pela Convenção de Genebra de 1951 relativa à proteção dos refugiados. Este deverá ser concedido:

Art. 1º - Definição do termo ‘refugiado’:

2) Que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar. (Convenção de Genebra de 1951)

Na União Europeia, as menções ao sistema jurídico do Conselho da Europa estão principalmente relacionadas à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) e à jurisprudência exercida pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH). O direito da UE é fundamentalmente estabelecido por meio dos regulamentos e diretivas aplicáveis e das disposições da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Em regra, os Estados possuem o direito soberano sobre o controle de entrada e permanência de cidadãos de países terceiros em seu território, no entanto, o direito da União Europeia, tal como a CEDH estabelecem

⁸⁸ Dados: Médicos Sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.doctorswithoutborders.org/>>.

limites que contêm a utilização desta soberania. Assim, estabelece-se que cidadãos nacionais resguardam o direito de entrarem em seus próprios países, da mesma forma, que os cidadãos da União Europeia também, compartilham do direito comum de entrar nos outros Estados-Membros. Ademais, igualmente o direito da UE e a CEDH vetam a não aceitação nas fronteiras de imigrantes sobre ameaça de serem afligidos por perseguição ou outras ofensas graves, segundo o princípio da não repulsão⁸⁹.

Assim, o direito da União Europeia determina normas para os Estados-Membros ao que se refere à expedição de vistos de curta duração e à prática de ações de controle e vigilância nas fronteiras. A UE igualmente estruturou normas com vias a evitar a entrada ilegal. A agência da União Europeia Frontex⁹⁰, criada em 2004, tem por objetivo, auxiliar os Estados-Membros na direção de suas fronteiras externas à União⁹¹. Tal agência presta similar auxílio operacional por meio da configuração de operações conjuntas nas fronteiras terrestres, aéreas ou marítimas. Sobre certas situações, os Estados-Membros do bloco poderão solicitar à Frontex, para que esta ative um sistema de intervenção rápida designado RABIT⁹² (Equipes de intervenção rápida nas fronteiras). Mesmo quando, na conjuntura de uma operação realizada pela Frontex ou pelo RABIT, os Estados-Membros da UE mantêm a responsabilidade sobre as ações e possíveis omissões ligadas ao caso⁹³.

A CEDH identifica como parte da autoridade dos Estados o direito ao controle de entrada, residência e expulsão de cidadãos de países estrangeiros, em conformidade ao princípio do Direito Internacional, sendo bem estabelecido e sem prejuízo das obrigações impostas por Tratados, possivelmente ratificados (incluindo a CEDH). O ingresso no território por parte de cidadãos estrangeiros não está categoricamente regimentado na CEDH, também nela não se encontra especificado quem deve ou não receber um visto. A jurisprudência do TEDH somente estabelece certos limites ao direito dos Estados se recusarem a receber em suas fronteiras, quando tal ato, por exemplo, constituir um ato de repulsão. A jurisprudência poderá, diante de certas situações, requerer aos Estados que estes autorizem a entrada de uma pessoa, apenas

⁸⁹ Manual de legislação europeia sobre asilo, fronteiras e imigração, 2014.

⁹⁰ Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas.

⁹¹ Regulamento (CE) n.º 2007/2004, 26 de outubro de 2004, JO 2004 L 349/1; Regulamento (UE) n.º 1168/2011, 25 de outubro de 2011, JO 2011 L 304/1.

⁹² Regulamento (CE) n.º 863/2007, 11 de julho de 2007, JO 2007 L 199/30.

⁹³ Manual de legislação europeia sobre asilo, fronteiras e imigração, 2014.

quando essa entrada for um requisito primordial ao exercício de alguns direitos da Convenção, em específico o direito ao respeito pela vida familiar⁹⁴.

No contexto do direito da UE, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE compreende e prevê o direito de asilo no artigo 18º e a proibição da expulsão no artigo 19º. O artigo 78º do Tratado acerca do Funcionamento da União Europeia (TFUE) abarca a formação de um Sistema Europeu Comum de Asilo, devendo atender as obrigações impostas aos Estados pela Convenção de Genebra de 1951. Muitos instrumentos legislativos foram admitidos, para que houvesse a aplicação desta disposição, tais instrumentos refletem similarmente a garantia da proteção contra a expulsão consagrada no artigo 33º da Convenção de Genebra⁹⁵. Porém, ainda que o artigo 18º da Carta garanta o direito de asilo, o direito da União não estabelece maneiras para facilitar a chegada dos requerentes de asilo em território Europeu.

O artigo 3º, n.1, do Regulamento de Dublin (Regulamento (UE) nº 604/2013) requiere que Estados-Membros da UE examinem todo e qualquer pedido de proteção internacional requerido por nacionais de países terceiros ou por apátridas e que esses pedidos requeridos sejam averiguados por um único Estado-Membro. O arcabouço da União Europeia ao que diz respeito ao direito de asilo, somente poderá ser utilizado no momento em que um determinado migrante tenha atingido as fronteiras, sejam águas territoriais ou zonas de trânsito (artigo 3º, n.1, da Diretiva Procedimentos de Asilo (2013/32/UE)). No que concerne a estas solicitações, o artigo 6º da diretiva exprime os vários elementos referentes à acessibilidade do processo de asilo. O n.2 do referido artigo, solicita aos Estados que se certifiquem que as pessoas que requerem proteção internacional tenham a real oportunidade de conduzir o requerimento da forma mais ágil possível⁹⁶.

A CEDH não abarca um direito de asilo em si. No entanto, o seu artigo 3º inibe totalmente que uma pessoa seja rechaçada na fronteira ou mesmo em outro local qualquer sob a jurisdição de um Estado, se agindo desta forma, tal indivíduo for exposto ao risco de ser vítima de torturas ou de penas ou tratamentos desumanos ou degradantes. No caso de situações limites, o afastamento, a extradição ou a expulsão, podem igualmente ocasionar um problema no sentido do artigo 2º da CEDH, que visa garantir

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

o direito à vida. O direito da UE desautoriza que os requerentes de asilo sejam retirados sem que seja deliberada uma decisão acerca dos seus pedidos. O artigo 9º, n. 1, da Diretiva Procedimentos de Asilo (2013/32/UE) prevê que a estada do requerente de asilo no território de um Estado-Membro da UE é legal. Declarando que os requerentes de asilo estão “autorizados a permanecer no Estado-Membro”, sobre efeito do prosseguimento do processo, até que seja referida uma decisão final pela autoridade responsável⁹⁷.

2.2.1 Acordo Schengen.

Esta história começou em 1985, quando cinco Estados-Membros da União Europeia decidiram suprimir os controles nas suas fronteiras internas — assim nasceu o Espaço Schengen. Num continente onde anteriormente as nações derramavam sangue para defender os seus territórios, hoje as fronteiras só existem nos mapas [...]. Suprimir as fronteiras, garantir a segurança e criar um clima de confiança demorou muitos anos após duas guerras mundiais devastadoras. A criação do Espaço Schengen é um dos maiores feitos da União Europeia e é irreversível. Atualmente, a livre circulação torna a Europa menor e contribui para a nossa união. (Dimitris Avramopoulos, Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen)

O espaço e a cooperação Schengen foram fixados no Acordo Schengen de 1985. O espaço Schengen circunscreve um território determinado em que a livre circulação é assegurada. Os Estados signatários do acordo anularam suas fronteiras internas, abrindo mãos de parte de sua Soberania, em prol de uma fronteira externa única. Ao que se refere ao espaço Schengen, foram estabelecidos procedimentos e regras comuns no que diz respeito, a questões relacionadas, a vistos para permanências de pequena duração, pedidos de asilo e controle das fronteiras externas. Concomitantemente, e de maneira a certificar-se da total segurança dentro do espaço Schengen, estabeleceu-se a cooperação e coordenação entre os serviços policiais e as autoridades judiciais. A cooperação Schengen foi assimilada ao direito da União Europeia pelo Tratado de Amsterdã em 1997. Porém, não são todos os países cooperantes no contexto do acordo Schengen que participam também como membros do espaço Schengen, alguns por não querer ver seu controle fronteiriço eliminado, outros por ainda não possuírem as condições estipuladas à aplicação do acervo Schengen⁹⁸.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ O Espaço e a cooperação Schengen, 2009.

Regras comuns ao que diz respeito à vistos, direito de asilo e controle de fronteiras externas, foram adaptadas com a finalidade de viabilizar a livre circulação de pessoas nos Estados signatários sem que a ordem pública fosse desestabilizada. Neste sentido, e levando em consideração a necessidade de conciliar liberdade e segurança, o estabelecimento da livre circulação foi realizado em paralelo com outras medidas as referidas medidas “compensatórias”. Assim, se pretendia aperfeiçoar a cooperação e a coordenação entre os serviços de polícia e as autoridades judiciais, para que desta forma, fosse preservada a segurança interna dos Estados-Membros, e ainda, especialmente, aumentar seu desempenho na luta contra a criminalidade organizada. Em meio a tal cenário que se criou o Sistema de Informação Schengen (SIS). O SIS é uma moderna base de dados que auxilia as autoridades competentes dos Estados Schengen no intercâmbio de dados no tocante a determinadas categorias de pessoas e/ou de bens⁹⁹.

Na atual configuração o Espaço Schengen é composto por 26 países europeus, sendo destes 22 Estados-Membros da União Europeia, ao todo são eles, Bélgica, República Tcheca, Dinamarca, Alemanha, Estônia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polônia, Portugal, Eslovênia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, como também, Islândia, Listenstaine, Noruega, além da Suíça. Ser membro do Espaço e abdicar do controle nas fronteiras internas, quer dizer que estes Estados não realizam efetivo controle sobre suas fronteiras internas, isto é, sobre as fronteiras que ligam os países Schengen, assim como, realizam o controle de forma harmoniosa, embasados em critérios explicitamente estabelecidos, nas fronteiras externas, naquelas que circunscrevem os limites entre um Estado Schengen e um não Schengen. Desta forma, da mesma maneira que um cidadão da União Europeia, outros cidadãos nacionais de países terceiros podem circular livremente por entre os Estados do Espaço Schengen, apenas podendo ser alvo de controle fronteiriço a partir do momento em que estejam possivelmente atravessando as suas fronteiras externas¹⁰⁰.

Para que tal integração pudesse ser atingida, o Conselho da União Europeia teve de tomar decisões importantes, tendo em vista o êxito do processo. Primeiramente, assim como estava previsto no Tratado de Amsterdã, o Conselho substituiu o Comitê Executivo formulado pelos Acordos de Schengen. Então, na decisão 1999/307/CE, 1º de

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

maio de 1999, o Conselho estabeleceu as normas da integração do Secretariado Schengen no Secretariado-Geral do Conselho, especialmente ao que se refere ao pessoal empregado pelo Secretariado Schengen. Mais tarde, foram desenvolvidos novos grupos de trabalho, visando auxiliar o Conselho na gestão dos trabalhos. Assim sendo, uma das mais importantes aptidões do Conselho, para garantir a integração do Espaço Schengen, consiste em eleger as disposições e medidas que deverão ser adotadas pelos Estados signatários, estas que instituem verdadeiro acervo, ou ainda uma série de ações, que serviram ao andamento da cooperação existente¹⁰¹.

A legislação Schengen vêm sendo aperfeiçoada, daí em diante. Assim, determinados artigos da Convenção Schengen foram redefinidos, sendo trocados por uma nova legislação comunitária, como o Código das Fronteiras Schengen, por exemplo. Logo, O Código das Fronteiras Schengen (Regulamento (CE) n.º 562/2006 alterado pelo Regulamento ((UE) n.º 1051/2013) suspendeu os controles nas fronteiras internas, com exceção de alguns casos extraordinários. O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) reitera que este enquadramento deve garantir que os controles realizados pelos Estados Schengen não possam ter um efeito equivalente ao dos controles de fronteira usuais¹⁰². A vigilância nas fronteiras internas Schengen é razoável, somente, levando em consideração o objetivo de controle de identidade, o que significa, lutar contra a “permanência ilegal”, levando-se em conta, também, que para que esses controles sejam concretos devem considerar a natureza singular das zonas fronteiriças. No entanto, a Comissão Europeia frisa que os controles devem ser exercidos estritamente segundo as disposições estabelecidas pela lei¹⁰³.

Para que a segurança dentro das fronteiras do Espaço Schengen seja garantida, os Estados Schengen articulam informações em prol de combaterem a criminalidade organizada transnacional e o terrorismo. Assim, os Estados Schengen fortaleceram sua cooperação policial, especialmente, através da perseguição transfronteiras, da vigilância transnacional, da construção de centros e de equipes policiais conjuntas, da mesma maneira que da operação do Sistema de Informação Schengen. A perseguição transfronteiras concede aos agentes de polícia, de determinado Estado Schengen que,

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² TJUE, processos apensos C-188/10 e C-189/10, [2010] Colect. I-05667, Aziz Melki e Selim Abdeli [GS], Parágrafo 74, 22 de junho de 2010.

¹⁰³ TJUE, processo C-278/12 PPU, Atiullah Adil c. Minister voor Immigratie, Integratie en Asiel, Parágrafo 45-46, 19 de julho de 2012.

diante de criminosos em flagrante delito, possam persegui-los para além das fronteiras e detê-los, mesmo em território vizinho, desde que este seja igualmente um Estado Schengen. A vigilância Transnacional libera que os agentes de polícia não interrompam a vigilância de presumíveis criminosos, ainda que fora das fronteiras internas do Espaço Schengen¹⁰⁴.

O Sistema de Informação Schengen (SIS) foi organizado para auxiliara na manutenção da segurança interna nos Estados Schengen, na falta de controle nas fronteiras internas. Trata-se então de um moderno sistema de informação de larga escala que permite às autoridades policiais, de migração, judiciais e ainda outras, inserir e consultar alertas acerca de pessoas desaparecidas, ou mesmo, pessoas e objetos que tenham algum tipo de relação com infrações penais, assim como, acerca de nacionais de países terceiros que não sejam autorizados a entrar ou a permanecer no Espaço Schengen. O SIS estrutura, conseqüentemente, uma das bases da cooperação policial. Ao passo que, contribui de forma grandiosa para a proteção das fronteiras externas do Espaço Schengen¹⁰⁵.

Os Estados Schengen compartilham de uma fronteira externa comum, onde, na falta de controles nas fronteiras internas, como já dito, os Estados Schengen são conjuntamente responsáveis, visando a garantia da segurança no Espaço¹⁰⁶. Todavia, ainda que haja eficaz controle nas fronteiras externas não significa que a Europa do acordo tenha que se tornar uma “fortaleza”. As fronteiras externas igualmente necessitam ser mantidas abertas às pessoas que estão dispostas a trabalharem ou que possam estar buscando fugir de guerras ou de perseguições. Portanto, ao vislumbrarem o fluxo incessante de refugiados chegando à Europa, o Espaço Schengen, cujo fim principal é a livre circulação de pessoas em território europeu, pode estar se deteriorando à olhos vistos. O número de cidadão europeus que atualmente desejam o restabelecimento das fronteiras aumenta, cada dia mais.

Na realidade a livre circulação representa, aproximadamente, 420 milhões de cidadãos¹⁰⁷, sem contar os bens e serviços, que podem viajar livremente sem que sejam, de nenhuma forma, submetidos a controles de passaporte e de fronteiras. O acordo

¹⁰⁴ Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen, 2014.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Dados: Diário de Notícias [online]. Disponível em: <<http://www.dn.pt/globo/interior/espaco-schengen-aboliu-26-fronteiras>>.

Schengen, assinado em 1985, pelos cinco membros fundadores da União, Alemanha, Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo, e que apenas entrou em vigor dez anos depois. Hoje este mesmo sistema pode, porém, mais do que nunca, estar ameaçado, devido a atual crise migratória. Seis Estados-Membros já estão adotando o fechamento, ainda que temporário, de suas fronteiras internas, são eles, Áustria, Suécia, Noruega, Dinamarca e até mesmo a França e a Alemanha. Os governos europeus estabeleceram controles mais rígidos e ergueram barreiras e cercas em suas fronteiras. Alemanha, Suécia e Áustria, que acolheram cerca de 90% dos mais de 1 milhão de refugiados e imigrantes em 2015, manifestaram planos para limitar a entrada de mais imigrantes. Para que seja mantida a segurança interna, muitos Estados europeus continuam fechando suas fronteiras.

O Espaço Schengen compreende uma fronteira marítima de 42.673 quilômetros, além de 7.721 quilômetros de fronteiras terrestres¹⁰⁸. No entanto, recentemente, a Comissão Europeia sinalizou que poderia liberar aos Estados, que sejam parte do Espaço Schengen, a restabelecerem o controle sobre suas fronteiras internas por, possivelmente, dois anos para que seja contido o fluxo migratório. Assim, pode-se observar que nunca antes o preceito de uma Europa sem fronteira esteve tão abalado. O Espaço Schengen sobrevive na corda bamba desde os últimos atentados terroristas à países europeus. Para além do medo do terrorismo, a recente corrente de refugiados, que chegam em massa de forma ininterrupta ao continente, à procura de abrigo na Europa, tem feito Estados-parte no bloco reverem suas políticas de asilo.

2.2.2 Diretiva do Regresso.

A Diretiva do Regresso ou Retorno, como ficou conhecida, instaurou um sistema duplo de regresso dos nacionais de países estrangeiros que estejam possivelmente em situação irregular. À princípio, deverá ser emitida uma ordem de regresso voluntário¹⁰⁹, para que determinado migrante se retire voluntariamente do país europeu em questão, em que este se encontre de forma ilegal, e igualmente da União Europeia como um todo. Tal ordem deve ser garantida em um prazo de sete até no máximo trinta dias, no

¹⁰⁸ Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen, 2014.

¹⁰⁹ Artigo 6º, n.1, da Diretiva de Regresso.

entanto, o migrante notificado poderá deixar o bloco mesmo antes do prazo determinado¹¹⁰.

Por outro lado, é, no entanto, possível que os países sejam levados a ampliarem o prazo previsto para que o migrante, em questão, tenha que sair, de forma voluntária, por um período específico, “*tendo em conta as especificidades do caso concreto, tais como a duração da permanência, a existência de filhos que frequentem a escola e a existência de outros membros da família e de laços sociais*”¹¹¹. Assim, no contexto do direito da UE, a Diretiva do Regresso (2008/115/CE) determina algumas garantias em matéria de expedição de decisões referentes ao regresso (artigos 6º, 12º e 13º) e, por sua vez, também, incentiva que seja utilizado o recurso da partida voluntária em oposição ao uso de afastamentos forçados (artigo 7º).

Depois do estabelecimento do prazo para a retirada voluntária do nacional de país terceiro em situação irregular, e não se observando o seu regresso para seu Estado de origem, a deliberação acerca do afastamento, ou seja, expulsão, apenas poderá ser concretizada ao término do prazo de partida voluntária, pré-estabelecido, com a exceção de casos que possam proporcionar algum risco, em conformidade com a dada Diretiva. O afastamento dos migrantes ilegais, ainda poderá ser adiado, nas tais circunstâncias:

Artigo 9º. Adiamento do afastamento:

1. Os Estados-Membros adiam o afastamento nos seguintes casos:

- a) O afastamento representa uma violação do princípio da não-repulsão; ou
- b) Durante a suspensão concedida nos termos do nº 2 do artigo 13º.

2. Os Estados-Membros podem adiar o afastamento por um prazo considerado adequado, tendo em conta as circunstâncias específicas do caso concreto. Os Estados-membros devem, em particular, ter em conta:

- a) O estado físico ou a capacidade mental do nacional de país terceiro;
- b) Razões técnicas, nomeadamente a falta de capacidade de transporte ou o afastamento falhado devido à ausência de identificação.

Ao passo que, artigo 13º da Diretiva do Regresso estabelece que os nacionais de países terceiros deverão ter a possibilidade de exercer o direito de recorrer à uma determinada decisão que julgue a favor do afastamento, ou mesmo de poder requerer a reavaliação da sentença perante a autoridade judicial ou administrativa competente, ou ainda a outros órgãos independentes e competentes, com poderes para embargar

¹¹⁰ Artigo 7º, n.1, da Diretiva de Regresso.

¹¹¹ Artigo 7º, n.2, da Diretiva de Regresso.

temporariamente o afastamento, durante o curso da reapreciação. No entanto, uma das questões mais polêmicas que envolvem a Diretiva do Regresso, orbita em torno da possibilidade do encarceramento temporário, para que se realize a expulsão, que se abre a partir desta, previsto no artigo 15º. Segundo este artigo, cidadãos de países terceiros poderão ser alvo de determinações de detenção no decorrer do processo de afastamento, com a finalidade de que se organize o seu respectivo regresso, no caso de haver risco de fuga ou quando o migrante irregular, possivelmente, esteja tentado obstruir ou dificultar o processo de expulsão dirigido pela União Europeia.

No entanto, casos como o de Selinfa Affum, imigrante ilegal ganesa, ainda podem ocorrer. Ela foi encarcerada em 2013 seguindo o pressuposto de que sua entrada ilegal em território francês seria uma irregularidade a qual caberia a detenção. Esta sentença foi contestada pela imigrante junto aos tribunais franceses, argumentando que tal decisão seria dissonante com relação às regras presentes na Diretiva de Regresso da UE¹¹². Afinal, tal norma comunitária determina que, em situações normais, um imigrante clandestino seja comunicado e intimado a deixar um país-membro da UE, tendo no máximo 30 dias para fazê-lo voluntariamente, estando sujeito a ser retirado pelas autoridades, ao término do prazo, porém sem o uso de força excessiva e sem que haja prejuízo a vida.

Em sua sentença ao avaliar o caso da imigrante de Gana, o TJUE julgou de forma favorável ao litígio de Affum, o Tribunal deliberou que, “*A Diretiva de Retorno [Regresso] previne que um nacional de um país não-membro da UE que ainda não foi sujeito aos procedimentos e retorno seja preso apenas porque ele ou ela entraram no território de um Estado-Membro ilegalmente através de uma fronteira interna da zona Schengen*”. Assim, a mesma regra deverá ser aplicada diante do caso de um imigrante que “*é interceptado ao abandonar o espaço Schengen*”. Tal veredito foi aclamado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), reiterando que a decisão se encontra “*em linha com os padrões internacionais e com a interpretação de quando uma detenção é legítima*”.

No entanto segundo, Leonard Doyle, porta-voz da OIM, “*a maioria dos países, contudo, usam a detenção como medida de punição e demasiadas vezes usadas como medida administrativa*”, para ele “*a sentença [do TJUE] é importante porque envia um*

¹¹² Reportagem: Jornal Expresso [online].

claro sinal de que o recurso a detenções deve ser menos usado e, como citado, apenas em último recurso”. Neste arbítrio do Tribunal de Justiça da UE ficou claro de que a posição mais assertiva, vislumbra o encarceramento somente após ter existido o real esforço para que seja realizado o regresso voluntário, pois a atitude, equivocadamente tomada, na prisão da imigrante, poderá vir a atrasar, mais e mais, o processo de retorno da imigrante ilegal, ou de qualquer outro, ao seu país de origem.

2.3 O CRESCIMENTO DA NOVA EXTREMA-DIREITA NA EUROPA.

O crescimento no número de votantes em partidos da nova extrema-direita, de eleição para eleição vem, cada vez mais, se mostrando claro nos países-membros da União Europeia, seja nacionalmente ou à nível comunitário. Os votos creditados a estes partidos na Europa do Ocidente, estão diretamente ligados, especialmente, às suas plataformas políticas de agenda extremamente nacionalista, por possuírem um posicionamento contrário, à ampliação de direitos relativos aos imigrantes e refugiados e, se colocarem igualmente em oposição, à flexibilização fronteiriça e ao abandono da soberania (Tostes, 2009). Levando-se em conta, o quão grande pode ser a influência que as políticas regionais podem ter sobre as eleições nacionais. E ainda, considerando que, nas últimas duas décadas, o poder decisório na Europa tem se deslocado da esfera política para a econômica, e transformando a economia em um plano distinto e insulado que se, por um lado, toma atitudes decisivas, por outro, não pode ser alcançado pelo controle democrático. Assim, a homogeneidade no cerne das decisões emitidas pelos governos de alguns Estados, aliada ao aumento substancial da insatisfação da opinião pública, no que tange a “tecnocracia de Bruxelas”, colaboraram para promover uma mudança significativa no cenário político e governamental europeu.

A tendência de avanço da extrema-direita, mostrou-se evidente, quando as consequências da crise econômica começaram a afetar duramente as populações europeias, a partir daí os partidos de inclinação nacionalista, xenófoba e até neofascistas, puderam observar a evidente expansão de seus votos. Diante desta nova configuração econômica e política na Europa, estes partidos prontamente se candidataram como os últimos representantes verdadeiros do povo na luta contra o *establishment*, como ficou conhecida a configuração das forças que, ao longo dos

últimos anos, se alternaram na governança europeia e que beneficiaram o poder do mercado. Neste mesmo sentido, as agendas políticas destes partidos buscam, de forma semelhante, colocar a culpa do incremento do desemprego e da violência, sobre os ombros dos imigrantes. Da mesma forma, que culpam a globalização pela redução da performance econômica e a União Europeia pelo abandono da soberania estatal. Levantando a bandeira do nacionalismo, os partidos de extrema-direita correm na contramão do multiculturalismo e da ideologia da assimilação.

A cena política europeia foi remodelada, nos últimos anos, tanto, pelo ressaltado incremento das taxas de abstenção nas eleições, quanto pelo reaparecimento de partidos populistas e o visível crescimento das forças de extrema-direita. A extrema-direita avança ativamente na Europa, e está arrecadando, cada vez mais, votos nas urnas. Sejam os partidos da direita, em seu viés mais populista, ou ainda mais radical, vêm conquistando, gradativamente, apoiadores na Europa. As crises, primeiramente econômica, na zona do euro, e posteriormente de imigração, acarretada pela chegada em massa de imigrantes e refugiados, principalmente árabes fugindo do conflito na Síria, estão espelhando vitórias eleitorais, mais e mais, convincentes. Sucessos expressivos na França, na Dinamarca, na Finlândia, na Eslováquia e na Grécia. A tendência para a direita, seja extremada ou populista, no continente, claramente se iniciou muito antes do estopim da crise migratória. Porém, esta acabou por apoiar a expansão de movimentos de direita pré-existentes, ainda que tenham surgido antes das imagens das correntes de refugiados chegando em massa às portas das fronteiras europeias.

Listando alguns exemplos de partidos de extrema-direita que cresceram nos últimos anos. Deve-se observar o caso holandês, no país a direita é muito expressiva. O Partido pela Liberdade (PVV), que teve sua fundação no ano de 2006, é liderado por Geert Wilders, este que hoje é talvez a imagem mais conhecida da direita na Europa. Wilders preserva uma relação próxima com outros partidos de direita europeus, normalmente de viés radical. O líder do PVV vem há muito tempo criticando fortemente a União Europeia e o Islã, para ele o Corão é um livro de extremistas, e, por vezes, deixou isso bem claro, como no vídeo publicitário de 2008 em que condenava o Corão, e que gerou muitos protestos ao redor do mundo. Além disso, Wilders pleiteia, como solução para o terrorismo, que todos os estrangeiros sejam expulsos da Holanda. Seu partido é atualmente a terceira força política na Holanda, e um de seus temas favoritos em discursos é certamente a “islamização da Europa”.

Outro exemplo está na Áustria, o Partido Libertador da Áustria (FPÖ), igualmente de extrema-direita, que teve sua fundação muitos anos antes em 1956, porém somente obteve um resultado eleitoral realmente representativo em 2000, com 26,9% dos votos. Com Susanne Riess, o partido chegou a ocupar o cargo de vice-chanceler da Áustria. O FPÖ foi liderado por 14 anos, pelo político de extrema-direita já falecido, Jörg Haider. O partido tem em sua plataforma a firme defesa de ideias xenófobas, antieuropeias e anti-islâmicas, chegando ao ponto de requisitar que o livro sagrado do Islã fosse proibido em seu país. Apesar dos ideais extremistas o FPÖ possui reais chances de eleger o primeiro presidente de extrema-direita na Áustria, logo nas próximas eleições.

Na Hungria, Viktor Orbán, atualmente chefe do governo no país, e líder do partido Fidesz, União Cívica Húngara, partido de centro-direita, composto, principalmente, de ultraconservadores e nacionalistas, é o ponto fora da curva na Europa, colocando em prática uma política extrema, em muitas matérias indo de contra totalmente aos paradigmas da União. Orbán é muito criticado por atitudes antidemocráticas, como o controle exercido sobre a imprensa húngara, chegando até mesmo a suspender o jornal Népszabadság, crítico ao seu governo. Além, de controlar a justiça no país e ser acusado de oprimir grupos minoritários, por exemplo, povos ciganos, como os das etnias sinti e os romani. No entanto, Viktor Orbán mantém em sua pauta a aspiração de tornar o Fidesz na única força política na Hungria. Ao passo que no Parlamento Europeu, os parlamentares do partido de Orbán, da direita húngara, formaram alianças com os direitistas da Frente Nacional, partido da extrema-direita francesa e com o PVV de Geert Wilders.

Mais um caso de avanço da extrema-direita, pode ser observado na Polônia, porém este país é singular, pois, é o único Estado europeu com um governo representante ativo da direita radical. Beata Szydło, líder do governo desde 2015, em ocasião da obtenção da maioria absoluta, por seu partido o Prawo i Sprawiedliwość, Lei e Justiça, (PiS), fundado em 2001, e liderado por Jarosław Kaczyński. Das 560 cadeiras do Parlamento Polonês o partido de Szydło ocupa 297, e ainda, no Parlamento Europeu se mantém com 17 deputados. O PiS é um partido reconhecidamente da extrema-direita populista, e que se autodenomina cristão e democrata. No entanto, a Polônia mantém-se firme na decisão de não receber refugiados, além de prosseguir com uma política antieuropeia. Neste sentido, as relações com Bruxelas não têm um tom muito amigável,

um dos principais pontos da campanha vitoriosa foram exatamente os refugiados. O PiS criticou abertamente o governo anterior pela recepção de cerca de 7.000 refugiados, com um discurso extremamente hostil, que se refletiu na população. “*Somos a sociedade mais homogênea da Europa. Os refugiados têm outra religião e isso assusta os poloneses*”, argumenta Malgorzata Druciarek, do *think tank* Instituto de Assuntos Públicos (ISP). Ainda segundo ela, “*Esta crise deu muitos votos ao PiS, que tomou a posição de ‘Vou defendê-los e os muçulmanos não entrarão’*”.

Na Bélgica, responsabilizando o atual governo por considera-lo fraco ao lidar com as questões relacionadas ao terrorismo e a imigração, Tom Van Grieken líder do partido de extrema-direita, Vlaams Belang, Interesse Flamengo, vem tentando ganhar espaço, se utilizando da repercussão do último atentado realizado no país, para construir sua plataforma política, fazendo promessas, como a que fez, em entrevista ao *MailOnline*¹¹³: “*Esperamos ganhar as próximas eleições e expulsar os muçulmanos. Nunca dará resultado vivermos juntos*”. No entanto, não obstante à vontade de Grieken, na realidade o partido Vlaams Belang tem mesmo é perdido território nas mais recentes eleições federais da Bélgica. Em 2007 o partido elegeu 17 deputados e teve 11,99% dos votos, decaindo já nas eleições seguintes, em 2010 conseguiu 12 deputados e 7,76% dos votos, tendo um resultado ainda pior em 2014 tendo apenas três deputados e 3,67% dos votos.

Outro que igualmente vem se aproveitando da recente crise para incentivar o crescimento do apoio ao seu partido o Voorpost, Poder Branco, é o líder partidário, Bart Vanpachtenbeke, com declarações, como as dadas ao mesmo site, dizendo que: “*Um maior número de pessoas começou a apoiar-nos online. Mais do que duplicámos os novos membros em três dias*”. Objeto de vigilância das autoridades locais, o Voorpost, chegou a afirmar que Vanpachtenbeke, pretende colocar em prática ações que provem “*que há muita raiva em Bruxelas*”.

Na Itália, o Lega Nord, ou Liga Norte em português, formado já há 27 anos, é um partido da direita populista com vocação para o extremismo. No Parlamento Italiano o partido obtém 18 deputados e 15 senadores, além disso, no Parlamento Europeu ocupa 5 cadeiras. Em 2014, um vídeo publicitário de um candidato do Liga Norte causou polémica ao incentivar que imigrantes apelassem aos seus conterrâneos que não

¹¹³ Diário de Notícias [online].

imigrem para a Itália. Ademais, no ano seguinte, o Liga Norte ameaçou os prefeitos que insistissem em acolher refugiados, o presidente regional da Lombardia, Roberto Maroni, chegou a cogitar cortar os repasses aos municípios que estivessem ajudando aos imigrantes e refugiados.

De mais a mais, na Itália a outro partido também cabe referência, o Movimento 5 Stelle (M5S), que foi fundado em 2009 pelo comediante italiano Beppe Grillo. O partido de grande inclinação populista e antieuropeia, é um movimento de protesto, em sua essência, a partir de sua formação, vem constantemente crescendo e obtendo uma atuação, cada vez mais significativa na política italiana. O M5S, atualmente tem um grupo de 91 deputados e 36 senadores do partido no Parlamento Italiano, e ainda, 17 deputados no Parlamento Europeu. E nas eleições municipais mais recentes o partido de Beppe Grillo obteve vitórias importantes, incluindo a eleição da primeira prefeita mulher da capital, Roma, Virginia Raggi.

Ainda no Mediterrâneo, na Grécia o partido Chrysi Avgi, Partido da Aurora Dourada, fundado em 1985, é o representante mais claro da extrema-direita. O partido neonazista da direita radical, desde sua fundação, tem importante participação na política grega. Seu líder, Nikos Michaloliakos, já foi preso acusado de formar uma organização criminosa. Para além da grande semelhança que seu símbolo tem com a suástica, o partido defende ideias manifestadamente xenófobas. Com um discurso radical, que promete expulsar os imigrantes do país e pleiteia o fechamento das fronteiras, além de uma retórica abertamente anti-Europa, o partido de Michaloliakos, foi o terceiro partido mais votados nas últimas eleições legislativas na Grécia, obtendo 6,9% dos votos e conseguindo eleger 18 deputados, e no Parlamento Europeu mantém suas três cadeiras.

As duas maiores forças na Europa não estão fora da tendência de direita. Na Alemanha, o partido “*Alternative für Deutschland*”, Alternativa para Alemanha, (AfD) foi criado em 2013, e pode ser considerado um típico partido da direita populista, antieuropeu, nacionalista e que se coloca radicalmente contra a imigração islâmica. A AfD ainda não possui nenhum representante no Parlamento Alemão, mas os prognósticos são extremamente favoráveis para as próximas eleições, segundo pesquisas de intenções de voto, o partido poderá obter 15% dos votos. Ao nível estadual, no entanto, a AfD já tem uma expressiva presença com 119 deputados em vários estados da federação alemã. Neste mesmo sentido, na França o partido de direita

Front National (FN) muito anterior, com sua fundação datando de 1972, e que durante esses 44 anos fez e faz ainda parte da política francesa. Considerado de extrema-direita, o partido foi liderado por Jean-Marie Le Pen, durante muitos anos, atualmente quem preside o partido é sua filha Marine Le Pen, com reputação de ser menos extremada do que o pai. Nas eleições municipais de 2015 o FN se tornou o mais novo poder na França, conseguindo mais de 30% dos votos nas urnas. Na próxima eleição presidencial o partido ambiciona ainda mais, Marine Le Pen virá como candidata pelo FN, e tem reais chances de suceder o atual presidente François Hollande.

Ainda que não tenha vencido propriamente em nenhuma das regiões do país, nas últimas eleições regionais, o FN chegou ao segundo turno de todas as regiões da França, e liderou durante o primeiro turno em 6 das 13 regiões, além de conquistar o 3º lugar no geral. Porém, a grande vitória do partido de Le Pen veio nas eleições para Parlamento Europeu, obtendo 25% dos votos, não apenas atingindo em cheio os Socialistas, de Hollande, que ficou em 3º lugar com 14% dos votos, como igualmente o partido conservador UMP, do ex-presidente Nicolas Sarkozy, que ficou com 20% dos votos em 2º lugar, completando a votação, ficou a frente centrista do Modem, com 10% dos votos, os Verdes, 9%, e a Frente de Esquerda, 6%.

Na França, assim como se passa em outros países da Europa, são os populistas de direita que acabam usufruindo dos votos que refletem o descontentamento, com a alta do desemprego e as muitas consequências da forte crise econômica que assolou o continente, e deixou em seu percurso um grande número de vítimas, culminando na insatisfação da população com o tipo de política vigente. O risco neste processo consiste no fato de que a solução econômica que Marine Le Pen pretende pôr em prática para o “resgate” da França é reprimir a imigração, instituir o protecionismo, retirar-se da zona do euro e da União Europeia. Em discurso, Le Pen conferiu sua mais recente vitória ao “*imenso desejo de liberdade do povo francês*”.

No caso da Alemanha, o partido *Alternative für Deutschland* (AfD), formou-se em 2013, em meio à crise da dívida soberana na Europa. No entanto, somente em 2015 o partido ganhou corpo para enfrentar verdadeiramente as disputas políticas no país, por meio de uma agenda política que condenava a entrada de mais de um milhão de refugiados no país. Este movimento político normalmente relacionado com a extrema-direita, ainda que tenha sido fundado há somente três anos, arrecadou mais de 14% dos votos nas eleições regionais em Berlim, e ambiciona muito mais, pleiteia se tornar a

terceira força política na Alemanha, já nas próximas legislativas em 2017. Em um Estado que passa por mudanças rápidas, a AfD se encontra representada, neste momento, em 10 dos 16 parlamentos regionais, sempre com um discurso que se utiliza da contestação à política de abertura aos refugiados, posta em prática pela atual primeira-ministra alemã Angela Merkel. Para Frauke Petry, principal nome do partido:

O Islã, as fundações desta religião não são compatíveis com a democracia. E não é só o AfD [Alternativa para a Alemanha] que o diz. Agora, que lançamos a discussão, muitos políticos admitem exatamente isso, mas ignoraram os problemas durante anos. Por isso, penso que a nossa missão na Alemanha é tornar o problema visível para que se encontre uma solução.¹¹⁴

Desta forma, após analisar o crescimento vertiginoso da direita, populista e extremada. É necessário avaliar, entretanto, que tipo de mundo pode ser construído por essas novas políticas, afinal, sua evolução já é inegável. Os votos nos populistas de direita ou na direita em geral, assim como os votos que levaram ao Brexit, ou seja, à saída do Reino Unido da UE, demonstram um forte viés econômico, como uma forma de protesto de regiões, setores e camadas da população penalizadas, que precisam de auxílio dos Estados e, similarmente, de auxílio vindo de Bruxelas. Da mesma maneira, que em épocas anteriores o populismo de direita cooptou os revoltados contra o “outro”, sejam imigrantes, refugiados ou mesmo as elites liberais cosmopolitas, se colocando ao lado do que julgam ser o “nós”, ainda que seja uma elite nacional, que se integra apenas figurativamente. No entanto, o atual e progressivo avanço da nova direita não parece apenas estar pautado, embora também esteja, nos esforços conservadores e nacionalistas, contrário à globalização, à recepção dos refugiados ou, ainda, contra a “islamização da Europa”.

Tal êxito eleitoral verificado nos últimos tempos, também se estrutura a partir das políticas contestatórias dos partidos de direita, mas que tradicionalmente são relacionadas à esquerda, como a luta pelo Estado de bem-estar social. Neste caso, no entanto, não está ligado ao bem-estar universal, que é inclusivo e solidário, é na verdade um novo modelo de bem-estar estreitamente relacionado ao nacionalismo, desta forma somente seriam proporcionados direitos sociais àqueles membros da comunidade nacional, ou seja, ao “nós”. Assim, em nome, de uma prometida segurança, e reestruturação de uma soberania tradicional, além do desejo de assegurar privilégios diante do “outro”, o estrangeiro, imigrante, refugiado, pode-se estar construindo um

¹¹⁴ Entrevista concedida pela líder do partido de direita AfD à Euronews, em setembro de 2016.

mundo com ainda menos liberdades, privando, cada vez mais indivíduos da liberdade de pensamento e movimento. Reiterando injustiças sociais e tornando a sociedade, mais e mais, desigual.

2.3.1 O medo a favor da Extrema-direita.

Consecutivos atentados terroristas se passaram no continente europeu, ataques estes atribuídos à movimentos extremistas islâmicos na Europa, desde as explosões de 2004 em Madri, aos atentados em Bruxelas e Nice, em 2016, em março e julho, respectivamente, passando pelo massacre em Paris, no fim do ano anterior. Demonstrando, que as ações de grupos *ihadistas* na Europa se intensificaram a partir de 2015. Em janeiro de 2015, 12 pessoas morreram em um ataque, realizado por extremistas *ihadistas*, à sede do jornal satírico Charlie Hebdo, dentre os mortos cinco cartunistas. Em fevereiro, do mesmo ano, na Dinamarca, o dinamarquês de origem palestina, Omar el-Hussein, abriu fogo em um centro cultural matando um importante cineasta do país, e ferindo três policiais, ainda na mesma noite, o atirador matou mais uma pessoa, em frente a uma sinagoga. Em novembro, ainda em 2015, Paris foi cenário de um massacre, reivindicado pelo grupo extremista EI, em atentados paralelos em vários bares e restaurantes da cidade, na sala de concertos Bataclan e nos arredores do Estádio de França, em Saint-Denis, 130 pessoas foram mortas, e mais de 350 ficaram feridas¹¹⁵.

Em março de 2016, outro atentado chocou o mundo, uma dupla explosão ocorrida na Bélgica, uma no aeroporto de Zaventem e mais uma explosão na estação de metrô de Malbeek, em Bruxelas, acarretaram em ao menos 34 mortes¹¹⁶. Em julho, foi a Turquia que foi palco de mais um atentado, uma bomba no aeroporto de Ataturk, em Istambul, resultou em mais de 40 mortos e centenas de feridos. Ainda em 2016, e no mesmo mês de julho, a França sofreu mais um ataque, agora na cidade litorânea de Nice, ao sul da França, o tunisino Mohamed Lahouaiej-Bouhlel conduzindo um caminhão contra uma multidão que assistia a uma apresentação de fogos de artifício,

¹¹⁵ Dados: BBC [online]. Disponível em: < <http://www.bbc.com/>>.

¹¹⁶ Dados: Jornal de Notícias [online]. Disponível em: < <http://www.jn.pt/mundo/interior/dupla-explosao-no-aeroporto-de-buxelas>>.

provocou 84 mortes e deixou muitos feridos¹¹⁷. Por último, o mês de julho ainda reservava mais um episódio de grande tristeza, um jovem de 17 anos entrou em um comboio em Wurzburg, na Alemanha, e agrediu várias pessoas com um machado e uma faca.

O presidente francês, François Hollande, chegou a afirmar que a ameaça terrorista islâmica nunca foi tão rigorosa sobre o continente, como é na atualidade. Assim, a Europa observa assombrada o inimigo que não parece conseguir combater. A Europa que esteve nos últimos 60 anos em um empreendimento para que as barreiras internas fossem, aos poucos, sendo eliminadas, em que, ainda que limitadamente, veio abrindo, também, suas fronteiras externas aos estrangeiros, se vê acometida por um fenômeno que não esperava. Habituada a tomar medidas instantâneas para solucionar as crises que se apresentam, a União Europeia se mostra, pela primeira vez, atônita diante da necessidade de construir instrumentos para a prevenção e combate ao terrorismo desenfreado que atinge cruelmente cidadãos europeus, seja em Paris, Nice, Bruxelas ou em solo Alemão. O sinal aceso pelos ataques abalou a unidade democrática, não só com a ascensão de partidos guiados por uma retórica radical de extrema-direita, mas também, pelo próprio surgimento de discursos radicais no ceio dos partidos mais conservadores contagiados pelo medo e pelas palavras da direita radical, que demandam por medidas que contradizem a prática democrática. Os países da União parecem, cada vez mais, plinar sem rumo em um redemoinho de incertezas, sendo duramente atingidos pelo terrorismo e pela ascendência populista.

Uma pesquisa realizada pelo centro de pesquisas Pew, em Washington, demonstrou que a maioria dos europeus temem que a ingressão de refugiados no continente possa inflar a ameaça terrorista em seus respectivos Estados. Logo, na falta de um conjunto de propostas comum para acelerar a resolução da crise, as reações nacionais, não tardam a se iniciarem. E no decorrer dos acontecimentos, em meio a nuvem da tragédia, cresce o apoio a políticos de extrema-direita, xenófobos, e, claramente, anti-imigração. Partidos estes que já passam por um processo de escalada eleitoral desde a crise econômica, iniciada em 2008, pela qual a Europa passou e ainda sente os efeitos hoje. A recessão e crescimento do desemprego, resultados da crise, serviram, igualmente, para o afastamento e o fortalecimento das tensões entre a

¹¹⁷ Dados: euronews [online]. Disponível em: < <http://pt.euronews.com/2016/07/15/nice-varias-vitimas-no-ataque-de-um-camiao-contra-a-multidao-que-comemorava>>

sociedade local e os imigrantes e refugiados. A direita radical, já demonstrou seu potencial, avançando nas eleições para o Parlamento Europeu. Para Ban Ki-moon, secretário geral das Nações Unidas até 2016, partidos políticos ultranacionalistas e da extrema-direita estão “*inflamando a situação*” em que se encontra o continente frente a chegada em massa de refugiados, vindos principalmente da Síria.

Marine Le Pen, líder do partido de extrema-direita francês, Frente Nacional, foi a pioneira entre os populistas e a direita radical na Europa, no que diz respeito a requisitar o “*fim imediato de toda a admissão de imigrantes na França*”. Revigorada pelo aumento da rejeição aos partidos de maior tradição e empurrada por uma onda de direita populista na Europa, Le Pen espera conquistar o Eliseu¹¹⁸ já nas próximas eleições. Os últimos atentados promovidos por extremistas islâmicos que atingiram em cheio a França desde janeiro de 2015 levaram a retórica política, em todos os aspectos, a se direcionar a questões relacionadas, a segurança, imigração e identidade nacional, pontos sempre privilegiados pelo partido da Frente Nacional.

Le Pen sustentou que a França “*não pode nem deve acolher mais clandestinos*”, destacando ser fundamental a devolução dos refugiados aos seus respectivos países de origem. Comunicado, assinado por Steve Briois, vice-presidente da Frente Nacional, prefeito de Hénin Beaumont pelo partido e eurodeputado, reiterou a posição do partido, dizendo que a única via que seu partido estaria disposto a tomar é a da firmeza e do retorno de “*todos os clandestinos aos seus países de origem*”, prossegue afirmando também: “*Os sinais favoráveis enviados por diferentes municípios somente reforçam o fenômeno migratório e, com ele, o risco de expor a França a infiltração de terroristas islâmicos*”.

Milhares de refugiados e imigrantes continuam chegando à Europa. Ao passo que, cresce a pressão sobre o governo da chanceler alemã Angela Merkel para que se consiga administrar a crise. Em seu próprio país, Frauke Petry, a jovem líder do principal partido da direita na Alemanha, de tendência anti-imigração, a Alternativa para a Alemanha, progride e usufrui do evidente aumento da insatisfação para com as políticas do governo Merkel para os refugiados, que encorajou, somente em 2015, a ingressão de mais de 1,1 milhão de estrangeiros no país. Tempos atrás, a AfD, partido de Petry, tentava se afastar do partido de campanhas anti-imigrantes e anti-islâmicos,

¹¹⁸ O Palácio do Eliseu é a residência oficial do presidente da República Francesa.

Europeus Patrióticos contra a Islamização do Ocidente (Pegida), que, igualmente a líder da AfD nasceu para a política em Dresden. No entanto, ultimamente a Alternativa para a Alemanha, cada vez mais, vem sendo comparado ao Pegida, e Petry não parece mais interessada em advertir ninguém do contrário.

Jakob Augstein, colunista da revista alemã *Der Spiegel*, disse, certa vez, em um programa de debate, a Frauke Petry que ela era “*o braço democrático daqueles que espreitam estrangeiros e incendiam as casas dos asilados*”, ainda assim, Petry continuou sorrindo, enquanto ele prosseguia dizendo: “*Eu não a subestimo. Eu a levo muito, muito a sério*”. Enquanto isso, no mesmo sentido, Christa Senberg, voluntária em um centro de acolhimento de refugiados nos arredores de Bradenburgo, o qual, é foco de críticas direcionadas ao atual governo, por considerar um gasto de aproximadamente 100 milhões de euros, aplicados pelos próximos cinco anos em políticas de integração de refugiados, reitera que:

A AfD [Alternativa para Alemanha] está usando os refugiados para convencer as pessoas em situação precária que tudo seria muito melhor se eles não tivessem vindo. Há muito que se alertava para a necessidade de mudanças no Estado social, porque corria-se o risco que alguém aparecesse para instrumentalizar os problemas que existem. E foi o que aconteceu. Mas veio a pessoa errada e conseguiu conquistar aqueles que não estavam satisfeitos.

Por outro lado, a chanceler alemã não admite que se crie uma suposta ligação entre os fluxos de refugiados ingressando na Europa, e o crescimento de ataques terroristas no continente. Bem no centro do turbilhão, e ainda que sobre muita pressão, a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, reiterou sua posição de abertura aos imigrantes e refugiados, afirmando que, não foram os refugiados que trouxeram o terrorismo fundamentalista islâmico para a Alemanha. Segundo Merkel, “*o fenômeno do terrorismo islâmico, do Daesh¹¹⁹, não é um fenômeno que chegou até nós com os refugiados, já existia antes aqui. É por isso que as forças de segurança têm de continuar a fazer o seu trabalho, em ligação com os homólogos internacionais, porque*

¹¹⁹ Segundo os líderes europeus, cidadãos contrários ao terrorismo da cidade de Raqqa na Síria, cunharam o termo Daesh, para referir-se ao grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico. Sendo este termo, nada mais que o agrupamento das iniciais em árabe do nome *al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa'al Sham*. No entanto, Daesh também pode ser considerado um jogo de palavras, pois soa similar a palavra Dahes, que em árabe significa, “aquele que semeia a discórdia”. Sendo assim, a utilização do termo para se referir ao grupo EI, é uma forma de negar a ele a qualidade de “Estado”, ao mesmo tempo que, pode ser considerado como sendo uma forma pejorativa de destacar a violência do grupo. Época [online]. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/>>

só assim poderemos combater o terrorismo”. A chanceler, que observa o progressivo declínio de sua popularidade desde de o início da crise, relatou, também, que o Islã faz sim parte da Alemanha, a partir do momento em que este é praticado respeitando a Constituição do país. As declarações da líder alemã contestam a crescente retórica xenófoba, contra os refugiados e imigrantes que buscam no país a chance de fugir da guerra e da pobreza que assolam seus países de origem, no Oriente Médio e na África.

Da mesma forma que Merkel, o presidente francês François Hollande, condenou todo tipo de represaria a comunidade muçumana no país em virtude dos atentados terroristas que atingiram a França, além disso, confirmou o comprometimento do país com a recepção e acolhimento dos refugiados. Hollande reiterou que não se deve relacionar o fluxo de refugiados aos ataques que o país sofreu. Segundo ele, *“algumas pessoas quiseram estabelecer relação entre o afluxo de refugiados vindos do Oriente Médio com a ameaça terrorista que pesa sobre nosso país. Essa relação não existe, porque os habitantes das regiões do Iraque e da Síria controladas pelo Estado Islâmico são martirizados por aqueles que nos atacam hoje”*. Na direção oposta, a líder do partido de extrema-direita francês, Frente Nacional, Marine Le Pen, chegou a dizer que os *“terroristas podem ter entrado na Europa entre os refugiados”*, exigindo, assim, o aumento do controle fronteiriço.

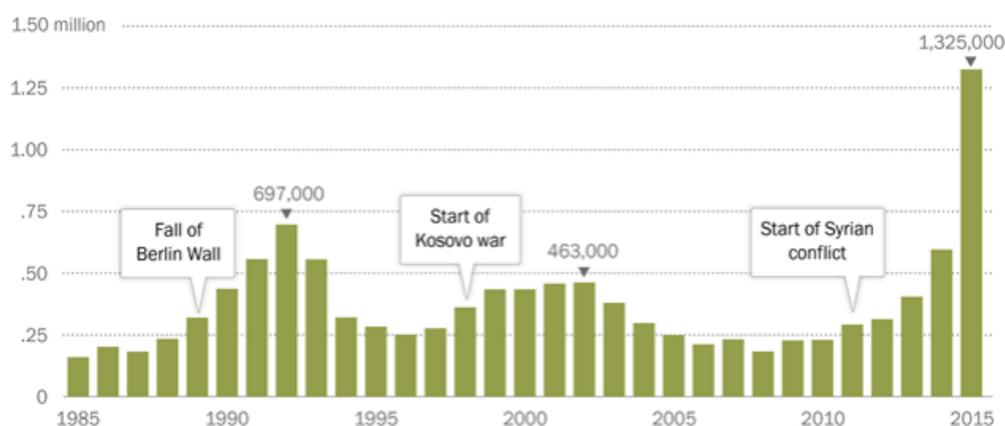
O Alto Comissário da ONU para Refugiados, António Guterres, relatou ser um total despropósito tentar colocar a culpa pelos atentados terrorista sobre os ombros dos refugiados, lembrando que eles são as *“primeiras vítimas”* e que, por isso também, não podem ser culpados pelos atos de barbárie que ocorreram, seja em Paris, Beirute, ou em qualquer lugar. Stephane Dujarric, porta-voz da ONU, lembrou que é *“compreensível que os países precisem tomar todas as medidas necessárias para proteger os seus cidadãos contra qualquer forma de terrorismo”*, porém, segundo ele, *“focar nos refugiados, pessoas vulneráveis que estão elas mesmas fugindo da violência, não seria o caminho certo”*. Afinal, como ressaltou Guterres, em visita ao centro de acolhimento de refugiados em Preveso, na Sérvia fronteira com a Macedônia, *“não são os fluxos de refugiados que causam o terrorismo, os refugiados são frutos do terrorismo, da tirania e da guerra”*. *“Milhões de refugiados que perderam tudo para a violência e opressão querem acabar com essas ameaças mais do que ninguém”*, como esclareceu o então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, *“eles [os refugiados] podem ser um componente importante no combate ao extremismo violento”*,

reiterou ele, ainda advertindo o continente, acerca das restrições de movimento impostas aos refugiados em benefício de uma suposta segurança e evidenciou que a discriminação “só faria o jogo dos terroristas, tentando semear divisões e medo”.

CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPÉIA E A CRISE DOS REFUGIADOS.

Os movimentos migratórios refletem de forma, cada vez mais evidente, a permeabilidade das fronteiras interestatais. “*Migration is not a new phenomenon. It is, however, more than ever before, a global phenomenon*” (Adamson, 2006, p.168). Traduzindo-se desde logo em novas percepções referentes a segurança. Desta forma, à clássica noção de funcionalidade do Estado, ligada à defesa territorial e independência política, acrescenta-se a necessidade de garantia da autonomia econômica, da estabilidade social e da identidade cultural. Em se tratando, os fluxos migratórios, de um dos mais imprevisíveis aspectos do comportamento humano, por serem estes mais passíveis de reorganizações, mediante a alterações de curto prazo de variantes econômicas, sociais e/ou políticas, e ainda, por interagirem mutualmente face aos fenômenos que os motivam. Para a imensa maioria dos Estados europeus receptores, diante dos elevados índices de acolhimentos de estrangeiros, os impactos, de tal pressão migratória, tornam-se de difícil previsão, mesmo a médio e logo prazo.

FIGURA 7: Número anual de pedidos de asilo recebidos pela UE-28 países, Noruega e Suíça, de 1985 a 2015.



Fonte: Pew Research center analysis of Eurostat data, accessed June 22, 2016.

Hodiernamente vive-se em um contexto excepcional, com relação ao contingente de refugiados que chegam, incessantemente, ao território europeu, em meio à maior crise de refugiados da História da União Europeia. Tal crise surge em um cenário composto de sociedades globalizadas, e de uma ampla “*multidimensionalidade e complexidade*” na concepção do conceito de segurança (Elias, 2013), onde a lógica da percepção da ameaça desempenha um papel cada vez mais expressivo, sendo fundamental para a definição das agendas de política externa.

O mundo está a entrar numa nova era, o que leva a que o próprio conceito de segurança esteja a mudar – e a mudar drasticamente. A segurança será interpretada como: a segurança de pessoas, não apenas do território; a segurança dos indivíduos, e não apenas das nações; segurança através do desenvolvimento sustentável, e não através das armas; a segurança de todas as pessoas em todos os lugares – nas suas casas, nos seus empregos, nas suas ruas, nas suas comunidades, no seu ambiente. (Mahbub ul Haq, 1995, p. 115 apud Elias, 2013, p.40)

Fronte a atual conjuntura, o vínculo entre migrações internacionais e segurança tem exercido considerável atribuição na vida política e social das nações europeias. Por tanto, poder-se-á observar uma presença, mais e mais, incisiva das questões relacionadas as pressões imigratórias nas discussões e disputas eleitorais. Também, a busca por reformas nas políticas migratórias de fundamentais nações receptoras, além da tendência política, no interior da União Europeia, de enfrentar as questões referentes a imigração sob o similar agrupamento em que se debate acerca do narcotráfico, crime organizado, e mesmo do terrorismo, ante a alcunha generalizante de ameaça transnacional. Agindo em prol da criação de crescentes mecanismos coercivos, em uma clara criminalização dos fluxos migratórios.

Os Estados alargam o processo de controle de suas fronteiras, creditando, a tal artifício, papel fundamental na manutenção de sua soberania, esta que é conceituada como característica definidora de um Estado parte do sistema internacional. “*The ability to control who has the right to cross the borders of a state is a keydimension of what Stephen Krasner refers to as a state’s ‘interdependence sovereignty’*” (Adamson, 2006, p. 176). Logo, os movimentos migratórios, neste sentido, figuram-se sob a forma genérica de um problema de segurança, não só dos indivíduos, como também dos Estados. Este fenômeno produz uma estrutura que reconhece a relação entre as migrações internacionais e, não somente, a segurança internacional, mas também,

nacional. Tal discussão está imersa nos debates mais amplos dos estudos sobre segurança.

Habitualmente, os Estados nacionais executam seu próprio sistema de proteção fronteiriça¹²⁰, com políticas particulares, acerca de questões relacionadas a entrada e permanência de estrangeiros em seus domínios. “*It is still states that have the primary responsibility both for regulating borders and for conferring citizenship rights and claims to membership in a political community*” (Adamson, 2006, p. 168). No tocante às práticas migratórias livres ou voluntárias, os Estados, em geral, reservam-se o direito pleno de decisão sobre aceitação ou deportação dos imigrantes. Os Estados decidem baseados em um amplo leque de variantes, incluindo critérios como, semelhanças culturais e étnicas, benefícios econômicas, inerente à qualidade e necessidade de determinado tipo de mão-de-obra, entre outras. No entanto, ao que se refere à movimentos involuntários ou forçados, como o atual fluxo de refugiados, certas restrições à decisão unilateral dos Estados são colocadas, estas devem estar de acordo especialmente com as implicações estipuladas pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951.

Uma consequência que os Estados acolhedores geralmente não conseguem evitar, é a formação, à longo prazo, de comunidades compostas por minorias étnicas, advindas dos movimentos migratórios internacionais, voluntários ou forçados, como os guetos étnicos da periferia de Paris. A presença e o avanço dessas comunidades impactam de forma substancial a segurança dos Estados receptores, seja em direção a ideia tradicional de segurança do Estado, proteção contra a violência, guerra e conflito, seja, mediante a compreensão da segurança em seu sentido mais dilatado, sobre a manutenção da estabilidade social e política e do progresso econômico.

O acolhimento de refugiados e imigrantes por um determinado Estado nacional, tem consequências sociais, políticas e econômicas de longa duração, afinal, há nestas

¹²⁰ Nos EUA, por exemplo, com mais de 60.000 funcionários, o Departamento de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos, CBP (*U.S. Customs and Border Protection*), é uma das maiores organizações de aplicação da lei do mundo e é responsável por manter os terroristas e suas armas fora dos EUA, facilitando viagens e o comércio internacional legal. Disponível em: < <https://www.cbp.gov/>> Já no Brasil, o “Plano Estratégico de Fronteiras foi lançado em junho de 2011 com o objetivo de integrar as forças de segurança e demais órgãos federais, estaduais para proteger as extensas fronteiras brasileiras, apenas as terrestres perfazem quase 16 mil quilômetros. A ação integra as forças de segurança de 11 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. (Portal Planalto, 2012). Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.

pressões migratórias e recepções em massa de estrangeiros, um incontestável potencial modificador social, de forma a ampliar as transformações sociais e alargar a multiculturalidade e multietnicidade, através da inserção de padrões culturais e sociais distintos. Conseqüentemente, uma política baseada nas necessidades dos imigrantes e dos refugiados, mesmo que, moralmente mais desejável, é, por outro lado, muito mais difícil de construir, mais difícil de implementar e legal e politicamente mais contenciosa (Weiner, 1992), afinal, a presença de imigrantes e refugiados pode ser vista como hostil à coesão étnica, cultural e religiosa, logo um risco à cultura e ao estilo de vida dos cidadãos do Estado de acolhimento.

Whereas a security/stability perspective of the same migration flow may lead one to point to the political risks associated with changes in the ethnic composition of the receiving country and of the attending international strains that result if there are clashes between natives and migrants. (Weiner, 1990, p.3)¹²¹

O desenvolvimento dos fluxos de refugiados e imigrantes sugere a necessidade de uma estrutura de segurança e estabilidade para a análise das migrações internacionais. Afinal, uma estrutura de segurança relacionada a estabilidade concede mais importância ao processo de decisão dos Estados, se comparada a uma abordagem de economia política, que geralmente observa o Estado como sendo um ator fraco diante de “*larger global forces*”. Essas explicações econômicas perpassam muitos fatores diferentes para elucidar os movimentos populacionais internacionais, no entanto, negligenciam dois componentes políticos importantes. Primeiro, que os movimentos populacionais internacionais são por vezes gerados, incentivados ou ainda impossibilitados por governos ou forças políticas por motivos que nem sempre estão relacionados a questões econômicas. E, também, ainda que sejam motivadores econômicos os responsáveis pelos incentivos à migração, são os governos que decidem se as populações estão autorizadas a sair e os governos que decidem se os imigrantes estão autorizados a entrar (Weiner, 1992).

Ainda que se preste atenção ao comportamento dos Estados e à importância das fronteiras, qualquer tentativa de desenvolvimento de um painel para a análise dos fluxos transnacionais de pessoas deve, necessariamente, também observar os determinantes e constrangimentos políticos destes fluxos. Um painel de segurança relacionando-a a estabilidade complementa e não substitui uma análise econômica, baseando-se na

¹²¹ Draft of a paper in preparation for publication. Dezembro, 1990.

análise do papel dos Estados tanto na criação como na resposta à migração internacional. As imigrações podem ser percebidas como ameaçadoras pelos governos das sociedades receptoras. Podendo ser por questões mais visíveis, como um ataque armado de refugiados ou, mais comumente, por questões intangíveis de ameaça à estabilidade política ou à valores sociais do país receptor (Weiner, 1992).

A própria maneira e intensidade com que os governos respondem às imigrações “indesejáveis” é, em si mesma, uma indicação de que estes fluxos populacionais são vistos como ameaças à segurança ou à estabilidade. Os governos desejam controlar a entrada de pessoas e entendem sua incapacidade de realiza-lo como ameaça à soberania. Portanto, há mais indivíduos deixando seus países do que existem Estados dispostos ou capazes de aceita-los. A resistência em abrir suas fronteiras a todos os que desejam entrar é apenas em parte uma preocupação econômica. As causas desta restrição são igualmente políticas, baseadas na preocupação de que os fluxos de imigrantes, membros de outra comunidade étnica, possa fomentar sentimentos xenófobos, conflitos entre nativos e imigrantes e o crescimento de partidos de direita anti-imigração (Weiner, 1992).

As políticas europeias de imigração, por exemplo, vinham desenvolvendo-se, até pouco tempo, dirigindo suas ações ao setor de segurança e justiça, inclinando-se ao controle e regulação dos fluxos. Regras comuns que concedem a União Europeia a possibilidade de exercer o controle sobre as fronteiras externas, e prevenir ameaças à segurança dos Estados-Membros como, a criminalidade organizada, a cibercriminalidade, o terrorismo e a imigração ilegal¹²². Neste sentido, por outro lado, os Estados-Membros, em caso de ameaça eminente à segurança interna, podem restaurar seus controles internos de fronteira, como consta no artigo 25º do Código Schengen, na ocorrência “*de ameaça grave à ordem pública ou à segurança interna de um Estado-Membro no espaço sem controles nas fronteiras internas, esse Estado-Membro pode reintroduzir, a título excepcional, o controle em todas ou algumas partes específicas das suas fronteiras internas. (...)*”¹²³.

Em ambos os casos, as políticas de Estado e as instituições moldam regras de entrada e saída, estimuladas pelos movimentos migratórios internacionais e por

¹²² Compreender as políticas da União Europeia: Fronteiras e segurança. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014.

¹²³ Regulamento (UE) 2016/399 do Parlamento Europeu e do Conselho, 9 de março de 2016. Art. 25º, n.1.

negociações internacionais. As decisões relativas a tão significativa questão são tratadas nas mais altas cúpulas dos Estados, por ministérios do trabalho, controle de fronteiras, tribunais oficiais, isso nos níveis mais superiores do governo, em seu âmbito externo, por agências de segurança e inteligência, e pelos chefes de governo (Weiner, 1990). “*The very form and intensity of response to unwanted migrations is itself an indication that such population flows are regarded as a threat to security or stability*” (Weiner, 1990, p. 38)

No entanto, a ampliação da globalização e da interdependência global, têm alterado tal cenário político-institucional, obrigando à transposição das fronteiras nacionais, e enfraquecendo as amarras da ligação entre território e identidade nacional. Além disso, as novas redes globais de comunicação e transporte possibilitam aos indivíduos informações e oportunidades de migração. Entretanto, o conceito de “segurança” é uma construção social com significados diferentes em sociedades diferentes. Portanto, uma sociedade etnicamente homogênea, ainda que idealizadamente, pode empregar maior valor à preservação de seu caráter étnico e cultural do que uma sociedade que se entende heterogênea, podendo considerar, assim, um afluxo populacional como uma ameaça à sua segurança (Weiner, 1992). Isto posto, cabe entender até que ponto, deixa de ter sentido a formação de uma política de segurança figurada na manutenção da estabilidade, que apenas acolhe o que a reflete, ou seja, que sente como semelhante, cerrando as fronteiras àqueles que não são reconhecidos como pertencentes à composição normativa preestabelecida. A utilização de novas tecnologias de segurança e vigilância, “*technology surveillance*”¹²⁴, e o fortalecimento do controle nas fronteiras externas, demonstram o receio perante a ameaça observada na figura dos imigrantes e refugiados, foco desta análise em particular, como também a classificação de grupos ou perfis de risco, em um esforço evidente de antecipar-se a possíveis “condutas indesejadas”.

A reestruturação do conceito de segurança impõe a existência da identificação da presença de estrangeiros com um dos elementos definidores das sociedades contemporâneas que, por não se identificarem com os discursos identitários predominante, podem ser, por esta razão, percebidos como elemento de instabilidade, não se enquadrando no mais clássico conceito de segurança. Na nova conceituação ampliada da segurança, transcendendo as interpretações tradicionais, militares e Estado-

¹²⁴ Didier Bigo, 2002.

cêntricas, da segurança, a análise multissetorial da segurança e a teoria das dinâmicas de securitização, sustentadas pela Escola de Copenhague, alargam o estudo das relações de segurança (Buzan et al., 1998). Assim, os fluxos migratórios internacionais, podem ser vistos como uma ameaça à soberania do Estado-nação, e mesmo da sociedade em sua generalidade, e dos vários grupos que a constituem, englobando até suas minorias étnicas, pois promovem uma modificação na composição identitária dominante até aquele momento.

No que concerne o bloco europeu, a política externa, inclusive aquela voltada à segurança, gradualmente é desenvolvida, de forma a permitir que a União Europeia exercite sua voz e atos em uma só trajetória, no cenário internacional. Ao passo que, tomando medidas em conjunto, os países-membros aumentam sensivelmente sua influência no sistema. A atual Agenda Europeia para a Segurança vigente desde abril de 2015, substitui a estratégia anteriormente adotada em 2010. Na pauta da Agenda em curso, a Comissão Europeia estabelece a estratégia da União para reagir às ameaças à segurança do bloco no período entre 2015 e 2020. A União Europeia e seus Estados-Membros veem-se diante de pesadas questões ao que se refere à segurança. O terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade ameaçam amplamente as sociedades europeias, visto que, tais riscos progrediram, nos últimos anos, em suas naturezas e amplitudes. Além disso, a Europa tem de responder aos reflexos das instabilidades sofridas por Estados vizinhos, que influenciam nos interesses da União em matéria de segurança¹²⁵.

A conjuntura crítica e os conflitos vividos pela Síria, Iraque e Líbia, cada vez mais, acabam por revelar a ação de cidadãos europeus unidos à grupos terroristas, podendo, assim, representar ameaça ativa à segurança interna do bloco, no instante de seu regresso. Ademais, os recentes ataques terroristas ao continente reafirmam a progressiva ameaça da violência extremista e da atuação dos conflitos internacionais sobre a radicalização de cidadãos europeus. Neste sentido, a internet se transformou em um meio privilegiado para a ação de criminosos e, principalmente, terroristas. Por um lado, cooptando e radicalizando cidadãos para integrarem organizações terroristas, propagando o ódio, e por outro, organizando ataques contra o continente europeu. Desta forma, tal fenômeno, tornou-se, nos últimos anos, prioritário nas discussões sobre

¹²⁵ Agenda Europeia para a Segurança: Perguntas e respostas. Estrasburgo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

segurança na Europa. Assim, muito embora, seja de domínio dos Estados-Membros a garantia da segurança interna, cada vez mais, se discute acerca das ameaças contra os cidadãos europeus e o quanto estas vêm se diversificando e contraindo características, mais e mais, transacionais¹²⁶.

As atividades terroristas não estão limitadas pelas fronteiras da União nem de suas regiões vizinhas. Portanto, a segurança interna da UE e a segurança mundial, estão profundamente interligadas e interdependentes. Assim, a Agenda Europeia para a Segurança tem se tornado uma prioridade comum aos Estados-Membros, de forma a, produzir bases para a cooperação e construção de atividades conjuntas na luta contra a criminalidade organizada e o terrorismo, contribuindo com serviços de funções coercitivas nos vários Estados do bloco, para que tais instituições cooperem, de forma mais eficaz, contra a criminalidade transnacional¹²⁷.

Tal artifício é tão importante para a estrutura de segurança da União que, o recém-criado Fundo para Segurança Interna (FSI), para o período de 2014 a 2020, é beneficiado com um orçamento total de 3,8 milhões de euros. Ainda que a responsabilidade pela segurança interna seja incumbida, como já foi dito, aos Estados, as ameaças transnacionais como o terrorismo são comumente combatidas através de um enfrentamento à nível europeu. Sendo assim, a Agenda Europeia de Segurança estabelecida pela Comissão Europeia determina bases estruturais em matéria de segurança, com visas a apoiar a cooperação entre os Estados do bloco em resposta às ameaças à segurança europeia¹²⁸.

Analisando os mais recentes comunicados de imprensa da Comissão Europeia, poder-se-á vislumbrar concretas modificações nos respectivos discursos e constatar que se tornou prioritária, no último ano, a luta contra o terrorismo na Europa. Em Estrasburgo, 28 de abril de 2015, o Primeiro Vice-Presidente, Frans Timmermans, em pronunciamento, revela:

O terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade constituem desafios para a segurança complexos e em permanente evolução, que não respeitam as fronteiras da Europa. Assim, chegou a hora de os europeus trabalharem melhor e de forma mais próxima para garantir a segurança dos cidadãos. Através desta agenda partilhada por todos os países da UE, pretendemos que as autoridades nacionais cooperem de forma mais eficaz e

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem.

num espírito de confiança mútua. Os terroristas atacam os valores democráticos que nos são caros. Defenderemos firmemente os direitos fundamentais e trabalharemos para resolver as causas subjacentes à radicalização, promovendo uma genuína cultura de tolerância nas nossas sociedades¹²⁹.

Enquanto, no ano seguinte em Bruxelas, o discurso se direciona muito mais ao terrorismo. Segundo Frans Timmermans:

O terrorismo não conhece fronteiras. As autoridades nacionais são responsáveis pela segurança interna. Estas devem, contudo, colaborar continuamente para prevenir o terrorismo e capturar os seus autores. A UE pode e deve fornecer o enquadramento e os instrumentos adequados para o fazer, mas o que fará verdadeiramente a diferença é a forma como os Estados-Membros os utilizarem. As autoridades policiais de todos os Estados-Membros devem não só “pensar à escala europeia” como também “agir à escala europeia”, dado que a segurança interna é uma responsabilidade comum¹³⁰.

Assim nas mesmas convenções também discursos diversos do Comissário responsável pela Migração, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos, demonstram um recente crescimento da preocupação com a ameaça terrorista, enquanto em 2015, relatava:

Sem liberdade não pode haver segurança, assim como sem segurança não pode haver liberdade. A Comissão assume um papel de iniciativa neste domínio, ao apresentar uma Agenda Europeia para a Segurança centrada nos setores em que a União Europeia poderá fazer verdadeiramente a diferença. A agenda não surge apenas em resposta aos recentes eventos trágicos. Representa, isso sim, uma renovação da nossa Estratégia de Segurança comum, num ambiente político e jurídico em evolução e no qual todos concordamos que devemos confiar uns nos outros, por forma a conseguir coordenar eficazmente a nossa ação e trocar a informação necessária para enfrentar as novas ameaças. A agenda estabelece medidas concretas para a transformação destes princípios fundamentais em realidades práticas: um conjunto de medidas fortes, que vão desde uma ação preventiva até medidas nos domínios da proteção, da detenção e da aplicação da legislação¹³¹.

Em 2016, diante do novo cenário, Dimitris Avramopoulos anunciou:

A União Europeia tem por objetivo criar um espaço de liberdade, segurança e justiça, sem fronteiras internas para os seus cidadãos. A segurança interna de um Estado-Membro é a segurança interna de todos os Estados-Membros. A

¹²⁹ A Comissão Europeia adota medidas para reforçar a cooperação da UE na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade. Estrasburgo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

¹³⁰ Agenda Europeia para a Segurança Rumo a uma União de segurança. Bruxelas, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

¹³¹ A Comissão Europeia adota medidas para reforçar a cooperação da UE na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade. Estrasburgo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

fragmentação torna-nos mais vulneráveis pois pode ser aproveitada por terroristas e criminosos, como os recentes ataques em vários Estados-Membros vieram demonstrar. Temos de superar este desafio e transformar os nossos compromissos em medidas para alcançar uma verdadeira União da Segurança da UE¹³².

A União Europeia vem estruturando um conjunto de instrumentos para auxiliar as autoridades coercitivas de seus Estados-Membros, contra atividades criminosas e terroristas. Em Estrasburgo, três eram os desafios principais a serem enfrentados: “prevenir o terrorismo e evitar a radicalização”, “combater a criminalidade organizada” e “combater a cibercriminalidade”. Para tanto as medidas a serem adotadas incluíam, segundo a Comissão Europeia (2015)¹³³: Refrear a radicalização; construir um quadro jurídico mais coeso para enfrentar o fenômeno do terrorismo; evitar que haja financiamento aos criminosos terroristas e ampliar os resultados acerca da apreensão de bens oriundos de atividades criminosas; aumentar o diálogo com o setor de tecnologia da informação; fortalecer os instrumentos jurídicos direcionados para armas de fogo, visando a resolução de problemas relacionados ao tráfico e transformação ilegais de armas, estabelecendo normas comuns; intensificar os instrumentos de combate a cibercriminalidade e robustecer as capacidades da Europol¹³⁴.

Já em Bruxelas, a preocupação com a ameaça terrorista aparece de forma ainda mais substancial e ativa. Estabelecendo um guia, apontando uma série de áreas prioritárias, ao que se refere ao combate ao terrorismo, para que sejam aplicadas medidas apresentadas pela Comissão, assim como medidas novas. Entre as propostas determinadas ao desenvolvimento da capacidade coletiva em confrontar a ameaça terrorista, estruturam-se as seguintes medidas principais: Reagir à ameaça provocada pelos combatentes terroristas estrangeiros que retornam à Europa; prevenir e combater a radicalização; punir terroristas e seus adeptos; consolidar o Centro Europeu de Luta contra o Terrorismo; inibir a possibilidade de acesso dos terroristas a armas e explosivos; bloquear a chance dos terroristas de obterem fontes de financiamento; além de proporcionar maior coesão nas medidas internas e externas adotadas em matéria de

¹³² Agenda Europeia para a Segurança Rumo a uma União de segurança. Bruxelas, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

¹³³ A Comissão Europeia adota medidas para reforçar a cooperação da UE na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade. Estrasburgo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

¹³⁴ Enquanto agência responsável por garantir o cumprimento da legislação da UE, o Serviço Europeu de Polícia (Europol) tem como missão contribuir para uma Europa mais segura, prestando assistência às autoridades responsáveis por garantir o cumprimento da lei nos países da UE. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/agencies/regulatory_agencies_bodies/pol_agencies/europol>.

segurança, para coordenar a luta contra o terrorismo, assim, a UE estabelecerá, por exemplo, parcerias com os países da bacia do Mediterrâneo; e também, favorecerá o intercâmbio de informações e salvaguardará os cidadãos e as infraestruturas críticas¹³⁵.

Tal diferença, na abordagem da Comissão Europeia, entre Estrasburgo, 2015, e Bruxelas, 2016, pode também ser creditada a variação do cenário estrutural europeu, neste período. Ao passo que, no início de 2015 um estudo do Eurobarómetro¹³⁶ mostrava que a inquietação dos cidadãos europeus com a segurança estava em crescente elevação, neste sentido, ampliava-se, também, o número de pessoas que viam no terrorismo a maior ameaça à segurança dos países europeus, assim, em 2013 o estudo obteve como resultado que 33% da população europeia acreditava que o terror era o principal desafio para a segurança na UE, enquanto que dois anos depois este número havia se elevado para 49%. No entanto, a Comissão estabelecia, naquele momento, bases rumo a uma abordagem comum em todo o bloco, mediante ao combate ao fenômeno dos “combatentes estrangeiros”, mas também, a à cibersegurança, ao tráfico de seres humanos, à criminalidade organizada, ao branqueamento de capitais e a corrupção¹³⁷.

Em 2016, por outro lado, o contexto era outro, recentes episódios de ações terroristas trouxeram à tona a urgência com que se deve intensificar e agilizar a implementação de medidas mais sólidas previstas na Agenda Europeia de Segurança. Em seguida dos ataques em Bruxelas, o Parlamento Europeu, ministros da Justiça, assim como dos Assuntos Internos da União, além da Comissão, reafirmaram a sua decisão em progredir com as medidas previstas e em impulsionar a luta contra o terror. Além disso, diante da atual crise de refugiados pela qual passam os países do bloco, muitos europeus consideram que a presença de refugiados e sua influência sobre o continente podem aumentar a possibilidade de atentados, segundo uma pesquisa atualizada do instituto americano Pew Research. Nesta, em oito dos dez países analisados, o que representa cerca de 80% da população europeia, pelo menos metade dos entrevistados entende que a inserção de refugiados demandantes de asilo ao

¹³⁵ Agenda Europeia para a Segurança Rumo a uma União de segurança. Bruxelas, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

¹³⁶ Special Eurobarometer reports are based on in-depth thematic studies carried out for various services of the European Commission or other EU Institutions and integrated in Standard Eurobarometer's polling waves. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special>.

¹³⁷ Agenda Europeia para a Segurança Rumo a uma União de segurança. Bruxelas, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

continente “aumenta o risco terrorista”. Na Alemanha, que é um dos Estados que mais recebe pedidos de asilo, 61% dos cidadãos partilham desta opinião, juntamente com 60% dos italianos, por exemplo, os recordes ficam por conta Hungria e da Polónia, com 76% e 71%, respectivamente¹³⁸.

3.1 UNIÃO EUROPEIA E IMIGRAÇÃO: A APARENTE ESTABILIDADE DO DESEQUILÍBRIO.

Na importante obra “*Security: A New Framework for Analysis*”, Buzan, Waever e Wilde (1998), apresentam um novo modelo de análise para as questões relacionadas à segurança no âmbito das relações internacionais. Neste trabalho, os respectivos teóricos apoiam a extensão dos estudos baseados na segurança a outros setores, defendendo que assim se aprimoraria a percepção do próprio conceito de segurança. Estendendo a lógica da segurança para além da visão tradicionalista da segurança, Estado-cêntrica e militarizada, os autores estudam os processos de securitização em si mesmos. Assim, esta interpretação engloba não só a percepção mais tradicional, como também inseri novos setores. Extrapolando o tradicionalismo das perspectivas militar e política, somando a elas as esferas econômica, ambiental e societal, esta que mais interessará a este trabalho.

These developments suggest the need for a security/stability framework for the study of international migration which focuses on state policies toward emigration and immigration as shaped by concerns over internal stability and international security. Such a framework would consider political changes within states as a major determinant of international population flows, and migration - including refugee flows - both as a cause and a consequence of international conflict. (Weiner, 1990, p.2)

Uma cultura de segurança pautada na integração como forma de gestão e prevenção de conflitos “estruturais”, nitidamente existe na União Europeia. A “lógica” pressuposta desta cultura seria que a gestão de conflitos deveria estar baseada em um sistema global de relações de cooperação. Esta unificação de espaço europeu está

¹³⁸ Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>>.

contida no discurso político dominante. Assim, as ameaças internas, que antes eram combatidas ao nível nacional, como a questão da segurança das fronteiras, foram redefinidas e combatidas, a partir de então, ao nível europeu. Por intermédio de um conjunto de procedimentos diferentes, no entanto, conectados, todas as principais ameaças foram re-conceituadas e a origem ou dimensão externa, ou seja, extra-europeia, foram, paulatinamente, enfatizadas. Portanto, comumente, no discurso político, a ideia de um *continuum* de segurança está conectado à grandes categorias de atividades, como: terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado, também, a criminalidade transfronteiriça e, até mesmo, às imigrações ilegais e aos requerentes de asilo (Anderson e Apap, 2002).

Logo, gradualmente as imigrações são mais relacionadas com o campo da segurança, resultantes da construção de uma estrutura vinculada a ameaça, na qual, variados atores compartilham dos mesmos medos, auxiliando na formação de uma, nas palavras de Didier Bigo (2002), “sociedade perigosa”. Tal “sociedade perigosa” à qual o autor refere-se é construída por uma visão de segurança da sociedade, realizada por *surveillance*¹³⁹, aqueles aos quais Bigo (2002) designa *managers of unease*¹⁴⁰, que defendem que a associação entre imigração e segurança representa uma resposta às novas ameaças. Focando-se essencialmente em ameaças transnacionais, como terrorismo, narcotráfico, tráfico humano e outros. As crescentes vulnerabilidades ampliaram a perspectiva da ameaça e, por conseguinte, a impressão de insegurança, transformando a segurança em um imperativo.

Na Europa por sua vez, com o Tratado da União Europeia de 1992, os assuntos de imigração e terrorismo passaram a integrar o plano intergovernamental da Justiça e Assuntos Internos, a imigração que era até o Tratado de Maastricht uma questão de competência unicamente interna aos países-membros da União Europeia. Este Tratado introduziu as políticas de imigração em seu *Título VI*, transformando-as em parte do terceiro pilar no tocante à cooperação policial e judiciária em matéria penal. Para Huysmans (2000), de forma direta ou indireta, a sustentação de estratégias de securitização no contexto comunitário torna ainda mais complicada a inclusão de imigrantes, requerentes de asilo e refugiados nas sociedades europeias. Da mesma maneira que, tem implicações sobre as possibilidades de promoção de políticas

¹³⁹ Especialista em vigilância.

¹⁴⁰ “Gestores da inquietação”.

inclusivas e multiculturais, estruturadas sobre as bases de uma noção de solidariedade e um ideal distributivo de direitos, não determinados pela identidade cultural. Baseando a regulamentação da migração em um arcabouço institucional relacionado diretamente à proteção da segurança interna, levando à securitização da imigração.

Se em algum sentido a integração europeia reverteu-se em uma transnacionalização dos pleitos dos imigrantes, que passaram a não se apoiar mais somente em instâncias nacionais ou subnacionais para legitimar seus direitos políticos, “*immigrants are thereby becoming truly European political actors*” (Huysmans, 2006, p.111), No entanto, a europeização dos assuntos ligados a imigração não representou a construção de uma realidade mais inclusiva, o claro privilégio cedido aos nacionais dos Estados-Membros em contraste com os nacionais de países terceiros e a regulamentação quase sempre restritiva à imigração, sustentam um largo processo de deslegitimação da presença de imigrantes, requerentes de asilo e refugiados. As políticas da União Europeia, por vezes, respaldam, ainda que indiretamente, a expressão do chauvinismo social e a noção de homogeneidade cultural como aspecto estabilizador, em oposição à imigração, entendida como um desafio desestabilizador para as sociedades, tanto no contexto político doméstico, quanto no europeu (Huysmans, 2000).

Assim, diante de um formato de integração que repete os mesmos padrões da cidadania nacional tradicional, ligados a mesma retórica de soberania nacional e “*raison d’Etat*”, logo, então, o sistema político distingue os fluxos de imigração, entre aceitáveis e inaceitáveis, sem considerar as condições de onde os imigrantes se deslocam (Weiner, 1990). Neste sentido, para além de uma exclusão institucionalizada dos nacionais de países terceiros, a União demonstra estruturar, também, hierarquias em seu próprio interior, com a “*locomotive*” sendo guiada pelo “*core*”¹⁴¹ da Europa Ocidental (Habermas & Derrida, 2003), em processo graduado de exclusão sistematizada.

Exemplo disso ocorreu em 2006, quando países do Norte e do Sul da União Europeia entraram em conflito, tudo por conta de questões acerca do controle da imigração ilegal da África, na data a Espanha foi acusada de entusiasmar o fluxo de imigrantes ao continente. Ainda em 2006, apesar dos muitos apelos por parte da Comissão Europeia pela cooperação em matéria de imigração, a reunião ocorrida na

¹⁴¹ And the probability that the invites states will pass through that door will increase the more capable the “core” of europe becomes of effective action externally, and the sooner it can prove that in a complex global society, it is not just divisions that count, but also the soft power of negotiating agendas, relations, and economic advantages. (Habermas & Derrida, 2003, p. 293)

Finlândia no mesmo ano apenas resultou em mais discordâncias. “*Não é uma solução legalizar os ilegais, como foi feito na Espanha. Isso de certa forma ‘puxa’ as pessoas na África (...)*” relatou a ministra da justiça austríaca vigente na ocasião, Karin Gastinger, se referindo a anistia que foi dada pela Espanha a cerca de 600 mil imigrantes ilegais no ano anterior (2005)¹⁴².

No mesmo sentido, Rita Verdonk, ministra holandesa da Imigração há época, reiterou que medidas tais, segundo ela, apenas servem para incentivar o tráfico de pessoas. No entanto, o ministro espanhol da Justiça vigente durante o acontecido, Juan Fernando López Aguilar, alegou que africanos emigram por serem pobres e famintos, e não por conta de uma mudança nas regras de migração de países da União. Pedindo “*dinheiro, recursos, meios e determinação*” do bloco para solucionar o problema, no entanto, obteve como resposta dos países do Norte total falta de apoio. Segundo o ministro do Interior alemão na data, Wolfgang Schäuble, “*quem quer resolver problemas precisa parar de pedir dinheiro aos outros*”.

Além do mais, o aumento do terrorismo internacional influenciou nitidamente nas atitudes dos governos em relação aos refugiados (Weiner, 1990). Assim, aos poucos, a migração internacional, na qual o elemento de ilegalidade se tornou cada vez mais importante, começou a ser compreendida e tratada como uma ameaça à segurança (Anderson; Apap, 2002). Neste sentido, a relação imigração-segurança mostra-se evidenciada, seguindo a vertente dos controles restritivos no plano das políticas de imigração, tornando o tema cada vez mais importante, de forma que, ligado diretamente a problemas políticos funcionalmente diferenciados, como, controle de identidade e política de vistos, pedidos de asilo, integração de imigrantes, distribuição de direitos sociais e gestão da diversidade cultural. Os discursos e as tecnologias estatais que reiteram os imigrantes, os requerentes de asilo, os refugiados e os estrangeiros como uma ameaça a estabilidade social, desempenham assim um papel extremamente relevante, ainda que não exclusivo, na ligação das diferentes questões políticas (Huysmans, 2000).

These institutional developments were also shaped by a thematic change in the problematization of migration. In the 1980s migration increasingly was a subject of policy debates about the protection of public order and the preservation of domestic stability. These debates also represented migration as a

¹⁴² Dados: Imigração faz União Europeia viver conflito Norte-Sul. G1 [online]. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo>>

challenge to the welfare state and to the cultural composition of the nation. A key theme running through these debates was that migration is a danger to domestic society¹⁴³. In other words, security discourses and technologies penetrated the Europeanization of migration policy. (Huysmans, 2000, p. 756)

Apesar da imigração nunca ter deixado de ser uma questão de segurança, com o alargamento da agenda de segurança europeia após o processo de integração, os elementos normativos da nova política pareciam estruturar um modelo de “paz, prosperidade e estabilidade partilhadas”, no entanto, os objetivos normativos da política do bloco, especialmente em matéria de imigração, mostraram-se sobretudo retóricos e, logo, subordinados à agenda de segurança da União Europeia, o que veio à tona após os atentados de 11 de setembro. A nova agenda antiterrorista instituída pela União em resposta não somente aos atentados de 11 de setembro, mas também, aos bombardeios em Madrid, em 11 de março de 2004, e aos atentados em Londres, em 7 e 21 de julho de 2005, se refletiu no papel desempenhado pelas novas instituições europeias constituídas no decorrer das mudanças na política da Europa, da mesma forma que gerou uma maior ambiguidade na política europeia e reforçou o vínculo entre imigração e segurança (Joffé, 2008).

Muito embora os membros do grupo que efetivamente realizou os ataques de 11 de setembro estivessem suas origens no Oriente Médio, 15 dos 19 membros vindos da Arábia Saudita, e na região do Golfo, os líderes europeus e os funcionários da Comissão Europeia fizeram pouca distinção entre eles e os imigrantes econômicos do Norte da África. Desta forma, a imigração passou a fazer parte da nova agenda de securitização da União Europeia. Os imigrantes, ademais de suas características econômicas e humanitárias, passaram a ser vistos como ameaças potenciais à ordem europeia, tanto ao nível nacional, quanto ao nível comunitário, a partir de uma clara dedução de que estes poderiam ser, igualmente, disseminadores da violenta ideologia, advinda dos conflitos do Norte da África e do Oriente Médio, na Europa (Joffé, 2008).

Behind such objectives, quite different concerns can also usually be discerned, with security concerns increasingly underlying formal normative objectives and it is through this discordance that the securitization of the Union's external action has been able to develop as a result of European reaction to the events of 9/11. (Joffé, 2008, p. 149)

George Joffé (2008) adverte que a generalização dos imigrantes de origem muçumana como representantes do espectro do terrorista, levou à inserção das

¹⁴³ Bigo, 1994, 1996; den Boer, 1994, 1995, apud Huysmans, 2000, p. 756.

imigrações na agenda de segurança, posto que os imigrantes passaram a ser vistos como ameaças em potencial para os Estados-Membros e para a própria sobrevivência do bloco. A questão da ambiguidade política europeia está intimamente ligada a dificuldade da União em estabelecer uma política significativa e apropriada para o fenômeno do Islamismo político. Os problemas estão situados na forma como os líderes europeus e seus conselheiros estão se mostrando incapazes de compreender o islamismo político como expressão legítima da pluralidade política. Sendo assim, refere-se, da mesma maneira, a forma como a União Europeia, assim como seus Estados-Membros, lidam com o islamismo político no interior de suas fronteiras, diante da necessidade de abordar a questão de como se relacionar com as expressões internas da consciência política dentro das comunidades minoritárias muçulmanas e como moldar suas políticas para a inclusão dessa comunidade minoritária (Joffé, 2008). No entanto, as recorrentes ações de segurança dirigidas aos imigrantes, aos refugiados, como também, ao terrorismo e crime internacional, por vezes, são, dentro da legislação europeia, colocados todos sobre a mesma alcunha, como se fizessem parte de um só significante, para o significado genérico de “ameaça”.

Para Didier Bigo (2011), na última década, o crescente desenvolvimento de estruturas de prevenção e reconhecimento da ameaça, e é através destas que os departamentos governamentais e os atores privados transnacionais executam constantes sistemas de vigilância biopolítica¹⁴⁴, excedeu a relevância da fronteira territorial. Ainda segundo Bigo (2011), os períodos de exceção foram certamente mais robustos nos momentos que se seguiram após o 11 de setembro, no entanto, gradativamente o controle vêm se tornando mais sutil, invisível, para que não se possa afrontar a possibilidade de mobilidade das sociedades liberais, o que, certamente, não representa a ruína da soberania.

Cada vez mais, as fronteiras se tornam mais inteligentes, “*smart borders*” (Bigo, 2011), em sua estrutura de seleção, as fronteiras tornam-se mais inteligentes, quanto mais invisíveis e sutis se mostram, já que a continuidade da organização liberal,

¹⁴⁴ “(...) como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana”. (Foucault, 2008) “Em uma era onde o poder deve ser justificado racionalmente, o biopoder [ou biopolítica] é utilizado [a] pela ênfase na proteção de vida, na regulação do corpo, na proteção de outras tecnologias”. (Disponível em: <http://www.ufrgs.br/>)

também, depende da mobilidade, assim, acaba por provocar o fortalecimento da utilização dos meios biopolíticos, de forma a manter o movimento constante sem que a parte dominante da sociedade seja afetada. No entanto, mesmo que se baseie no controle transnacional das identidades, por meio de instituições comuns de informação e técnicas avançadas de vigilância, a União não deixou de lado o campo territorial da seleção exclusiva em sua organização de segurança, na qual a imigração representa o grande desafio.

3.1.1 A Crise dos Refugiados e o alvorecer do descontentamento.

A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization - this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such. "Security" is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme on of politization. (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p. 23-25)

A Securitização, além de ser entendida como o extremo da politização no que tange a segurança, poderá ser construída como forma de expansão desta, assim, a este assunto será dado um cuidado especial. Neste sentido, somente haverá securitização a partir do momento em que for estabelecida uma ameaça que legitime o rompimento das regras para a realização de ações emergenciais (Buzan, Waever e Wilde, 1998). Logo, a Securitização de uma questão específica constrói-se de maneira subjetiva, sendo assim, não derivará, como ameaça, da sua relevância objetiva, e sim, antes de tudo, do discurso que induzirá à sua securitização. Mesmo a noção de ameaça, variante dependendo das circunstâncias, não se demonstra como sendo uma noção objetiva e, muito menos, consensualmente definida, entretanto, legitimada pelo poder advindo do governo constituído.

Assim, a definição de ameaça não poderá ser analisada como algo simples, pois mostra-se multidimensional. Sendo a insegurança politicamente construída, o caráter político dos estudos de segurança, são igualmente mutáveis. Assim, tornar politicamente questões como as imigrações, desloca necessariamente o tema da segurança tradicional, ligado a manutenção da segurança frente ao perigo, para concentrar-se no enquadramento da questão da securitização em si, levando aos especialistas em segurança a pergunta: “*to securitize or not to securitize?*” (Huysmans, 2006). Portanto,

neste sentido, a ameaça configura um conceito amplo que deverá constituir-se em paralelo à sua adaptação aos muitos processos políticos e sociais.

No entanto, o discurso que aponta determinada questão como possível ameaça existencial, não criará sozinho securitização, e sim um “*securitizing move*”, um movimento securitizador. É, porém, essencial o consentimento do público para que determinado objeto seja observado como securitizado. Desta forma, muito mais do que o agente “securitizador”, é mesmo a audiência, do discurso de segurança, quem determinará a securitização de determinado objeto, ainda que, a bem da verdade, não detenha expressamente o poder da securitização (Bigo, 2002). Por outro lado, a análise multissetorial da segurança admitirá a ampliação na percepção de diferentes atores de securitização, assim como também, variados objetos, afinal, nesta abordagem, as ameaças existenciais se diferenciaram de setor para setor. Logo, os atores construirão suas respectivas agendas de segurança em conformidade com a estruturação social da ameaça, esta que poderá ou não constituir uma ameaça real.

A securitizing actor is someone, or a group, who is performs the security speech act. Common players in this role are political leaders, bureaucracies, governments, lobbyists, and pressure groups. These actors are not usually the referent objects for security through reference to the need to defend their own survival. Their argument will normally be that it is necessary to defend the security of the state, nation, civilization, or some other larger community, principle, or system. (Buzan, Waever e Wilde, 1998, p.40)

O reconhecimento dos atores securitizadores pode tornar-se complexo, contudo tais atores são geralmente indivíduos ou mesmo grupos ligados à vida política. O agente securitizador é normalmente identificado como aquele que profere o discurso securitizante, e que em sua maioria possui uma posição de autoridade, ainda que não exerça nenhuma posição oficial no governo. Tal relação discurso/securitização é possível, por haver um entendimento da segurança como reflexo de uma “ação de discurso”. Assim, enquanto desloca-se na direção do ápice da agenda de segurança, a mais recente importância tende a ganhar caráter emergencial, expandindo, desta forma, a possibilidade de “*exceptional measures*”, “*measures beyond law*” que abandone o ordenamento jurídico ou, ainda, político vigente (Bigo, 2002).

Securitization of the immigrant as a risk is based on our conception of the state as a body or a container for the polity. It is anchored in the fears of politicians about losing their symbolic control over the territorial boundaries. It is structured by the habitus of the security professionals and their new interests not only in the foreigner but in the “immigrant”. These interests are correlated with the globalization of technologies of surveillance and

control going beyond the national borders. It is based, finally, on the "unease" that some citizens who feel discarded suffer because they cannot cope with the uncertainty of everyday life. (Bigo, 2002, p. 2)

Assim, diante da maior crise humanitária pela qual a União Europeia já passou, o bloco tem demonstrado dificuldades de encontrar uma solução comum. Os Estados europeus que durante a crise já estiveram dispostos ao acolhimento, atualmente fecham suas fronteiras preocupados com o crescimento descontrolado do número de refugiados em busca de segurança nos países do bloco. Por conseguinte, vários Estados estabeleceram entraves fronteiriços e à entrada de imigrantes, o que por sua vez, aumentou a pressão sob a Grécia, gerando um acúmulo de refugiados no país, ao passo que a União negocia com a Turquia um acordo, que se baseia no retorno ao país de solicitantes de refúgio na Europa. Enquanto isto, os ainda residentes na Síria estão cada vez mais vulneráveis. Com a guerra civil no país, que já dura seis anos, os refugiados buscam retirar-se da zona de conflito, no entanto encontram vários obstáculos pelo caminho que trilham, à procura de segurança. *“A Síria é a maior crise humanitária e de refugiados do nosso tempo, que continua causando sofrimento para milhões de pessoas e que deveria atrair o apoio de todo o mundo”*, relatou Filippo Grandi, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados.

O conflito na Síria, segundo a Agência da ONU para Refugiados, até o início do ano de 2016, já havia gerado 4,8 milhões de refugiados, que se encontram em países vizinhos, centenas de milhares fugindo para a Europa, além de 6,6 milhões de pessoas deslocadas, ainda dentro da Síria, antes da guerra a população síria era de mais de 20 milhões de pessoas. Ainda segundo a ACNUR, dados recentes, de março de 2016, mostram que mais de 143.634 pessoas ultrapassaram as fronteiras da Turquia rumo à Grécia somente contabilizando o início do ano de 2016. No total, a quantidade de imigrantes que atingiram à Grécia, por vias marítimas ou terrestres, desde o início do ano de 2015, já são contabilizadas em 1.000.357. Refugiados arriscam suas vidas e as vidas de seus familiares, muitos deles crianças, para fugir da tragédia dos conflitos e perseguições em seus países de origem.

Logo, são imensos os obstáculos à construção de uma solução europeia para a crise. Gerenciar fronteiras internacionais já se mostrou uma tarefa gigantesca. Além disso, a Grécia rota de entrada de muitos dos refugiados na Europa, padece com um setor público debilitado. A vizinha Turquia, país que abrigava mais de 2 milhões de

refugiados sírios, somente até setembro de 2015¹⁴⁵, e é reconhecida como essencial na luta pela resolução deste problema, tem um governo que sofre críticas por conta de suas ações contra as liberdades civis. Além disso, por outro lado, o que parece é que alguns dos países da União ainda estão mais preocupados em conter os refugiados e migrantes afastados de suas fronteiras do que assegurar de forma responsável o fluxo de pessoas e ocupar-se na procura de soluções comuns.

Desta forma, discursos securitizadores começam a ressoar pelos países do bloco. Subitamente vozes discordantes, como a do premiê húngaro Viktor Orban, ergueram-se, chegando a dizer que a Europa será “*desestabilizada*” se os fluxos migratórios em massa se mantiverem. “*Se não houver mudanças na situação atual, a Europa será desestabilizada*”, salientou Orban. A Hungria se localiza em uma região central para o problema, no trajeto de quem chega do Oriente Médio rumo à Alemanha, que é o destino elegido por grande parte dos refugiados. O país construiu em cerca protetora de aproximadamente 175 quilômetros pela extensão de sua fronteira com a Sérvia, cerrando também os 41 quilômetros de sua fronteira, por onde não passa o rio Drava, com a Croácia. Assim, as autoridades prenderam centenas de migrantes e, além disso, iniciaram dezenas de processos judiciais. “*A Hungria é um país com cultura cristã milenar. Nós, húngaros, não queremos que o movimento mundial de pessoas mude a Hungria. (...) [as autoridades nas fronteiras] são os defensores de nossa cultura, nosso padrão de vida e nossa soberania*”, disse Viktor Orbán.

Neste sentido, Manuel Valls, enquanto ainda exercia o cargo de primeiro-ministro francês, declarou que a Europa não tem capacidade para suportar o número de refugiados que atinge suas fronteiras e que tal fluxo ameaça a concepção de União Europeia, “*Nós não podemos dizer ou aceitar que todos esses refugiados (...) podem ser bem-vindos na Europa*”, afirmou Valls, à BBC, reforçando ainda que, é fundamental o reforço do controle nas fronteiras. “*Há que reforçar as fronteiras externas da Europa, é indispensável*”, neste mesmo sentido declarou Wolfgang Schäuble¹⁴⁶ em entrevista ao programa Grand Rendez-vous. Por sua vez, Valls observa, “*a Alemanha enfrenta um desafio maior. Nós precisamos ajudar a Alemanha. Mas a primeira mensagem que precisamos passar agora com a maior firmeza é que nós não vamos receber todos os*

¹⁴⁵ Dados: Folha [online]. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/>>.

¹⁴⁶ Ministro Federal das Finanças da Alemanha.

refugiados na Europa”, acrescentando que, “(...)uma mensagem que diz venha, você será bem-vindo, provoca grandes mudanças”.

Além disso, países do Sul e do Norte do bloco ainda se contrapõem em matérias políticas essenciais. “*Não é inteligente para a UE opor os países do Sul aos do Norte. Mas é verdade que a Itália e a Grécia estão enfrentando uma situação extrema e estão tendo um trabalho muito árduo. Já alguns Estados do Norte estão tendo que lidar com o oferecimento de asilo, enquanto outros não estão muito comprometidos da forma como deveriam estar*”, alerta o consultor do Instituto Alemão de Relações Internacionais, Roderick Parkes. Seguindo esta mesma ideia, Yves Pascouau, diretor de políticas de imigração do Centro Europeu de Políticas Públicas, atentou para que, em suas palavras, “*(...) há países europeus do Norte que não aceitam discutir a imigração e querem que a Itália, Espanha, Grécia e Malta sofram sozinhos. Este é um fracasso político da Europa*”.

Outra avaliação negativa quanto à condução da crise dos refugiados ecoa entre os especialistas, segundo eles a Europa demorou tempo demais para agir, Martin Baldwin-Edwards, do Centro Internacional para Políticas Migratórias, em Viena, disse que para ele “*não existe e nunca existiu uma política europeia de imigração*”. Ainda segundo ele, “*há muitas peças de legislação em diferentes países, mas não há um acordo político sobre muitos pontos, exceto o desejo de manter os imigrantes fora da Europa*”. O ex-Secretário Geral da ONU, mostrou-se preocupado com o “*(...) fato de os países europeus adotarem políticas cada vez mais restritivas no que concerne aos imigrantes e aos refugiados*”, para Ban Ki-moon, “*estas políticas afetam negativamente as obrigações dos países que se encontram obrigados a respeitar as leis internacionais e a legislação da União Europeia em matéria de direitos humanos*”.

Embora toda formação de identidade seja um processo contínuo de renovação e confirmação, o Estado-nação é o cenário no qual a grande maioria dos conceitos políticos, hoje ainda centrais, foram moldados ou inventados (Waeber, 1996). “*On closer scrutiny, it is revealed that concepts like community, democracy, security and identity are not only recurrently applied to the nation-state, they are also in their very meaning marked by it*” (Walker, 1993 apud Waeber, 1996, p.104). Logo, o Estado nacional ainda se mostra como pilar principal da política, no qual a soberania, por sua vez, representa ainda hoje o fator de clivagem entre a inclusão e exclusão

(*inside/outside*¹⁴⁷) do ponto de vista do pertencimento. Portanto, a União Europeia é certamente mais inconsistente enquanto base de construção de um caráter de comunidade idealizada, capaz de engendrar um sentimento verdadeiramente gregário, com padrões legitimamente europeus, ao contrário do Estado-nação em si. Neste sentido, ao repetir as práticas de segurança naturais no ceio dos Estados, a europeização das ações de segurança fortalece o mesmo discurso que interliga soberania, cidadania e “*raison d’Etat*”, reiterando a exclusão baseada na identidade, na contramão da possibilidade de formação de maneiras alternativas para a construção de políticas mais inclusivas.

Desta forma, insistindo na repetição dos mesmos paradigmas securitários nacionais, a política de segurança na União Europeia se construiu, concentrada nas políticas Estatais de imigração, pautadas pelas preocupações acerca da estabilidade interna e segurança internacional (Weiner, 1990), se tornando assim, cada vez mais restritiva, refletindo em ações que criam barreiras contra “imigrantes indesejados”, por intermédio da não autorização da aprovação de vistos ou asilo, ou mesmo através do fortalecimento do controle fronteiriço. Ao passo que, por outro lado, a irremediável concessão de parte da soberania dos Estados em prol do bloco europeu, criou uma maior resistência em nível nacional, logo, geralmente, um agravamento da securitização, igualmente no que diz respeito às políticas internas das nações.

3.2 A UNIDADE COMUNITÁRIA AMEAÇADA: O DISCURSO DO BREXIT.

Os britânicos foram às urnas no mês de junho de 2016 para votar em um plebiscito essencial para o futuro do Reino Unido e da União Europeia. Os eleitores votaram entre permanecer na União ou deixar o bloco. No entanto, essa não foi a primeira vez que o país pleiteou sua separação da UE. Tal fato já se passou em 1975, quando, com uma ampla vitória dos partidários que desejavam a permanência no bloco, o Reino Unido se manteve na União Europeia. Também depois outros intentos surgiram, na tentativa de promover novas consultas, porém estes não prosperaram¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Referência ao termo cunhado por R.B.J.Walker em seu livro “*Inside/Outside International Relations as Political Theory*” (1993).

¹⁴⁸ Política Los Dossieres: La Amenaza del “Brexit”. nº 1160, junho de 2016, pp. 20-26.

No atual Brexit¹⁴⁹, o que é o mesmo que renunciar ao pertencimento ao bloco dos vinte e oito, quem definiu sua posição pela defesa da saída (leave), centrou, majoritariamente, sua campanha em um assunto para lá de delicado, a questão da imigração, o que parece ter dado certo no fim.

Desta forma, historicamente o Reino Unido não parece se sentir muito confortável em seus acordos com os vizinhos europeus. Tanto que, já em 1975 se celebrou um referendo acerca da permanência do Estado na então denominada, Comunidade Econômica Europeia (CEE), antecessora da atual União Europeia. Porém, como já foi dito, naquele momento, o resultado foi amplamente favorável a permanência, com 67% dos votos afirmativos, frente à 38% dos votos a favos dos partidários da saída. O Reino Unido se uniu a antiga Comunidade Econômica Europeia, conhecida comumente pelos britânicos como o “mercado comum”, em janeiro de 1973 sob a gestão do premier do Partido Conservador, Edward Heath. O opositor Partido Trabalhista, liderado por Harold Wilson, concorreu as eleições gerais de outubro de 1974 com o objetivo de renegociar os termos de adesão do Reino Unido na CEE e mais tarde celebrar um referendo sobre a permanência na Comunidade em função dos novos acordos. Em 1975 se celebrou tal consulta popular, na qual os principais partidos políticos e a imprensa em geral apoiaram a permanência na CEE. Como resultado o Reino Unido se manteve na CEE¹⁵⁰.

Anos depois, o Partido Trabalhista, na oposição, fez campanha nas eleições gerais de 1983 com o objetivo de promover uma saída do Reino Unido da CEE. O projeto não obteve maior repercussão devido a esmagadora vitória de Margaret Thatcher nas eleições daquele ano, resultando em sua reeleição. Desde aí, o Partido Trabalhista modificou sua política com relação à Europa. No entanto, outras “intentionas” surgiram. Em 1994 formou-se na Grã-Bretanha o Partido do Referendum, liderado por James Goldsmith, para concorrer nas eleições de 1997 com o claro objetivo de celebrar um referendo sobre a permanência na, já neste momento, União Europeia. No começo da década de 1990 também se formou o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), um partido eurocético e de tons xenófobos. O partido cresceu, conseguindo o terceiro lugar no Reino Unido nas eleições europeias de 2004, o segundo nas de 2009, e finalmente, o primeiro nas últimas, as de 2014. As eleições de 2014

¹⁴⁹ “Brexit”, termo usado para designar a saída do Reino Unido do bloco europeu, cunhado a partir da combinação das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída).

¹⁵⁰ Política Los Dossieres: La Amenaza del “Brexit”. nº 1160, junho de 2016, pp. 20-26.

foram as primeiras desde 1906 em que o partido mais votado não era nem o Partido Conservador, nem o Partido trabalhista¹⁵¹.

O debate então retornou à arena política em 2013, com o primeiro ministro da época, David Cameron, que como promessa eleitoral comprometeu-se a convocar um referendo sobre a permanência do reino Unido na União Europeia, projetado em 2014, e que a priori viria a celebrar-se ao longo de 2017. Em 2015 o Parlamento Britânico aprovou a “*European Union Referendum Act 2015*” a via pela qual se daria a celebração da consulta do Brexit. Cameron prometeu, se eleito, que realizaria o plebiscito após sua vitória nas eleições parlamentares de 2015. Tal ato foi realizado em resposta a crescente pressão que vinha sofrendo, até mesmo dentro do seu próprio partido, para que se levasse a referendo popular a continuidade do projeto europeu¹⁵².

Grande parte dos conhecidos como eurocéticos alegam que a União se expandiu demais nos últimos tempos, desempenhando um papel cada vez maior no controle sobre a organização política e social do Reino Unido. As pressões cresceram ainda mais com a ascensão, eleição após eleição, do partido nacionalista UKIP, que tem como uma de suas principais bandeiras a retirada do país do bloco europeu. Dentre as recentes e, mesmo, antigas tensões, entram a proteção da soberania nacional, as questões relacionadas a identidade britânica, as incertezas com relação a estrutura burocrática criada no seio da União, além claro de matérias relacionadas à segurança, interna e externa, ligadas principalmente ao controle de fronteiras.

Portanto, a disputa entre os partidários a favor e contra a permanência do Reino Unido na União Europeia, ganhou ao longo da campanha contornos cada vez mais securitizadores, especialmente ao que se referem às imigrações, por parte da ala de apoiadores do Brexit tal configuração tornou-se, mais e mais, claramente uma questão de segurança societal. Ao passo que a segurança societal se constitui como termo genérico, representando os esforços para lidar com as modernas ameaças à segurança da sociedade. Tal conceito também tem sido utilizado para explicar o fenômeno da identidade social e da coesão como fontes de instabilidade.

Desta forma, tornar-se-á importante compreender o significado do construto teórico que conceitua a “segurança societal”. A segurança societal tem por objeto de

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

securitização tudo aquilo que possa ameaçar um grupo social ou mesmo uma comunidade específica (Waever et al., 1993), cujos membros estão ligados por meio de características próprias, como por exemplo, identidade, cultura, ou ainda, língua, religião e costumes comuns. Se diferenciando da segurança do Estado (soberania), representando a segurança da sociedade (identidade). Afinal, o Estado se estabelece, segundo o Direito Internacional, sobre as bases de um território fixo, uma população residente, um governo autônomo e independente numa aliança formal e diante da autonomia nas suas relações com os demais Estados, ou seja, tendo total independência jurídica. Enquanto que, um determinado grupo social ou comunidade caracteriza-se por representar um conjunto de indivíduos ligados por um sentimento de pertencimento comum.

Ter uma identidade faz referência direta ao reconhecimento do “nós”, seja ele qual for, em distinção ao “outro”. Por definição, as sociedades são comunidades unidas por um sentimento de identidade coletiva. O que ocorre claramente quando se utiliza o termo “nós”. No que diz respeito às questões de segurança ao se analisar, nota-se que as sociedades são diferentes de outras estruturas como mesmo o Estado-nacional ou ainda indivíduos isolados, por isso podem operar de forma una no seio do sistema, pois possuem uma história, passado comum e a pretensão de um futuro comum. Assim, apesar de o conceito de sociedade ser geralmente utilizado para indicar a população de um Estado. Dentro da conjuntura da segurança societal se torna utilizável em outro sentido, no qual a sociedade é identificada pela presença de uma identidade intrínseca e é esta identidade que a caracteriza.

Societal security concerns ‘situations when societies perceive a threat in identity_terms’ [Waever et al., 1993, apud Waever, 1996]. The most powerful types of community in Europe today are national and other ethnic groups, with religion as the only serious competitor. For other historical periods and currently in other parts of the world, it is other types of communities that defend their ‘identity’ [Buzan et al., 1997, apud Waever]. The definition of societal security does not link it to the nation - only to identity-based communities. It is a contingent, empirical actuality that societal security in today’s Europe primarily has to do with nations and ethnic minorities. (Waever, 1996, p. 113)

Por isso, no contexto da segurança societal estar-se-á tratando sobretudo da manutenção e afirmação da identidade da sociedade e sobre a coesão de seus membros, observando, desta maneira, todos os elementos constitutivos e descritivos da sociedade. *“Societal security concerns the ability of a society to persist in its essential character under changing conditions and possible or actual threats”* (Waever et al., 1993, p. 23).

Porém, os elementos, majoritariamente, a serem mantidos são as identidades religiosas e ético-culturais. Assim, esta segurança se vê ameaçada quando “*societies perceive a threat in identity terms*” (Waever et al., 1993, p. 23). No entanto, é complexa a definição de ameaça quando se refere a segurança societal, pois o quadro se transmuta com o passar dos anos, podem ser vistas como ameaças que levam a reações à mudança da identidade de grupo, incluindo a homogeneidade e coesão societal, ações como a supressão de sua própria identidade, ou ainda, e mais comumente, interferências estrangeiras em suas características de pertencimento comuns.

Quanto a campanha pró-Brexit, os termos ligados a segurança societal não tardaram a aparecer, em meio a concorrência pelos votos que mudariam o futuro do Reino Unido e, também, do bloco europeu. Nigel Farage, do partido nacionalista UKIP, lançou durante o embate ideológico do referendo um cartaz polemico para sensibilizar os eleitores a votarem pela saída, nele estava exposta uma fotografia de imigrantes, gerando uma avalanche de indignação por todo Reino Unido. Nicola Sturgeon, a primeira-ministra escocesa, por exemplo, denominou-o como “nojento”. A fotografia trazida pelo cartaz foi feita durante o verão de 2015, e exhibe uma fila de imigrantes movendo-se da Croácia rumo à Eslovênia. Acompanhando a imagem aparece o seguinte texto: “*Ponto de Ruptura. A UE tem falhado com todos ‘nós’ . Devemos sair da União Europeia e retomar o controle sobre as ‘nossas’ fronteiras*”. Para além de um discurso securitizador, dando ênfase para o “nós” que os distingue dos “outros” (imigrantes), não demorou para que, em redes sociais, a opinião pública chamasse a atenção para o fato de haver grandes semelhanças entre a fotografia utilizada pela UKIP e uma imagem da propaganda nazista difundida em um documentário da BBC de 2005.



Nigel Farage, estruturou toda sua carreira política realizando clara campanha para que o país se retirasse da União Europeia. Para muitos, Farage juntamente com o ex-prefeito de Londres Boris Johnson, são os grandes incentivadores deste processo. Durante a atual campanha do Brexit, o ex-líder do UKIP, adotou um discurso de que os votos no referendo seriam um passo importante na “*luta do povo contra o establishment*”¹⁵³. Para os críticos, o UKIP é um partido racista e anti-islâmico, o que Farage refuta veementemente. Segundo ele, “*de maneira alguma é racista dizer que devemos controlar a quantidade e a qualidade dos imigrantes que entram no Reino Unido*”. No entanto, um dos momentos de maior polêmica durante toda disputa que envolveu a campanha do Brexit, foi exatamente a exibição da peça publicitária do UKIP, que tinha como fundo a imagem de centenas de imigrantes, muitos sírios fugidos da guerra em seu país, que foi taxada de “racista” e “xenófoba” pelos adversários. Em sua defesa, Farage relatou que o cartaz somente representava um “*reflexo da realidade*” da imigração na União Europeia.

Seguindo esta linha de raciocínio, Farage insiste em defender o cartaz dizendo: “*Como podem ver na fotografia, a maioria são homens jovens. Sim, podem estar vindo de países que não estão numa condição muito feliz, podem vir de lugares mais pobres, mas a UE cometeu um erro fundamental que coloca em risco a segurança de todos*”. No entanto, para secretário-geral da Unison¹⁵⁴, que apresentou queixa contra a peça publicitária na polícia, argumentando que o cartaz transgride a lei, pois, para ele, incita o ódio racial. “*Os defensores do Brexit não poderiam ter descido mais baixo na sua tentativa de assustar as pessoas com o objetivo de as levar a votar pela saída*”, disse o sindicalista ao *The Guardian*. Do outro lado da campanha do referendo, Cameron relatou, durante um discurso no Museu Britânico, que é do “*interesse nacional do Reino Unido manter o objetivo comum na Europa*”, acrescentando que:

O isolacionismo nunca foi benéfico para este país. Quando voltamos as costas para a Europa arrependemo-nos, mais cedo ou mais tarde. Tivemos sempre de intervir e com um custo muito mais elevado. Se permanecermos na União Europeia sabemos com o que contar. Continuaremos a ter acesso completo a um mercado único crescente, incluindo energia, serviços e digital, juntamente com o benefício dos grandes acordos comerciais no horizonte,

¹⁵³ Termo adotado para indicar uma determinada diretriz ideológica, política, econômica e legal que rege uma sociedade ou um Estado-nacional, também pode ser utilizado para designar elite social, política e econômica de um país.

¹⁵⁴ UNISON is one of the UK’s largest trade unions, serving more than 1.3 million members. We represent full-time and part-time staff who provide public services, although they may be employed in both the public and private sectors. Disponível em: <<https://www.unison.org.uk/>>.

entre a União Europeia, Estados Unidos, e outros mercados. Se sairmos da UE será um salto para o desconhecido¹⁵⁵.

Em contrapartida dentro do mesmo Partido Conservador, defensor da retirada do Reino Unido do bloco europeu, Boris Johnson afirmou, contestando as palavras de Cameron, que “*quem garante a paz e a estabilidade na Europa é a OTAN, em vez da UE*”. O ex-prefeito londrino acusou ainda David Cameron de não ter alcançado a tão esperada reforma da União Europeia:

Não posso crer que o primeiro-ministro britânico acredite seriamente que deixar a União Europeia iria despoletar a guerra no velho continente, atendendo ao facto de que há apenas alguns meses atrás esteve pronto para apelar às pessoas para votarem pela saída se não se conseguissem reformas na União Europeia. Não obtivemos reformas substanciais na EU¹⁵⁶.

A favor da permanência estavam o Partido da Aliança da Irlanda do Norte, o Partido Verde, o Partido Trabalhista, os do Liberal Democrata (antigos parceiros do governo de Cameron), o NI21, Plaid Cymru, o Partido Nacional Escocês, o Sinn Féin, o Partido Socialdemocrata e Trabalhista, o Partido Unionista de Ulster e o Partido Socialista Escocês. Além de todos os partidos que tem representação no Parlamento de Gibraltar, assim, apoiavam a permanência do Reino Unido na UE, o Socialdemocrata de Gibraltar, o Partido Socialista Trabalhista de Gibraltar e o Partido Liberal de Gibraltar¹⁵⁷.

Em contrapartida, os que estavam a favor da saída do Reino Unido eram, Respect-The Unity Coalition, Coalisão Sindicalista e Socialista, Independência da Europa, o Partido Nacional Britânico, o Partido Unionista Democrático, Voz Unionista Tradicional e o Partido da independência do Reino Unido (UKIP), além é claro, do Partido Conservador, que se encontrava dividido perante ao referendo¹⁵⁸. Por sua vez, tomando claramente partido na disputa o jornal *The Sun*, que é o mais lido no país, principalmente pela classe trabalhadora, fez um apelo a favor do voto pelo Brexit. Conforme a reportagem do jornal britânico, a continuidade no bloco seria prejudicial ao Reino Unido, especialmente por conta do incremento das imigrações, causando perdas nos salários e no “modo de vida” da população britânica. Na publicação do *The Sun*, intitulada “*BeLeave Britan*”, o jornal declara que em 43 anos de permanência britânica

¹⁵⁵Disponível em:<<http://pt.euronews.com/2016/05/09/brexit-guerra-de-argumentos-entre-david-cameron-e-boris-johnson>>.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Política Los Dossieres: La Amenaza del “Brexit”. nº 1160, junho de 2016, pp. 20-26.

¹⁵⁸ Idem.

no bloco, a União Europeia apenas mostrou-se “*gananciosa, intimatória e impressionantemente incompetente em tempos de crise*”.

Majoritariamente os cidadãos do Reino Unido votaram a favor da retirada do país do bloco europeu no histórico referendo realizado em 2016. O Brexit obteve 51,9% dos votos, ao passo que 48,1% votaram pela manutenção da estadia na União. No entanto, o resultado do referendo revelou muito mais sobre a estabilidade do Reino Unido do que se esperava, demonstrando um país intensamente rachado, com as populações de Inglaterra e Gales votando em sua maioria no Brexit, enquanto Londres, Escócia e Irlanda do Norte votaram predominantemente pela permanência. Para Mark Easton, editor da BBC, a opção dos britânicos era entre um caminho [da continuação] que vislumbrava um mundo moderno, pleno de oportunidades e estruturado pela interdependência, ou outro [da retirada] que vislumbra guiar-se rumo a independência de um país que honraria a tradição e herança cultural.

Desta forma, a líder do governo na Escócia e partidária declarada da permanência do Reino Unido no bloco europeu, Nicola Sturgeon, declarou:

Desejo um resultado a favor da permanência do Reino Unido na UE em todo o território. Espero que seja esse o motivo da celebração de sexta-feira. Nas últimas eleições escocesas, dissemos que, caso saíssemos da UE contra a nossa vontade, o parlamento escocês não teria outra opção que pedir um segundo referendo¹⁵⁹.

Patrick Harvie, do Partido Ecologista Escocês (Scottish Green Party, SGP), no mesmo sentido constatou que seu partido poderia apoiar um segundo referendo sobre a independência da Escócia. “*A Escócia deve manter-se aberta a todas as possibilidades de forma a proteger-se contra este tipo de ameaça*”, deixou claro Harvie, completando que, “*o parlamento escocês terá de estar representado nas negociações sobre o futuro e os próximos passos. Devemos estabelecer um plano de ação entre os diferentes partidos, para que possamos defender os nossos direitos como cidadãos da UE*”.

Seguindo neste rumo, segundo o partido Republicano irlandês, Sinn Féin, o governo britânico “*comprometeu o seu mandato como representante dos interesses políticos e económicos do povo da Irlanda do Norte*”. O dirigente nacional do partido, Declan Kearney, expressou, pouco tempo antes do resultado oficial do referendo sobre a saída do Reino Unido da União, que “*tudo indicava que os votos ingleses iriam minar a*

¹⁵⁹ Disponível em:< <http://pt.euronews.com/2016/06/24/o-brexite-deixa-o-reino-desunido>>.

vontade democrática do povo da Irlanda do Norte. Tanto republicanos como unionistas, católicos como protestantes votaram a favor da permanência na União Europeia". Porém, o referendo popular foi além e ainda demonstrou que há em verdade uma cisão mesmo dentro da própria Inglaterra, enquanto Londres votou majoritariamente pela permanência, a maior parte das outras cidades votaram pela saída. Ademais, a clivagem entre as gerações também se tornou evidente. No grupo etário entre 18 e 24 anos, 64% votaram pela permanência, no entanto, no grupo entre 50 e 64 anos, apenas 33% votaram semelhante. Segundo Mark Easton da BBC, *"o plebiscito revelou uma placa tectônica dividindo o Reino Unido. Uma ferida que dividiu a política e as estruturas sociais. Está longe de ficar claro se o Reino ainda pode se declarar unido"*.

3.2.1 A ameaça do Brexit ao projeto europeu: Uma reação em cadeia?

A resolução dos cidadãos britânicos em favor da retirada do país da União Europeia desencadeou uma sequente onda de demandas por referendos similares ao que acarretou no Brexit, principalmente apelos da extrema-direita de vários países-parte no bloco. Katya Adler, editora da BBC para a Europa, declarou que em décadas não se podia observar tal ceticismo em relação à União Europeia. Niguel Farage, relatou certa vez que, esperava que o exemplo do Reino Unido se tornasse o início de um grande processo de fragmentação da União. Marine Le Pen, líder do partido francês, Frente Nacional, assegura que realizará um plebiscito aos moldes do britânico, se for eleita presidente. Na Itália, Beppe Grillo, líder do Movimento 5 Estrelas, partido antissistema italiano, também deseja um referendo em seu país. Portanto, o risco de contaminação é concreto. Talvez estejamos diante de uma reação em cadeia? Isto é incerto, mas, as possibilidades de outros Estados-Membros acompanharem o exemplo britânico são cada vez mais reais.

Não é de agora que se sabe que Le Pen gostaria de ver a França fora do bloco europeu que ela considera "decadente". No entanto, a questão agora é que a conservadora líder do maior partido eurocético da França, ganhou um sopro novo de ímpeto com a vitória da saída no referendo realizado no Reino Unido. Durante uma entrevista à estação TF1, Le Pen garantiu novamente que, se for eleita presidente nas

próximas eleições francesas, convocará o quanto antes os franceses às urnas para decidir sobre a permanência da França na União Europeia. Ainda que não se tenha a certeza de quantos franceses poderiam concordar com este plebiscito, o que se sabe é que uma sondagem recente realizada pelo Ipsos MORI, mostrou que, caso se concretize tal consulta, aproximadamente 41% dos cidadãos franceses votariam pela saída do bloco. Assim, a julgar pelo fato de que, em outras sondagens, Le Pen aparece bem colocada na disputa pela presidência da França em 2017, logo, caso consiga se fazer presente ao menos no segundo turno para disputar ativamente o cargo, a França é um país que necessitará de toda atenção da União.

Igualmente, na Itália se podem ser sentidas as primeiras respostas da “contaminação” do Brexit. Beppe Grillo, líder do Movimento 5 Estrelas, já anunciou que exigirá uma convocatória para que os italianos possam decidir sobre sua permanência na zona do euro, o que para ele significaria um primeiro passo sendo, possivelmente, seguido por outro referendo, desta vez, sobre a retirada da Itália da própria União Europeia. Na Holanda e na Dinamarca, por sua vez, o impulso pela saída também já pode ser sentido. Segundo dados de pesquisas de opinião realizadas no país, os holandeses desejam uma consulta pública sobre a permanência no bloco, e demonstram-se muito divididos entre permanecer e retirar-se. Recentemente Geert Wilders, o líder do partido PVV, populista anti-imigração e islamofóbico, e que na ocasião liderava as sondagens de intenções de voto para as eleições legislativas holandesas, declarou em uma entrevista dada à BBC, que não apenas esperava que o Brexit saísse vitorioso, mas também que, seguindo seu caminho, viesse em breve um “Nexit”¹⁶⁰. Wilders disse:

Penso que seria uma coisa boa as pessoas do Reino Unido votarem para sair deste projeto político. Acredito que isso vai significar que outros países, como o meu talvez, encontrem um enorme incentivo para recuperar a soberania nacional. Estou a falar de uma primavera patriótica. Se queremos sobreviver como nação, temos de travar a imigração e travar a islamização.

Mas o que se quer dizer exatamente quando se utiliza a “identidade nacional” como uma questão para a manutenção da segurança? A identidade nacional abarca algum sentimento de comunidade política, instituições comuns e um código de direitos e deveres comum a todos os membros da sociedade. Ela igualmente preconiza um espaço social definido e território limitado e demarcado, com o qual os membros da

¹⁶⁰ Netherlands (Holanda) + exit (saída).

comunidade possuem certa identificação, ou seja, certo sentimento de pertencimento. Para Antony Smith (1997) a definição de nação seria como uma comunidade de pessoas que respeitam as mesmas regras e instituições no seio de determinado território. O território historicamente constituído, comunidade jurídico-política, da mesma forma que a igualdade jurídico-política dos membros desta comunidade e a cultura e ideologias compartilhadas, representam componentes formadores do modelo ocidental clássico da nação e constroem ainda importantes grupos de identidade nacional (Smith, 1997).

O medo do ressurgimento do regionalismo radical e do separatismo, podem representar para os nacionais, ameaças à segurança societal, especialmente no sentido da coesão social. Assim como, o receio de ações ou da retórica ligada à um nacionalismo possivelmente antiocidental, as manifestações de rumores anticristãos e atitudes de alguns grupos islâmicos e comunidades religiosas, também podem ser compreendidos como possíveis ameaças à coesão social (Waever et al., 1993). “*Societal security (...) which is about the organizational stability of states (...) the key to society is those ideas and practices that identify individuals as members of a social group*” (Waever et al., 1993, p. 119). Por isso, a fonte de insegurança social que tem obtido maior atenção tem sido a imigração. A imigração pode ser entendida como uma questão que ameaça a identidade de uma determinada sociedade receptora, acarretando em uma mudança na composição de tal comunidade. A profusão em grande escala de imigrantes de diferentes origens culturais pode representar problemas para a cultura dominante. Desta forma, aplicando a segurança societal se poderá prever uma impulsão analítica quando se avalia tal evento, podendo ser constituído como ameaçador e até potencialmente causador de conflitos violentos dentro da comunidade.

Tied to European integration is a process whereby societal security emerges as a specific field of reflection, separated from state security. The process of integration probably depends on a willingness by ‘the nations’ to handle these perceived security risks by their own cultural security policy, and not call the state back in (which will mean blocking integration). (Waever, 1996, p. 114)

Em resumo, o isolamento entre as fronteiras constituídas pela identidade acarreta, similarmente, na piora da clivagem entre os excluídos e aqueles que os excluem. Constrói-se aqui basicamente a dicotomia “sobrevivência da identidade/ameaça existencial” sobre a massa de elementos que caracterizam uma nação, um grupo étnico ou ainda, uma comunidade religiosa. Porém, o fato de essas ameaças serem bastante subjetivas, muito mais que objetivas, logo, incrementa a dimensão subjetiva da

segurança, de forma tal, que seu dilema clássico¹⁶¹, ligado as questões bélicas, de segurança pela força *versus* segurança pela cooperação, torna-se ainda mais complexo, no caso da segurança societal. Para o dilema da segurança societal, o paradoxo está vinculado aos dois lados do nacionalismo, étnico-político e cultural, no entanto, igualmente ligado ao dilema do *status quo versus* revisionismo, securitização *versus* integração. Outro efeito também encontrado é o julgamento da ameaça exagerada ou falso julgamento de ameaça à segurança societal, que poderá igualmente produzir a resistência de um Estado diante da percepção do “outro”, do estrangeiro, incrementando a securitização da imigração e dificultando a inserção harmônica.

No caso europeu o uso da justificativa anti-imigração que culminou no Brexit, rendeu várias reações adversas. Para Angela Merkel, chanceler alemã, a vitória da “saída” foi um “golpe contra a Europa, um golpe contra o processo de unificação europeia”. E ainda que essa separação tenha novas consequências a longo prazo o presidente do concelho europeu, Donald Tusk, afirmou que “*estamos determinados a manter nossa união como 27 [Estados-Membros] (...). Irei propor que iniciemos um período de reflexão mais ampla sobre o futuro de nossa união*”. Frank-Walter Steinmeier, Ministro das Relações exteriores da Alemanha, por sua vez, disse que, “*a notícia vinda do Reino Unido é realmente atordoante. Parece um dia triste para a Europa e o Reino Unido*”. Enquanto o Ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Marc Ayrault, declarou que “*a Europa irá continuar, mas precisa reagir e redescobrir a confiança de seus povos. Isso é urgente*”.

Ao passo que o Ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schaeuble, embora tenha deixado claro sua surpresa, pois, o que esperava era um resultado diferente, afirmou ainda assim, “*agora precisamos olhar para a frente e lidar com esta situação (...). O processo da UE para a saída da União Europeia está definido claramente e será implementado. A Europa irá se mostrar unida agora*”. Muito pode ser dito sobre o processo de retirada do Reino Unido do bloco europeu, e da mesma forma sobre a possibilidade de contágio entre os outros membros, e mesmo que os maiores efeitos ainda venham a ser sentidos, no entanto, o que se tem até agora, nada

¹⁶¹ Referência ao Dilema de Segurança, elaborado pelo acadêmico germano-americano John Herz nos anos 1950. Em que os Estados diante de um sistema internacional anárquico e orientados pela necessidade de auto-ajuda, proteção de sua soberania. Para sua segurança buscam mais poder bélico o que gera insegurança nos demais Estados, que fazem o mesmo. Logo, agindo assim, de forma meramente racional, os Estados geram sua própria insegurança e aumentam o risco de guerras, portanto, a atitude mais segura, neste cenário, seria a cooperação.

mais é que um mar de incertezas no qual Reino Unido e União Europeia navegam sem saber bem qual será o rumo que irão tomar.

3.3 A SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO É SOLUÇÃO PARA A SEGURANÇA NA EUROPA?

La sécurité n'est pas le contraire de l'insécurité et du danger. Elle n'est pas libération à l'égard d'un danger objectif pour tous ou du moins elle ne s'y réduit pas. La sécurité se construit. En ce sens, toute définition visant à l'objectiver une fois pour toute est contestable. L'incertitude mine la définition de la sécurité et des objets auxquels elle se réfère. (Didier Bigo, 1998, p. 2)

A imigração é vista, cada vez mais, como um problema de segurança. De análise de segurança, especialmente importante, para políticos, autoridades policiais sejam locais ou nacionais, funcionários de alfândegas, patrulhas fronteiriças, serviços secretos, exércitos, juízes, alguns serviços sociais (cuidados de saúde, hospitais, escolas), cooperações privadas (Analistas bancários, fornecedores de vigilância tecnológica, policiamento privado), muitos jornalistas (especialmente da televisão, e dos jornais mais sensacionalistas) além, de uma fração significativa da opinião pública geral. Principalmente, mas não somente por aqueles mais facilmente atraídos pelo *slogan* da “*Law and Order*”(Bigo, 2002).

A popularidade deste paradigma de securitização não é simplesmente a expressão de respostas tradicionalistas à um aumento da insegurança, da criminalização, do terrorismo e dos efeitos negativos da globalização, mas é também, o resultados da criação de um “*continuum of threats and general unease*”, em que muitos atores deferentes comparatizam seus medos e crenças no processo de construção de uma sociedade de risco. Os profissionais responsáveis pela gestão do risco e do medo, transferem, em especial, a legitimidade alcançada com as lutas contra terroristas, criminosos, espões e falsificadores, para outros alvos, como, ativistas transnacionais, mas principalmente, pessoas que cruzam suas fronteiras (imigrantes, refugiados e requerentes de asilo), ou, mesmo, pessoas nascidas no país, entretanto, de origem estrangeira (Bigo, 2002).

Observa-se então, como já foi dito, que as migrações são cada vez mais relacionadas com questões de segurança, decorrência da construção da lógica da

ameaça, na qual vários atores diferentes se inter-relacionam e partilham os mesmos medos criando um ideal de sociedade de risco. Didier Bigo (2002), interpreta as formas de governar pela (in)segurança como sendo, *governmentality of unease*¹⁶². Assim, se governa partindo do reconhecimento das ameaças que deverão ser controladas pelas atividades de segurança. Logo, a maneira de governar através da segurança, é igualmente uma forma de governança por intermédio do receio, do risco, da insegurança. Desta forma, a hipótese apresentada por Bigo (2002), é de que a securitização da imigração não é somente um efeito, aida que venha à contribuir, para a propaganda dos partidos de extrema-direita, a ascensão da xenofobia, ou, para a formação de uma retórica nova e mais eficiente, que seja capaz de convencer a população a apoiar o ideal de risco, ou mesmo, seja bem-sucedida nos “*speech acts*” realizados por atores, tanto da sociedade civil, quanto do Estado. A securitização é sim, no entanto:

Securitization of the immigrant as a risk is based on our conception of the state as a body or a container for the polity. It is anchored in the fears of politicians about losing their symbolic control over the territorial boundaries. It is structured by the habitus of the security professionals and their new interests not only in the foreigner but in the “immigrant”. These interests are correlated with the globalization of technologies of surveillance and control going beyond the national borders. It is based, finally, on the “unease” that some citizens who feel discarded suffer because they cannot cope with the uncertainty of everyday life. This worry, or unease, is not psychological. It is a structural unease in a “risk society” framed by neoliberal discourses in which freedom is always associate at its limits with danger and (in) security. (Didier Bigo, 2002, p.65)

Seguindo esta análise, a securitização não seria uma prática excepcional, de atitudes securitárias contingentes, ao contrário, seria uma estrutura constituinte de um *continuum* de insegurança, no qual ilegalidade e imigração estariam diretamente ligadas (Bigo, 2002). Assim, a securitização de matérias como a imigração e o asilo tornam-se em si a norma. Segundo Bigo (2007), os períodos de exceção são somente a parte mais visível, como o pico de *iceberg*, um exemplo usado para corroborar tal argumento é a estruturação de centenas de campos de refugiados e de detenção de imigrantes na Europa, para ele, estes campos são introduzidos no discurso da normalidade, convertendo a arbitrariedade em regra.

The securitization of migration is, thus, a transversal political technology, used as a mode of governmentality by diverse institutions to play with the unease, or to encourage it if it does not yet exist, so as to affirm their role as

¹⁶² Governabilidade do receio.

providers of protection and security and to mask some of their failures. (Didier Bigo, 2002, p.2).

A imigração influencia na própria capacidade e autonomia do Estado em duas áreas: controle das fronteiras e da identidade nacional (Adamson, 2006). A preservação do controle de fronteiras é indispensável à segurança interna. Portanto, a securitização da imigração, por meio da instauração de regras de entrada mais duras e controles fronteiriços mais rígidos, além da utilização do recurso de tecnologias novas, na busca incessante de reforçar a segurança interna, acaba por acarretar em uma governança baseada na (in)segurança (Bigo, 2006), estruturada em enganos. Logo, pode-se entender a securitização da imigração como sendo, então, igualmente fruto das novas tecnologias de vigilância.

So, migration is always understood, through the categories of the national and the state, as a danger to the “homogeneity of the people”. The activation of the term migrant in immigrant is by definition seen as something destructive. The metaphor of the body politic embedded in the sovereignty myth—in the need to monitor borders to reassure the integrity of what is “inside”, in the practice of territorial protection, in the technologies of surveillance—creates an image of immigration associated with an outsider coming inside, as a danger to the homogeneity of the state, the society, and the polity. (Didier Bigo, 2002, p. 67)

A securitização, portanto, para Huysmans (2006), verifica-se no momento em que a pressão se converte em risco existencial, no seio de um desdobramento de relações sociais que, através do medo, confirmam sua identidade como comunidade política, diretamente oposta ao que se é temido. O debate sobre segurança não é somente acerca de definições de políticas concorrentes sobre determinado fenômeno. Assim, se trata, igualmente, de garantir o valor da “verdade” do conhecimento em si. Logo, paradoxalmente, identificar fontes de insegurança se mostra como a maneira de garantir o que, de outra forma seria uma relação de incertezas, ou seja, epistemologicamente insegura, entre a sociedade e seu ambiente (Huysmans, 2006). *“Identifying sources and contexts of insecurity is a method of dealing with the modern epistemological uncertainty that one cannot know for sure how the world works, which includes that one does not know who to trust”* (Huysmans, 2006, p. 54).

Sendo assim, ainda segundo Huysmans (2006), a política de segurança é uma política de conhecimento, portanto, uma maneira de ser determinado um regime de verdade, ao passo que se fundamenta a resolução sobre aquilo que deve ser temido. A política de insegurança não se limita, por conseguinte, a diretrizes de identificações

preferenciais da questão da migração. Ela é sempre, similarmente, diretriz para garantir a possibilidade de construção do conhecimento verdadeiro. Diferentemente de introduzir valores morais e civis, o aumento da coesão social através da prática de segurança estrutura as relações sociais através da construção e circulação do medo (Huysmans, 2006).

Assim, Didier Bigo (2006), sugere um estudo da associação entre a segurança e a vigilância, partindo da noção de *ban-opticon*. Sendo o conceito proveniente do termo *panopticon*¹⁶³ cunhado por Jeremy Bentham, o *ban-opticon* se define pelo uso como recurso das práticas excepcionais, ou seja, nesse caso, atitudes de especificação e contenção de estrangeiros, da mesma forma, que pelo imperativo da mobilidade. Sendo assim, o *ban-opticon* se estabelece na vigilância de um determinado grupo restrito, ao passo que, se observa uma espécie de “normalização da maioria”. Logo, busca-se, recorrendo repetidas vezes as novas tecnologias de vigilância, componentes de distinção, de maneira a configurar grupos singulares a serem controlados.

The Ban-opticon is then characterized by the exceptionalism of power (rules of emergency and their tendency to become permanent), by the way it excludes certain groups in the name of their future potential behavior (profiling) and by the way it normalizes the non-excluded through its production of normative imperatives, the most important of which is free movement (the so-called four freedoms of circulation of the EU: concerning goods, capital, information, services and persons). (Didier Bigo, 2006, p. 35)

O autor esboça três dimensões do conceito de *ban-opticon* para, segundo ele, difundir de que forma controle e vigilância de certos grupos minoritários terá espaço a certa distância. Explicando que a vigilância da minoria vista como “indesejável” é, em sua análise, a função estratégica do diagrama, tal papel seria oposto a vigilância de toda população, ou o *panopticon*, que, para ele, não passa de uma ilusão de alguns agentes do poder, ainda que a retórica, depois do atentado de 11 de setembro, seja de uma informação “total” (Bigo, 2006). Bigo (2006) apresenta uma análise acerca da conexão entre vigilância e securitização, mediante o entendimento do conceito de *ban-opticon*. Originando-se do arquétipo idealizado por Jeremy Bentham, o *panopticon*. *Ban-opticon* configura-se com base na utilização, como recurso, de ações de exceção e práticas estruturadas a partir da contenção de estrangeiros e do imperativo da mobilidade. O ban-

¹⁶³ A construção deste constructo teórico, *panopticon*, deve-se a Jeremy Bentham, filósofo britânico, que estruturou a ideia de uma estrutura carcerária em que a totalidade dos reclusos estivessem dentro do círculo de vigilância, ainda que não tivessem conhecimento do controle e da vigilância total a que estariam submetidos.

opticon, se constitui, desta forma, no uso de elementos de diferenciação, para gerar grupos singulares que deverão, assim, serem controlados, refletindo-se na vigilância de determinado grupo específico, ao passo que, concomitantemente, gera uma opção pela construção de paradigmas de “normalização da maioria”.

Por fim, tal *dispositif*, cuja função estratégica é a de controle e vigilância de determinados grupos específicos de pessoas alheias a maioria, e que depende do controle dos profissionais *management of unease*, é composto, como dispositivo, de entre outros, discursos, neste sentido, narrativas, sendo elas policiais, militares, ou de costumes e instituições judiciais, acerca da livre circulação, da ameaça terrorista, ou do crime organizado, e sua ligação com as questões de imigração, minorias, e também, requerentes de asilo. Neste mesmo sentido, cabe, igualmente, instalações de arquétipos específicos, como por exemplo, os centros para separar os estrangeiros, as zonas de detenção, no interior de aeroportos internacionais, os centros de retenção de pessoas a serem deportadas, que entraram em um país ilegalmente, assim como, os centros de admissão para os refugiados ou centros de asilo. Além de discursos ditos “científicos” sobre as razões por detrás das imigrações e asilo, afirmativos acerca da sua relação com a individualização e transnacionalização da violência, ademais de teorias filosóficas e morais a respeito de imigrantes ilegais, falsos refugiados, ou mesmo, crianças menores de pais imigrantes (Bigo, 2006).

This *dispositif* is no longer the panopticon described by Bentham. It is a Ban-opticon. It depends no longer on immobilizing bodies under the analytic gaze of the watcher but on profiles that signify differences, on exceptionalism with respect to norms and on the rapidity with which one “evacuates”. The *dispositif* of this new surveillance takes another form, recalling technologies of information technology and virtual reality. This *dispositif* appears like a virtual montage (morphing) of all the positions of individuals in the process of flux. From an initial image (the immigrant, the ghetto youth) to a final image (terrorist, drug-runner), all the steps of transformation are reconstituted virtually. (Didier Bigo, 2006, p. 44)

Assim, a securitização da imigração não se mostra como sendo solução para a segurança europeia. Apenas como um processo mais ou menos conduzido nas mais variadas arenas políticas por sistemas de justificação de estruturação e prioridade de “mal-estar”, condizendo com cada cultura nacional e profissional específica, porém, a partir do qual aflora a necessidade de uma organização como a Europol¹⁶⁴, por exemplo.

¹⁶⁴ Europol is the European Union’s law enforcement agency whose main goal is to help achieve a safer Europe for the benefit of all EU citizens. We do this by assisting the European Union’s Member States in

Portanto, a securitização da imigração e a manipulação do medo agem para que a imigração sirva como um tipo de “*stock exchange of threats, fears and uneases*”, assim como a sua gestão enquanto tal. Esta institucionalização, por outro lado, constrói uma transfiguração da ameaça, concedendo-lhe a característica de se pretender “global” e, cada vez mais, “perigosa” (Bigo, 2006a).

It is finally necessary to reconnect the questions of the constituting of a space of liberty, security and justice with the questions of the construction of a society beyond its status as a national state, posing the problem of how its identity is mapped out, and to understand how the convergence of uneases circling around the figure of the poor extra-communitarian migrant speaks volumes about how liberalism operates in a society of risk. (Didier Bigo, 2006, p. 45)

CAPÍTULO 4 – A RECENTE CRISE DOS REFUGIADOS: ENTRE CONFLITOS E ESPECTATIVAS.

Atualmente, o poder alauita, ainda parece entender que o único caminho viável para manutenção do monopólio político na Síria e, ao mesmo tempo, não se arriscar há um “acerto de contas”, seja o terror de Estado. Insiste em disparar sobre sua própria população, de maioria sunita, e realizar cercos intermináveis que isolam cidades, causando mortes por fome e desidratação. A guerra civil síria atingiu nesses últimos anos proporções tamanhas, tanto, que já não se pode mais observar, nem evitar a responsabilidade que se mostra, cada vez mais, pungente sobre os principais atores no cenário internacional. Ainda que, no caso sírio, os ocidentais tenham revelado uma clara inércia. Tal atitude, não pode ser vista simplesmente como resultante do conflito na Líbia, em 2011, e da crise econômica, da qual ainda se recuperam.

O Ocidente, mostrou-se, ao longo do tempo, um tanto negligente diante das atitudes dos sucessivos governos Assad. Os episódios na cidade de Hama, testemunham tal discurso. Em 1982, Hafez Al-Assad decretou uma matança, na qual mais de 10.000 pessoas morreram, sua própria população, esmagando a oposição liderada pela Irmandade Muçulmana. O massacre foi recebido com uma propagação total de silêncio e inércia no Ocidente, perante à um governo extremamente capaz na prática de uma

their fight against serious international crime and terrorism. Large-scale criminal and terrorist networks pose a significant threat to the internal security of the EU and to the safety and livelihood of its people. Disponível em: < <https://www.europol.europa.eu/content/page/about-us>>.

política internacional habilidosa e protegido debaixo do guarda-chuva soviético. Porém, entre a intervenção militar, como a opção feita para a Líbia, e a total apatia, como sobre as ações de Hafez al-Assad, encontram-se muitas maneiras de demonstrar acordo com a responsabilidade de defesa dos Direitos Humanos e proteção da população em risco. Se mostram então necessários preceitos, para além dos termos da *governmentality of unease*¹⁶⁵, que possam lidar com a nova realidade que se imprime, gerando um senso de responsabilidade política, para além das fronteiras e para além das barreiras da nacionalidade.

O auge da crise de refugiados na Europa foi atingido sem dúvidas no ano de 2015, durante o qual, mais de um milhão de pessoas chegaram em precárias embarcações na costa da Europa fugindo, principalmente, dos horrores da guerra civil síria. No ano de 2016, entretanto, uma queda brusca pôde ser observada a olhos vistos, muito graças ao acordo firmado pela União Europeia com a vizinha Turquia, restringindo o número de refugiados, reduzindo para 400 mil, no entanto, ao passo que as chegadas ao continente decaíram, um número muito mais cruel elevou-se, o de mortes, marcando um dado histórico, uma quantidade recorde de corpos sem vida no Mar Mediterrâneo, indivíduos que pereceram tentando atingir a costa europeia.

Em todo o ano de 2015, 3.735 pessoas morreram ou desapareceram no mar, o que já era alarmante, piorou sensivelmente, até 20 de dezembro de 2016, o ano havia registrado 4.913 mortes e desaparecimentos, segundo a Organização Internacional para as Migrações, o que contabiliza, cerca de 14 mortes diárias. O porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, William Spindler, afirmou “*a situação está pior, não vimos nada parecido*”. Assim, o ano de 2016 termina diante da incongruência cruel de que, se por um lado, o acordo com a Turquia reduziu amplamente o número de refugiados na Europa, por outro, a quantidade de mortos em busca de asilo e refúgio no continente cresceu expressivamente.

Uma das principais razões para tão alarmante cenário está no fato, de que, no ano de 2015, no qual, aproximadamente, 84% dos refugiados que saíram de seus países rumo à Europa conseguiram atingir as fronteiras do continente. Mais de 850 mil destes, realizaram a travessia pela rota oriental, viajando pela Turquia, cortando o Mar Egeu e chegando à Europa pelas ilhas gregas. Todavia, no ano seguinte, o número de migrantes

¹⁶⁵ Didier Bigo (2002).

entrando no continente por esta rota reduziu drasticamente, para apenas 180 mil. “As chegadas na Grécia foram contidas em grande parte como consequência do acordo firmado entre Turquia e União Europeia”, relatou, o porta-voz do ACNUR na Itália, Federico Fossi. À medida que, a esta mesma altura, uma crescente quantidade de viajantes refugiados pôde ser observada na rota central do Mediterrâneo, em que se parte da Líbia tentando atingir a Europa pela Itália.

Tentar manter as pessoas fora [da Europa] não está funcionando. O fechamento das fronteiras e a política para refugiados adotada pela União Europeia reduziram as chegadas, mas o número de mortos continua crescendo. Isso indica que eles estão chegando por meios mais perigosos e por rotas mais letais, como Líbia-Itália. (Andrea Ciocca, coordenador das operações da ONG Médicos Sem Fronteiras, na cidade italiana de Trapani)¹⁶⁶.

A dimensão de perdas humanas na rota do Mediterrâneo central, entre a Líbia e a Itália, se associada à quantidade de ingressos de requerentes de asilo, chega-se à uma fração 11 vezes maior se comparada, ainda, à rota entre a Turquia e a Grécia, bem mais curta, no entanto, menos utilizada agora após o acordo Turco-europeu, fixado em março de 2016, prevendo, a deportação de novos refugiados, imigrantes ou requerentes de asilo que fossem pegos tentando entrar ilegalmente nas ilhas gregas. O que explica, em parte, o fato de que, apesar dos riscos eminentes, tenha havido relevante aumento no número de imigrantes, refugiados e requerentes de asilo na rota que leva à Itália, e igualmente, que mais de 86% das mortes ocorridas em 2016, tenham sido na travessia entre o Norte da África e a costa da Sicília, segundo a Organização Internacional de Migração.

Conforme acordado entre a União Europeia e a Turquia, migrantes que atinjam às ilhas gregas serão entregues à Turquia, caso não consigam ter aprovação em sua solicitação de asilo ou ainda se nem ao menos solicitarem. Assim, explica o porta-voz da ACNUR à BBC: “*De modo geral, vimos uma redução bastante drástica no número de chegadas*”, relatando que, “*no entanto, se observarmos o caso da Itália, na rota central do Mediterrâneo, este é um ano [2016] de recorde: chegaram cerca 179 mil pessoas. No ano passado, foram 150 mil e, em 2014, 170 mil*”, lembrando ainda que, “*a rota central é mais perigosa em comparação com a do leste do Mediterrâneo*”. Afinal, a distância entre a Turquia e Kos e Lesbos, as ilhas gregas que mais acolheram refugiados no decorrer do ano de 2015, é de 5 km, ou no caso mais distante 10 km,

¹⁶⁶ Reportagem: Estadão Internacional [online].

enquanto que para chegar a ilha italiana mais próxima, Lampedusa, os imigrantes e refugiados que saem da Líbia necessitam cruzar cerca de 280 km, mar a dentro.

Todavia, não é meramente a questão geográfica que explica o crescimento alarmante do número de mortos no Mediterrâneo. Para Joel Millman, porta-voz da OIM, muito se explica também devido a crueldade impiedosa dos atravessadores: *“Os traficantes de pessoas são implacáveis e estão usando táticas muito piores que no passado. Eles colocam muita gente em barcos bem menores e também acreditamos que estejam conseguindo um número limitado de embarcações”*. Por uma grande quantidade de vezes, os traficantes de pessoas fazem uso apenas de precárias lanchas infláveis, completamente incapacitada para suportar tão longa viagem. Ainda segundo o porta-voz da ACNUR, *“o momento mais perigoso normalmente é quando o barco de resgate se aproxima. As pessoas entram em pânico, querem ser resgatadas e acabam indo só para um lado da lancha, que vira e afunda. Elas caem no mar e muitas não conseguem nadar”*. Reiterando que *“estamos falando de grupos de 100 a 150 pessoas em botes infláveis e entre 400 e 700 pessoas em pequenos barcos de pesca de madeira. Basta o naufrágio de uma destas embarcações para que se tenha um grande número de mortes”*.

Mais de um milhão de imigrantes e refugiados chegaram a Europa em 2015. Um número sem precedentes. Destes, quase 50% advindos da Síria, de acordo com dados da ACNUR. A Agência da ONU, registrou igualmente, um aumento significativo no número de mulheres e crianças que se arriscam na realização da perigosa travessia. Essa propensão pode ser observada como um reflexo do desespero das famílias para fugir dos horrores da guerra na Síria. Enquanto antes esperavam informações dos pais de família, aqueles que geralmente enfrentavam primeiro a jornada, sobre como chegavam e se desenvolviam no continente europeu, nos últimos tempos, mais e mais, decidem realizar a viagem juntos, apesar de todos os riscos. *“Cruzar era perigoso, mas, sabe? Depois de tudo o que havíamos visto em casa, nada podia ser pior. Tínhamos que tentar”*, relembra Mahmoud, um refugiado sírio que hoje vive na Europa, em entrevista à ACNUR. Em 2015 Mahmoud atravessou o mar Mediterrâneo acompanhado de seus dois filhos, que na época tinham entre 4 e 5 anos, passando pela Grécia para a Macedônia, Sérvia, chegando a Hungria. Em 2016, a OMI contabiliza que um em cada quatro migrantes que cruzaram o Mediterrâneo, aproximadamente, eram crianças, a maioria destas desacompanhadas.

O desespero cresce a cada dia, as crianças sírias são afligidas pela escassez de comida e medicamentos, devido, essencialmente, aos cercos realizados, pelo exército sírio em torno das cidades dominadas pelos rebeldes. Imagens de crianças desnutridas em Mandaya, cidade nas proximidades da capital Damasco, correram o mundo, estarrecendo a todos, no início do ano de 2016. Na cidade crianças e idosos morreram de fome, somente no primeiro mês do ano de 2016, 16 pessoas padeceram deste mal, de acordo com a ONG Médicos Sem Fronteiras. A guerra é implacável e afeta sem pudor a todos, de acordo como a ONG americana *Save the Children*, mais de 7,5 milhões de crianças foram atingidas pelas durezas da guerra. *“Milhões de crianças têm experimentado, tem visto coisas que uma criança nunca deveria ver. Terminar com os pais sem emprego, sem casa, em um acampamento de refugiados. Não ter nada porque a cidade onde eles moravam foi destruída”*, atenta o representante do Unicef no Brasil, Gary Stahl.

Assim, os Estados próximos da Síria necessitam de uma proporção muito maior de auxílio para que possam lidar com os milhões de refugiados em suas fronteiras. Ao mesmo tempo, as operações humanitárias das agências da ONU presentes no país, tentam resistir diante da deficiência de assistência. Os países que não fazem parte da região, em especial, as nações europeias que receberam grandes números de refugiados, precisam mostrar-se, mais que nunca, capazes de agir em comunidade perante a crise, para que seja disponibilizada a proteção necessária aos mais vulneráveis. Entretanto, sobretudo, é necessário que a comunidade internacional encontre os trilhos de um efetivo acordo de paz. Não é o bastante sustentar os ideais democráticos, de igualdade e liberdade, no ceio dos países mais desenvolvidos do continente europeu, neste momento de crise, mais que nunca, é preciso que Estados e governos olhem para os que mais sofrem, e estejam dispostos a defender a dignidade, para além das fronteiras da Europa, nas ruínas da guerra síria e em meio aos muitos refugiados em busca de salvação. *“Basicamente, buscamos um lugar onde possamos viver em paz, em que nossos filhos possam crescer seguros e que possam frequentar a escola. Livrar-se deste pesadelo e viver de novo em paz”*¹⁶⁷, relatou, Mahmoud.

¹⁶⁷ Tradução própria.

4.1 A EUROPA COMO ROTA DE FUGA.

Se neste momento, pode haver alguma afirmação que seja digna de uma quase unanimidade entre os Estados-parte da União Europeia, é, certamente a total ausência de união que esta tem demonstrado. Há muito já se podiam vislumbrar os sintomas, porém, nada foi tão poderoso em trazer à tona toda a “desunião da União”, quanto a cruel explosão do número de refugiados e imigrantes que insistem em travessias de altíssimo risco pelo Mediterrâneo ou pelos Balcãs, colocando suas vidas em risco e se espalhando aos milhares ao sul do continente. E, ainda que esta fosse uma ocasião oportuna para que a Europa se mostrasse definitivamente capaz, independentemente das rachaduras, e flutuações de opinião, de agir em comunidade. No entanto, o que pôde ser observado até o momento, é o exato oposto, assim que se deflagrou a crise, frente ao fluxo de imigrantes e refugiados que se tornara, a cada dia, mais extenso, ao invés que mostrar sua existência real, enquanto bloco, a União se espedaçou.

O continente, mais e mais, demonstra estar fragmentado, agora pode-se observar dois grupos, os Estados liderados pela gigante Alemanha, que parecem dispostos, até certo ponto, em solucionar o problema, distribuindo proporcionalmente os refugiados sírios e de outros tantos países, que hoje se amontoam nos países do Sul, e aguardam uma chance de progredir com a viagem. Outro grupo, entretanto, formado principalmente, pelos países do Leste Europeu, como Hungria e Polônia, que não estão suscetíveis a nenhuma forma de distribuição e, deixam claro a total falta de vontade em receber, qual seja o número de refugiados ou imigrantes. Apesar, de, em princípio, um tom mais receptivo ter soado de Berlim, o entusiasmo durou pouco, sem recepção no Leste, milhares de imigrantes e refugiados procuram desesperadamente o país, os índices aumentaram em tão larga escala, que a chanceler Angela Merkel, não teve escolha a não ser fechar as fronteiras com a Áustria. Diante da calamidade, a Alemanha tomou uma medida drástica e restaurou, ainda que provisoriamente, o controle sobre suas fronteiras internas. Assim, se configura um cenário tão novo quanto angustiante, após mais de seis décadas de Comunidade Europeia, de ideais de integração, os discursos sobre solidariedade e permeabilidade entre as fronteiras, vêm perdendo força, e o resultado desse processo, definitivamente têm enfraquecido a União, além, é claro, de erguer muros e construir cercas.

Diante de um panorama em que países como, Suécia, Alemanha, a Áustria, Eslovênia e a Hungria, reassumiram o controle sobre suas fronteiras internas, ou ainda mais, alguns destes, edificaram cercas e muros de proteção altamente policiados, para conter o avanço do fluxo de refugiados e imigrantes, era previsível que os termos do Acordo Schengen invadissem as discussões no ceio do bloco. *“Suspende Schengen é a solução imediata. É muito mais fácil erguer muros que construir pontes, e essa não é uma afirmação demagógica, e sim uma realidade que os tempos nos obrigam a conhecer. Claro que poderá sempre optar-se por uma revisão do Acordo, mas tal representa já uma derrota face ao Terror”*, argumentou a Presidente do Sindicato dos Funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português, Manuela Niza Ribeiro.

Ao passo que, um processo de quotas de distribuição de refugiados e imigrantes pelos Estados-Membros mostra-se um tanto esvaziado diante da insustentabilidade política, que demonstra, mais uma vez, que os interesses nacionais sobrepujam os interesses comunitários. A recepção e integração dos refugiados parece sempre esbarrar, não só nos interesses da nação, mas também, na falta de conhecimento, que alimenta um nacionalismo xenófobo, para a Presidente do Sindicato do SEF, a União Europeia não tem sido capaz de gerar meios de educar as populações locais frente ao fluxo em massa de refugiados: *“Pelo contrário, tem deixado que se fomente a ideia errada de que em cada refugiado se esconde um terrorista. Ora nada é tão perigoso como o desconhecimento, tememos o que é diferente, o que não compreendemos, e reagimos violentamente, antecipando um possível ataque”*. Assim, em meio à turbulência, do momento europeu, a necessidade de refletir sobre as políticas de segurança, tanto internas quanto externas, e sobre como lidar com as populações insatisfeitas, é cada vez mais urgente. Intervenções militares pontuais, seja nas fronteiras, ou mesmo buscando a pacificação dos países de origem dos milhares de imigrantes e refugiados, pode limitar os efeitos destrutivos atuais, como a proliferação do terrorismo fundamentalista, no entanto, nada apagará com a necessária rapidez, décadas de descontentamento para com as políticas externas aplicadas pelo Ocidente ao Oriente Médio e às comunidades de origem islâmica.

“O que nós precisamos é de solidariedade. Para ser honesto, já me chega de poesia”, desta forma, Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia, descreveu a situação da Europa, diante do Conselho Europeu. Tal afirmação não surgiu em qualquer momento da crise, naquela ocasião, há poucos dias, aproximadamente 900

vidas haviam sido perdidas no Mediterrâneo nos arredores da costa líbia, na tentativa desesperada de atingirem à ilha italiana mais próxima, Lampedusa. Durante a referida reunião, convocada extraordinariamente perante a tragédia que se configurou, diante das muitas manchetes que enchiam os meios de comunicação de notícias e imagens terríveis das muitas mortes de pessoas que tentavam chegar a Europa pelo mar, e mesmo que, com isso tenha-se conseguido um orçamento três vezes maior para a operação Tritão, coordenada pela Frontex e responsável por patrulhar o Mediterrâneo, nenhum acordo acerca do sistemas de quotas de refugiados e imigrantes, para que fossem divididos entre os Estados da União, foi alcançado, nem mesmo frente à frente com a catástrofe que se instaurara no Mediterrâneo.

O primeiro-ministro italiano, há época, Matteo Renzi, chegou a dizer que se a Europa não escolhesse pela solidariedade, a Itália já teria um plano alternativo, e que este afetaria toda a Comunidade Europeia, insinuando que Roma poderia recusar-se a registrar imigrantes e refugiados que chegassem à Itália, para que estes, em seguida, prosseguissem suas viagens rumo a outros países do bloco. Na Grécia, o ministro da Defesa, Panos Kammenos, foi ainda mais radical, dizendo que: *“Se a Europa nos deixar na crise, vamos inundá-la com migrantes, e isto será ainda pior para Berlim, se nessa onda de milhões de migrantes económicos houver alguns jihadistas do Estado Islâmico também”*.

A reação italiana e grega, se deve, principalmente, ao fato de que, segundo a atual regulação do Acordo de Dublin, o que determina o estado responsável pelo requerente de asilo é o território em que este pisou primeiro, em solo europeu, sendo assim o país por onde os refugiados chegam se torna responsável pelo acolhimento. *“O processo de determinação do Estado-Membro responsável tem início a partir do momento em que um pedido de proteção internacional é apresentado pela primeira vez a um Estado-Membro”* (Cap. VI; Seção I; Art. 20; n.1; Regulamento de Dublin, 2013). Desta forma, tal disposição despreza a realidade dos fluxos migratório em sua totalidade, pois, desconsidera o fato de que, em sua maioria, os imigrantes e refugiados que passam pelos países periféricos, estão, na verdade, aguardando a possibilidade de chegarem a outros Estados europeus. A Espanha é um dos países atingidos, por ser uma conhecida porta de entrada do Norte da África para o continente europeu, mas principalmente Grécia e Itália, devido ao fluxo em massa pelo Mediterrâneo, têm sentido as devastadoras marcas do processo.

O Mediterrâneo tem sido, nos últimos anos, o caminho mais utilizado pela maior parte dos refugiados e imigrantes que tentam atingir a Europa, todavia, os países que ali estão são tão somente a fronteira inicial, a primeira das muitas que desejam ultrapassar, até chegarem a Estados como a Alemanha, ou mesmo a Suécia. Neste sentido, as regras vigentes do Regulamento, podem causar uma importante instabilidade territorial, caso não se entre em um acordo sobre a distribuição equitativa dos refugiados, afinal, a grande maioria destes refugiados chegam necessariamente aos países do sul do continente. Especialmente após o início da guerra na Síria, em 2011, esses países observaram o desembarque de milhares de pessoas em busca de refúgio no continente.

A atual legislação pressiona os países na linha de frente, Grécia e Itália, que, para além do dever de assegurar o controle das fronteiras externas da Europa, necessitam gerir integralmente a chegada, a recepção e o acolhimento das centenas de milhares de imigrantes e refugiados, geralmente em campos de refugiados, e mais, administrar milhares de requerimentos de asilo. Enquanto lutam para se restabelecer das profundas cicatrizes que a crise financeira de 2008 deixou nas já debilitadas economias grega e italiana. Sob a pressão de muitas medidas de austeridade, a Grécia vem demonstrando grande dificuldade em assumir este papel. *“Esse problema nos ultrapassa. A Grécia é um país em crise econômica e enfrenta uma crise humanitária dentro da crise”*, chegou a manifestar publicamente o primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras. O caso italiano não é mais fácil, igualmente enfraquecido pela crise econômica, o país tem tido que lidar com o fluxo intenso de refugiados que aportaram e aportam na costa da Itália.

“Precisamos de uma reforma no nosso sistema europeu de asilo”, destacou o vice-presidente da Comissão europeia, Frans Timmermans, prosseguindo: *“O sistema atual não está funcionando. Não é justo, nem sustentável”*. Mesmo depois de quase dezoito anos da instituição do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), não se pode dizer que exista uma homogeneização harmônica nas aplicações associadas à recepção de refugiados e solicitantes de asilo na União Europeia, de mais a mais, após o início da crise, o desequilíbrio entre os Estados, diante das responsabilidades no tratamento dos refugiados, se tornou ainda mais claro, apesar, no entanto, de esses fatores terem sido, na época da implementação da SECA, dois dos motivadores centrais de sua criação. Propostas pela reformulação do Sistema foram apresentadas, pela Comissão europeia ao longo da crise, uma das sugestões consistia na construção de um “mecanismo corretivo

e justo” de distribuição, cuja ideia previa a condução dos refugiados dos Estados que desempenham o papel de porta de entrada ao continente, países como, Grécia e Itália, para outros receptores da União Europeia.

Outra sugestão seria o estabelecimento de novas regras que não mais levariam em conta o Estado, ao qual o requerente se apresenta em um primeiro momento, assim, redistribuiria de forma automática os refugiados entre os países do bloco, segundo um sistema constante. A escolha pelo país receptor seguiria um cálculo que consideraria a população do país, situação econômica e nível de estrutura para realizar o acolhimento de mais habitantes. Entretanto, muitos dos Estados-parte da União Europeia se posicionam radicalmente contra a qualquer tipo de sistema de quotas para a distribuição dos refugiados, especialmente, ao que se refere a uma opção como a segunda. Assim, o Regulamento de Dublin tem provocado sérias cisões no bloco. Alguns países já fizeram valê-lo e iniciaram uma marcha de regressos para os Estados de entrada dentro do espaço comum europeu. Ademais, não se pode deixar de relatar que os diferentes países do bloco, oferecem diferentes condições de acolhimento, muito por questões econômicas, porém em partes também por questões culturais.

Seguido à risca o Regulamento de Dublin, Grécia e Itália teriam, como parte do dever comunitário, que processar a maioria esmagadora dos pedidos de asilo do bloco, pois é em seus respectivos solos que pisam pela primeira vez a maior parte dos refugiados e imigrantes que chegam ao continente pelo mar. Ou ainda, caberia a Hungria, por exemplo, por ser o primeiro país na rota dos Balcãs, assim que alguns conseguem sair da Grécia. No entanto, Viktor Orban, primeiro-ministro húngaro eleito pela terceira vez com as mesmas plataformas conservadores, disse que considera que os refugiados são uma “*explosão*” e “*ameaça de infecção*”. Enquanto, o ex-presidente tcheco Václav Klaus, afirmou que a política de refugiados do bloco, disseminada e defendida pela chanceler da Alemanha, Angela Merkel, é um “*suicídio*”.

As propostas apresentadas para reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo vieram em um momento delicado, dias após o início das deportações geridas pela Grécia rumo a Turquia. O acordo pactuado entre a Turquia e a União Europeia, em princípio, consiste no repatriamento dos migrantes que entrem clandestinamente em terras gregas, e embora a Declaração da UE entenda o contrário, o jurista Itziar Ruiz, da Anistia Internacional, garante que agindo assim o bloco “*viola obrigações do Direito Internacional de proteção de refugiados e de não devolução*”, podendo sentenciar de

uma vez por todas as populações mais vulneráveis e os milhares de deslocados que fogem das guerras e perseguições, seja por motivações políticas ou religiosas, ou ainda, da mais excessiva miséria. No que hoje pode-se dizer que configura a maior calamidade humanitária da História da União Europeia.

Neste sentido, diante de tal cenário, a certo ponto, muito das regras que regem os Direitos Humanos no bloco podem ter sido, igualmente, violadas, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu Art. 27º prescreve: “*Toda pessoa tem direito de procurar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição (...)*”, os Estados europeus podem estar infringindo esta diretriz por cerrarem as fronteiras ou, ainda que seja, por criarem espécies de quotas para refugiados, deslocados devido à conflitos, extremismos ou ditaduras sangrentas que estão consumindo seus Estados natais. Além, de muitos Estados que não estão cumprindo nem mesmo o mais basilar dos acordos sobre refugiados, o Estatuto do Refugiado da Convenção de Genebra, de 1951, que assegura a proteção, por parte dos Estados de acolhimento, dos nacionais de países terceiros que, por motivo de ameaça ou perseguição não possam ou, em virtude de tal ameaça, não queiram retornar ao seu Estado de origem.

Enquanto isso, no ceio das comunidades europeias, o frio congelante que se espalha por todo continente vem ameaçando a vida dos milhares de refugiados que ainda atualmente residem em campos com precaríssima infraestrutura, como alertam as mais variadas agências humanitárias. Baixas temperaturas e tempestades de neve ocorreram durante os primeiros meses de 2017 em países como Itália e Grécia, mas também Macedônia e Bulgária, em alguns lugares, as temperaturas atingiram os 20°C negativos à noite. De acordo com Organização Internacional para a Migração, ao menos quatro mortes de migrantes por hipotermia foram confirmadas nos arredores da fronteira com a Turquia apenas no mês de janeiro deste ano. “*O fracasso da União Europeia em responder está deixando milhares de refugiados e crianças, incluindo crianças desacompanhadas, literalmente abandonados no frio*”, relatou em comunicado público a ONG *Save the Children*.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados advertiu para os ricos que centenas de milhares de refugiados e imigrantes em situação de total fragilidade estão correndo diante da verdadeira onda de frio intenso que atinge o continente. A agência da ONU fez um apelo aos líderes europeus para que estejam ao seu lado e auxiliem os muitos imigrantes e refugiados, ao invés de expulsá-los em suas fronteiras.

Ainda segundo o ACNUR, ao menos mil pessoas vivem precariamente acomodadas em tendas que não possuem sequer calefação na ilha de Samos, na Grécia. Neste mesmo sentido, na Sérvia no mínimo 1.200 deslocados estão em abrigos improvisados na capital, Belgrado. Ao passo que, em meio as ruas e vielas da capital francesa é constante a observação de mulheres e crianças esmolando, estas geralmente estão munidas de placas ou mesmo passaporte que assinalam sua origem síria. Este triste cenário, tem se tornado, cada vez mais, comum em Paris, especialmente após o desmantelamento do campo de refugiados de Calais.

Durante duas semanas, as forças de segurança, em conjunto com assistentes sociais, utilizaram dezenas de ônibus e tratores para dar fim de uma vez por todas ao campo que se estruturou à beira do Eurotúnel, estrada que liga a Europa continental ao Reino Unido. Àqueles que lá viviam, apenas lhes sobraram optar entre serem encaminhados a outro centro de acolhimento em uma cidade francesa, se esconder das autoridades locais e tentar permanecer, ainda que de maneira arriscada, na região, ou encaminhar-se, por conta própria a capital e acabar por se unir a uma multidão vulnerável vivendo em barracas. A *Jungle*, como ficou conhecido o campo de Calais, acabou se fragmentando em “*Minijungles*”. O fim do campo de Calais não representou um ponto final nas migrações, pois, as mazelas que às acarreta ainda permanecem pujantes, seja a guerra na Síria, tema que neste trabalho é mais aprofundado, ou a guerra no Iraque, ou mesmo a catastrófica crise no Sudão, e rejeitar as muitas populações em condições de extrema vulnerabilidade não viabiliza solução alguma.

“Nós esquecemos, à nossa própria conta e risco, os demagogos do passado: os fascistas, comunistas e seus iguais, que alegavam ter uma visão privilegiada em nome do interesse da maioria, mas que acabaram esmagando as liberdades individuais”, diz Kennedy Roth no capítulo introdutório do relatório da Human Rights Watch, acerca do momento atual dos Direitos Humanos, “Relatório Mundial 2017: Demagogos Ameaçam os Direitos Humanos”, o documento, que avalia o ano de 2016, identificou duas ameaças principais, frente a conjuntura crítica atual. A primeira expressamente ligada ao uso do artifício da demagogia por uma “nova geração de populistas autoritários” de forma a controlar os medos e receios das populações em seu próprio benefício, a segunda, teme o recrudescimento das medidas de segurança, respaldadas no discurso da primordialidade de uma luta mais eficiente contra o terror, no entanto, por vezes ignorando a manutenção dos direitos, das liberdades e da preservação das garantias

individuais. Assim, ao que parece, a demagogia ainda permanece como uma força política poderosa, talvez ainda mais que um dia possa ter sido.

O vice-presidente da *Human Rights Watch*, Iain Levine, em entrevista ao Diário de Notícias¹⁶⁸, jornal online português, direto de Nova Iorque, afirmou que, “ *o problema na União Europeia e nos Estado Unidos é o autoritarismo populista. Disso são exemplo Donald Trump, nos EUA, ou Marine Le Pen, Nigel Farage e Geert Wilders na Europa. Uns e outros tentam mobilizar a população dos seus países contra certas minorias*”. Visto que, se nos Estados Unidos, a ameaça tão falada por Trump é representada principalmente pelos imigrantes advindos do vizinho México, mas não esquecendo sempre daqueles de origem islâmica, estes mesmos estão na linha de frente do discurso xenófobo dos populistas de direita europeus, lado a lado com os refugiados e migrantes econômicos, especialmente se estes forem muçulmanos, constantemente relacionando aqueles que professam a fé islâmica, de maneira indiscriminada, ao terrorismo.

Assim como relata a apresentação do dado relatório¹⁶⁹: “*Todos afirmam que o público aceita as violações dos direitos humanos como necessárias para garantir postos de trabalho, evitar mudanças culturais ou atos terroristas. Mas, de fato, a violação dos direitos humanos é o caminho mais curto para a tirania*”. Situações específicas são citadas como exemplos dessa prática, Estados como a Rússia, a China, e é claro a Síria de Bashar al-Assad. “*Todos eles têm em comum a pretensão de falar em nome da maioria e de alegar que a maioria prefere ter direitos violados se assim for preciso para garantir empregos e evitar mudanças culturais ou oferecer proteção contra o terrorismo*”, esclarece o diretor executivo da ONG, Kennedy Roth.

O relatório ressalta igualmente o crescimento a olhos vistos da disseminação do populismo, que se utiliza de plataformas relacionadas à um sentimento nacionalista de cunho racista e xenófobo, em larga escala na Europa. Na Hungria, por exemplo, o primeiro-ministro Viktor Orban fechou as fronteiras do país como forma de inibir o fluxo de refugiados. Ao mesmo tempo, no Reino Unido, a campanha pró-Brexit, durante a corrida eleitoral do referendo que viria a retirar o país do bloco, emergiu um sentimento nacionalista e anti-imigração. Além disso, em Estados como França,

¹⁶⁸Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/o-problema-na-ue-e-nos-eua-e-o-autoritarismo-populista-5602467.html>>.

¹⁶⁹ Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2017/01/12/298861>>

Holanda e Alemanha, os partidos populistas de extrema direita, que partem dos mesmos discursos, cada dia alcançam mais visibilidade e apoio. Ainda na Hungria, Orbán proclamou, “*uma contra-revolução cultural*” dentro da Europa, determinando o que seria a “*defesa da nação, da família e do cristianismo*”. Na intenção, de como o próprio se referiu, erguer um Estado húngaro “*numa base sólida que fez do país uma parte da Europa cristã desde há mil anos*”. E desta forma ele justifica o fato de rejeitar veementemente os critérios europeus que tratam da distribuição dos refugiados.

A Europa ocidental se manteve ao largo dos conflitos internacionais nos anos seguintes após o término da Segunda Guerra Mundial, virando-se para os problemas internos, buscando dar fim à política nacionalista e deslegitimar a geopolítica do séc. XX, muito devido as profundas marcas que foram deixadas pelos horrores da guerra, o sonho europeu passou, assim, a estar ligado a construção de um espaço no qual se constituísse uma espécie de “paz perpétua”¹⁷⁰ entre nações democráticas, ou seja uma “paz democrática”¹⁷¹, cunhada sobre as bases de um acordo de cooperação regional, que se estruturaria ao decorrer dos anos se tornando o que por muito tempo foi a poderosa e aparentemente inabalável União Europeia, e que hoje encara um amargo gosto de retrocesso. A Comunidade Europeia que há tanto foi constituída para que se pudesse destruir o nacionalismo, hodiernamente vê-se como justificativa para que este cresça dentro de suas próprias fronteiras.

Por fim, parece que, diferentemente do que muito se receava, talvez não seja uma questão mesmo de “incompatibilidade” entre o islã e a democracia, como descrita por Huntington¹⁷², mas sim, da mais cristalina e conhecida atração exercida pelo nacionalismo, que cresce em meio a melhor e mais propícia das situações, em um cenário de sequentes crises, em que as democracias liberais se mostram cada vez mais frágeis diante da tentação do nacionalismo e do populismo, exercida sobre populações frustradas e amedrontadas. Arquétipos tais que, por muito tempo, causaram calafrios nos cidadãos que viram de perto toda a crueldade da Segunda Guerra, voltam ao centro das discussões no ceio das comunidades europeias, em busca de espaço, após terem sido eliminados do vocabulário político europeu, e acorrentados pelas cicatrizes que a mesma guerra contra o totalitarismo deixou. A União Europeia que antes exercia o

¹⁷⁰ Referência ao termo cunhado pelo filósofo prussiano Immanuel Kant em seu livro de mesmo nome.

¹⁷¹ Doyle, Michael W. *Liberal Peace: Selected Essays*. New York: Routledge, 2011.

¹⁷² Huntington. *O Choque de Civilizações: E a Recomposição da Ordem Mundial*, 1997.

poder da democratização perante Estados desejosos em fazer parte do bloco, atualmente vê, os percalços das sequentes crises, econômica e humanitária, aos poucos abalarem suas estruturas, na contramão dos preceitos que a criaram, desafiando sua estabilidade no ceio de sua própria comunidade.

4.2 RUMOS DE UM FUTURO INCERTO.

Details of the negative effects of government policies or international institutions will not change the situation for immigrants. They will still be framed in relation to statist practices of rejection or integration. Effective challenges can only be indirect, by analyzing the conditions under which the authority of truth is given to a discourse that creates the immigrant as an “outsider, inside the State”. (Didier Bigo, 2002, p. 66)

O processo de estruturação de um sistema de securitização da imigração que, frente à atual crise pela qual perpassa a União Europeia, se constituí, no entanto, poderá representar a elevação de uma verdadeira fortificação europeia, em que as fronteiras são militarizadas e as políticas pautadas em concepções xenófobas, onde o imigrante é o inimigo. Em um contexto como este, de “guerra contra a imigração”, os imigrantes (e os refugiados) são dados como se a integração social fosse totalmente impraticável, podendo, assim, serem retirados em qualquer momento, baseando a expulsão nas necessidades econômicas da União (Bigo, 2005)¹⁷³. O progresso legislativo da União Europeia demonstra que o recrudescimento do controle e da vigilância, sobre as fronteiras, está ligado principalmente à evolução das políticas de imigração.

A conservação das fronteiras externas da UE é agravada por fatores intrínsecos que geram uma onda de imigrantes ilegais, primeiro muito por conta de seu desenvolvimento econômico, enquanto bloco, o que à torna extremamente atrativa a imigrantes econômicos advindos de muitos países, mas principalmente do Oriente Médio e da África, unido a isso, está o crescimento da União rumo ao Mediterrâneo e ao Leste da Europa, que aproximou as fronteiras do bloco das zonas de maior instabilidade. Portanto, diferentemente do ocorrido nas fronteiras internas, quando o assunto são as fronteiras externas da UE, o que se vê não é uma suavização e sim um robustecimento

¹⁷³ BIGO, Didier. Immigration Controls and Free Movement in Europe. *International Review of The Red Cross*, v. 91, n. 875, Genebra, set. 2005, p. 589.

do controle fronteiriço¹⁷⁴. Assim, para Didier Bigo (2002), a securitização da imigração não constitui o dever de se certificar a sobrevivência, e sim a intolerância diante das diferenças.

A securitização da imigração emerge da correlação entre discursos mais ou menos bem-sucedidos e aceitos de líderes políticos, com a mobilização que estes geram indo, seja a favor ou contra, a grupos específicos, o que acaba, no Ocidente, para além das diferenças presentes, unindo forças militarizadas e serviços de inteligência, como fornecedores de aparatos tecnológicos de vigilância, além de peritos em classificação de risco. Tal securitização é, igualmente, fruto de uma variedade de práticas estatísticas, como, por exemplo, a construção de um perfil populacional, uma avaliação do valor tático, a categorização de grupos diferentes, uma organização prévia para antecipar uma possível ameaça, e, principalmente, o que Bigo (2002) chama de *Habitus* específico do “*security professional*” com seu *ethos* de sigilo e inquietação para com gestão do medo ou do mal-estar (Bigo, 2002).

Alegando a existência de uma espécie de *continuum* de segurança, “*security professionals*” sustentam o sentimento de ameaça, da mesma forma que, a institucionalização da cooperação policial e aduaneira e os discursos que associam, como forma de efeito colateral da construção de tal *continuum* de segurança, o controle fronteiriço, o terrorismo, a criminalidade internacional e a imigração. Assim, o *continuum* de segurança, nada mais é, do que uma forma institucionalizada de desenvolvimento de políticas que permitem a transmissão da conotação de segurança do terrorismo, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro para a área da migração, auxiliando o fortalecimento da securitização (Huysmans, 2006). É primeiramente, um ato complexo que está acima da estruturação das inseguranças políticas e sociais. Desta forma, sustentam a construção de um “*scapegoat*” na batalha política e sócio-econômica em busca da manutenção do Estado de bem-estar (*welfare state*). Profissionais de segurança são instruídos a identificar e lidar com os desafios à ordem pública e ao Estado de Direito, produzindo e disseminando, assim, conhecimento de segurança interna que estabelece um *continuum* entre fronteiras, terrorismo, crime e migração (Huysmans, 2006) que, conseqüentemente, incentivam a securitização da imigração.

The securitization of migration is, thus, a transversal political technology, used as a mode of governmentality by diverse institutions to play with the

¹⁷⁴ BIGO, Didier. Idem., p. 580.

unease, or to encourage it if it does not yet exist, so as to affirm their role as providers of protection and security and to mask some of their failures. (Didier Bigo, 2002)

Desta forma, a imigração é compreendida sob a ótica de valor do nacional e do Estado, assim, como uma ameaça ao que se entende como a *“homogeneity of the people”*. *“The activation of the term migrant in im-migrant is by definition seen as something destructive”* (Bigo, 2002, p.67). A metáfora do corpo político e o mito da soberania, justificam a necessidade de monitoramento fronteiriço, para que se realize a manutenção da integridade daquilo que está *“inside”*, utilizando-se das tecnologias de vigilância, em prol de uma proteção territorial, gerando uma imagem da imigração relacionada diretamente a um *“outsider”* que aparece como uma ameaça a homogeneidade do Estado, da sociedade e da política (Bigo, 2002). A imigração é repetidamente engendrada pelos políticos, e pelos demais *managers of unease*, como um risco à soberania estatal e às liberdades da sociedade receptora, logo levando a sua inevitável securitização. Assim, a imigração configura-se como perigo imediato à liberdade da sociedade e, até mesmo, para a própria soberania dos Estados (Bigo, 2002). *“The ‘migrant’ is seen as both a public enemy breaking the law and a private enemy mocking the will of the politician”* (Bigo, 2002, p.70).

O populismo nacionalista e xenófobo está ocupando novamente as agendas em muitos dos Estados da Europa central e se expandindo em direção da Europa do Norte. *“Olhando a UE no seu conjunto, vemos questões comuns como as desigualdades sociais e as políticas de austeridade, de um lado e a imigração e a integração das minorias, do outro”*, afirmou Thomas Christensen, professor de Ciência Política da Universidade de Maastrich, na Holanda. A complexidade e a seriedade da questão da imigração, especialmente, frente ao atual contexto crítico, exige que se ponha em prática diferentes ações, também, uma gestão política integrada entre os países do bloco, e, não se pode esquecer, do emprego de muito dinheiro, para que o problema possa vislumbrar uma solução viável. Yves Pascouau, diretor de políticas de imigração do Centro Europeu de Políticas Públicas, em Bruxelas, ainda assim, considera que a União Europeia, no que concernem os fatores econômicos, teria capacidade suficiente para assimilar os imigrantes e refugiados. Ainda segundo ele, a verdadeira dificuldade se encontra no custo político que isto poderia representar aos governos nacionais. Para Pascouau:

Nem todas as pessoas contrárias à imigração são xenófobas e racistas, mas elas apenas não confiam mais nos partidos convencionais e por isso votam

em plataformas de extrema-direita, mais nacionalistas. Os partidos de extrema-direita estão capitalizando essa frustração e hoje fazem parte do jogo político em muitos países. Isso tem um efeito forte na agenda política e está ficando cada vez mais difícil discutir o problema [da imigração] em alguns países e mesmo em nível continental. Em outras palavras, o problema se tornou tóxico para o discurso e as ações políticas¹⁷⁵.

Com eleições, nos países que funcionam como alicerce para a manutenção do bloco europeu, França e Alemanha, e, também, possivelmente na terceira maior economia da zona do euro, Itália, além do avanço no processo de Brexit, 2017 pode ser certamente visto como um ano de incontestável importância para a Europa. Assim, se inicia um ano no qual a escolha entre seguir o caminho do nacionalismo guiado pelo populismo de direita, ou resistir a esta tentação e enfrentar os muitos problemas que nos últimos anos se impuseram ao bloco, pode reorganizar o futuro da União Europeia. Em um momento de recuperação econômica ainda oscilante, muito abalada pelo desemprego, o que alimenta frustrações entre as populações locais, muitos europeus se mostram insatisfeitos com os políticos mais tradicionais e com as diretrizes coordenadas pela tecnocracia de Bruxelas. Unindo-se a situação, que já não se encontrava tão promissora, está a forte pressão migratória, exercida pelas centenas de milhares de refugiados e imigrantes que chegaram ao continente, a maior massa de pessoas de sua história.

A configuração política da União Europeia remodelou-se profundamente no último ano, o premiê britânico David Cameron renunciou ao cargo, sendo seguido por seu colega italiano, Matteo Renzi, tempos depois, foi a vez do presidente francês, François Hollande, anunciar que não candidataria à reeleição. Ademais de tudo isto, o Reino Unido, em referendo, contrariando todas as expectativas, decidiu pela saída do bloco europeu. Diante de tal cenário, não há como negar que o ano de 2016 foi definitivamente um ano de muitas mudanças para a Europa. E 2017 promete ser um divisor de águas para o futuro da União. Do bloco formado, até o momento, ainda por 28 países, os dois mais fortes e poderosos, não só em termos populacionais, como também, econômica e politicamente, França e Alemanha, irão às urnas para eleições gerais em abril e setembro deste ano, respectivamente. Da mesma forma, a Holanda e República Tcheca, terão igualmente eleições em 2017. Na Itália a questão ainda é incerta, o futuro político do país após a renúncia de Renzi, que foi derrotado em

¹⁷⁵ Disponível em :< <http://veja.abril.com.br/mundo/o-desafio-da-imigracao-na-europa-problema-enorme-para-solucoes-pequenas/>>.

referendo que previa a reforma constitucional, se encontra na dependência da formação de um novo governo, caso isto não ocorra, deverão ser realizadas eleições antecipadas em 2017.

Visto que 2016 já foi um ano penoso à manutenção do *establishment* político da União Europeia, 2017 se anuncia como crucial para o futuro da integração regional europeia. Concomitantemente, partidos de retórica anti-europeia disputarão as eleições em Estados de suma importância estratégica para o projeto europeu, como as já citadas, Alemanha, Holanda e França, e o que é mais importante, com chances reais de obterem importantes vitórias parlamentares. Lideranças populistas e nacionalistas, cujo discurso, antes não era tão levado à sério pelos políticos mais tradicionais, hoje parecem se estabelecer como “representantes” de uma parcela da população, que cada vez mais, se mostra insatisfeita, que concerne, principalmente, os segmentos sociais mais sensibilizados pelas mazelas da crise econômica de 2008 e pelos rastros deixados pelo processo de globalização, e que atualmente temem os efeitos sociais da crise de refugiados. Assim, partidos mais radicais, como o italiano, Movimento 5 Estrelas, de Beppe Grillo, o partido da alemã Frauke Petry, Alternativa para a Alemanha, e é claro, o francês Frente Nacional, da líder de direita, Marine Le Pen, assistiram suas popularidades passarem por uma verdadeira guinada nos últimos anos.

É então neste cenário de crescimento do movimento populista e antissistema e aumento da descrença no que concerne à burocracia de Bruxelas, que países importantes para a manutenção da União, verão seus eleitores irem às urnas escolher seus próximos líderes. Para muitos especialistas, o bloco europeu, nunca esteve sob uma ameaça tão clara de colapso. Até mesmo o presidente da comissão europeia, Jean-Claude Juncker, assumiu, o que muitos poucos se atrevem a fazer, seja em Berlim, ou Paris, nem mesmo em Roma, que o momento da União Europeia é de declínio, mas defendeu firmemente a integração. “*Pela primeira vez na história europeia do pós-guerra, nem todos os países-membros estão aplicando as leis*”, teve que admitir Juncker, ao recordar a rejeição de países do bloco, como a Hungria, em cumprir o sistema de quotas de imigrantes e refugiados, elaborada em 2015, porém nunca posta em prática.

As alegações que soam contra a integração europeia se amparam em um discurso de retórica nacionalista, se opondo à moeda única e à livre circulação entre os países do bloco. Sob a forma de diferentes propostas, anti-imigração, antiglobalização, e é claro anti-europeias, o que se constitui são ideais inevitavelmente direcionados ao

isolacionismo e à segmentação. Com plataformas que incluem não somente políticas práticas, como a recuperação dos postos de trabalho, da moradia e do *welfare state* de outrora, mas também, tesouros imateriais, seguindo uma ideologia chauvinista, de reestabelecer a honra e glória de um passado idealizado. Partidos mais radicais arregimentam cada vez mais seguidores, tirando vantagem da insatisfação coletiva das populações atingidas pelos problemas sociais gerados pela crise econômica de 2008, e temerosas diante do recebimento em massa de imigrantes e refugiados, que gerou uma verdadeira crise humanitária na Europa.

Assim, o que se pode dizer com certeza é que o ano de 2017 será decisivo. Dado que, ocorrerão eleições em Estados de importância incontestável para a estabilidade política e financeira do bloco, nas quais os partidos populistas, de discursos claramente anti-europeu possuem possibilidades reais de avanço eleitoral, e a própria União Europeia está sob a ameaça de se tornar uma vítima fatal deste novo cenário. Os estímulos do fim da guerra que construíram a Comunidade Europeia, já não mais assustam, a paz parece estar completamente estruturada e o retorno do nacionalismo é uma realidade. Unido a isto está a tendência relativamente bem comum entre os movimentos populistas de vincular problemáticas internas, como o desemprego, a questões ligadas a gestão do bloco, como, por exemplo a questão das imigrações e das quotas de refugiados.

Portanto, a retórica dos candidatos frente aos desafios da imigração e da recepção de refugiados e requerentes de asilo, será fator de influência decisiva nas eleições deste ano de 2017. O que esperar do futuro? Certamente se espera uma resposta, ainda que pontual. Será realmente a dupla Franco-Alemã, ainda capaz de seguir como colunas, mantendo de pé o projeto europeu, mesmo diante da crise humanitária que se instaura no bloco? E sobre o futuro dos refugiados, estará a União Europeia habilitada a agir em comunidade, mesmo diante do avanço nacionalista? Neste sentido, provavelmente, só o futuro, poderá trazer as respostas cruciais para o destino da Europa enquanto unidade comunitária.

CONCLUSÃO.

Esta dissertação foi estabelecida com o objetivo de pesquisar acerca da formação da conjuntura de crise humanitária estabelecida no interior da União Europeia, perante a recepção em massa de refugiados, principalmente de origem islâmica, advindos substancialmente da guerra civil na Síria. Tendo como fio condutor a análise das capacidades de ação comunitária do bloco europeu, diante da crise que se instaurara, e da sua conseqüente necessidade de resolução. Utilizando primordialmente, o arcabouço teórico sobre segurança constituído pelas escolas de Copenhague e Paris, realizando uma observação a partir do levantamento de textos de importância inegável para a compreensão dos arquétipos teóricos estabelecidos pelas respectivas escolas.

Juntamente a metodologia escolhida para tal trabalho, foi realizada uma pesquisa jornalística essencial, visando uma compreensão mais ampla do contexto. Por outro lado, quando nos propomos a estudar um determinado objeto, é necessário entender sua construção prévia, tanto quanto seu desenrolar, para tanto, foi estruturada, igualmente uma pesquisa histórica da relação entre o Ocidente e o Oriente Médio, representados aqui pelos dois lados principais do trabalho, compostos nomeadamente pela União Europeia, e a Síria, cujo conflito interno deflagrou a crise de refugiados no velho continente.

Através da análise realizada no conjunto da documentação estabelecida, questões fundamentais foram trazidas à luz. A trajetória percorrida por este trabalho, portanto, permitiu vislumbrar os problemas de realização conjunta, trazidos à tona, ainda que já existentes, de fato, nunca antes tão claros, no ceio do bloco europeu, além do fomento a uma tendência igualmente pré-existente, de securitização da imigração, ademais, do evidente desenvolvimento dos partidos da direita radical, de oposição ao projeto europeu, e discurso anti-imigração, colhendo os frutos da crise. Tendo sido, o dado estudo, realizado em quatro capítulos, que juntos buscam esclarecer importantes questões acerca da configuração da conjuntura de crise humanitária instaurada na União Europeia.

No primeiro capítulo, há a realização de uma pesquisa histórica, que se inicia, do ponto de vista cronológico, das cruzadas, passando pelo imperialismo europeu, guerras mundiais e guerra fria, não esquecendo uma breve análise sobre os costumes da religião e cultura islâmicas. Assim, o capítulo se desenvolve, com uma análise acerca das formas

com que as ações do Ocidente para o Oriente Médio, passando rapidamente pelos tempos mais antigos, mas, principalmente durante a segunda metade do século XIX e por grande parte do século XX, acabaram influenciando no desenvolvimento dos regimes políticos locais. Afinal a experiência colonial, de muitos dos Estados muçulmanos, como pôde ser observado, está ligada diretamente aos rumos que as sociedades da região tomaram, pois, as grandes potências, cada uma na sua época, agiram paralelamente, na construção de regimes ditatoriais, enquanto serviam de coadjuvantes no içar de entraves à estruturação e sustentação democrática.

Para além do desenvolvimento sócio-político moderno, a ação das grandes potências, também, teve influência, seja direta ou indiretamente, na formação do modelo de terrorismo fundamentalista islâmico. A grande ameaça terrorista, hoje, é grupo *jihadista*, autoproclamado, Estado Islâmico, portanto, a história de formação do núcleo terrorista está presente no evoluir da narrativa. Antes do ISIS nenhum grupo extremista tinha logrado tal êxito no controle de um território tão amplo, certamente que o conflito sírio é, em parte, grande responsável pelo avanço territorial do Estado Islâmico. E mesmo que aos poucos venham sofrendo derrotas importantes, suas conquistas são ímpares e isto não pode ser irrelevante. Não se pode questionar, o quanto as grandes vitórias militares atuam na persuasão do grupo extremista sobre uma população frustrada, mas o incremento da popularidade e da atração exercida pelo ISIS está ligado, igualmente, as décadas de regimes implacáveis de líderes árabes respaldados pelo Ocidente.

Prossigo analisando a construção do moderno Estado da Síria, especialmente ao que se refere aos regimes Assad, de Hafez al-Assad e seu filho e sucessor Bashar al-Assad, e o desenrolar da guerra civil no país. A história da Síria está intimamente ligada ao desenvolvimento de grandes civilizações da antiguidade e, da mesma forma, de poderosas potências modernas. A sociedade síria ao longo das centenas de anos de sua formação se tornou o que é hoje, uma população singularmente marcada pela existência de expressivas minorias étnicas e religiosas. No decorrer da guerra civil síria, a cisão entre a minoria alauita, no poder há décadas, e a maioria sunita, abriu cicatrizes, que estimularam muitos atos de violência, partindo de ambos os lados, juntamente com a presença agressiva de grupos *jihadistas*, como o Estado Islâmico, o quadro no país se tornou insustentável. As consequências da Primavera Árabe na Síria, foram violentas, e diante da apatia internacional, o movimento de reforma virou uma guerra civil

sanguinária. O governo Assad até agora, mesmo já passados seis anos de conflito, não demonstra interesse na reconciliação, por conseguinte, não se pode observar a possibilidade de que meios para o retorno dos nacionais sejam construídos.

No segundo capítulo, pôde se observar um estudo de dados acerca da crise e do perfil dos refugiados, principalmente daqueles advindos do conflito sírio, além de uma pesquisa sobre a legislação, em especial, no que consta ao Sistema Europeu Comum de Asilo. Concluindo a análise com uma observação sobre o avanço do apoio popular à direita radical. A Agência das Nações Unidas para Refugiados, realizou uma pesquisa, durante o primeiro mês do ano de 2016, intencionando caracterizar os refugiados sírios que aportam, principalmente nas costas europeias do Mediterrâneo, em busca de realizar um estudo similar, tal pesquisa foi utilizada como auxiliar na construção do perfil dos refugiados, no centro dos discursos sobre a crise humanitária na Europa, constituído neste capítulo. A situação dos refugiados ainda é muito preocupante. As fontes não secaram, e existe claramente a urgente necessidade de que se responda a crise, mas, igualmente que se cessem as causas dos deslocamentos.

Enquanto isso não ocorre, não se pode esquecer que o asilo é um direito fundamental, internacionalmente estabelecido pela Convenção de Genebra de 1951, referente ao direito dos refugiados. Na União Europeia com a estabilização do SECA, foram adotadas normas comuns em matéria de asilo, com visas, a aprofundar a cooperação. Porém, existem questões ainda mais delicadas, ligadas principalmente às regras do espaço Schengen fixadas a partir do Acordo Schengen de 1985. O espaço Schengen delimita o território no qual a livre circulação é garantida. O espaço Schengen hoje sobrevive por um fio desde a deflagração da crise dos refugiados, e dos últimos atentados terroristas nos países do bloco europeu. Ademais do medo da ameaça terrorista, a onda de imigração, vêm fazendo com que muitos dos Estados-Membros desejem reavaliar a segurança de suas fronteiras, além de rever as políticas de asilo vigentes.

Neste sentido, o capítulo prossegue, em uma análise da extrema-direita populista, anti-europa e anti-imigração, que após as sequentes crises, econômica e humanitária, vê seu apoio crescer, como resultado da insatisfação de populações descontentes, com seus governos e com Bruxelas. Para além do fortalecimento dos partidos da direita radical, se deve refletir sobre que tipo de mundo a ascensão destes pode gerar. Pois, em defesa de uma soberania idealizada, da “segurança” do Estado-

nação e da “sociedade tradicional”, pode-se estar privando as populações de importantes liberdades, liberdade de pensamento, de movimento, repetindo as mesmas injustiças sociais e levando a sociedade para o abismo da desigualdade. Diante, das sequentes ações terroristas o quadro enrijece mais e mais a cada dia. Ainda que seja de direito e dever dos governos realizar ações para manutenção da segurança de seus cidadãos, como for necessário contra a ameaça do terrorismo, transferir para os refugiados, em condições de extrema vulnerabilidade, a responsabilidade, definitivamente não é o melhor caminho, afinal, não se pode esquecer que eles fogem da mesma violência, e mais, que são os primeiros a serem atingidos.

No capítulo 3, para tratar das questões relacionadas à segurança, este capítulo foi dedicado quase que exclusivamente a construção do alicerce teórico. Em primeiro lugar, realiza-se uma análise sobre as práticas comunitária em matéria de segurança na União Europeia. Progredindo na narrativa, com um estudo sobre os conceitos de Securitização da Imigração e Segurança Societal, utilizando duas escolas teóricas principais, de Copenhague e Paris. Os movimentos migratórios, cada vez mais, deixam claro o quão estreitas estão as fronteiras, mais e mais permeáveis, especialmente se analisar o bloco europeu. Refletindo na necessidade de novas perspectivas ligadas à segurança. Assim, perante a recente crise, a relação entre migrações internacionais e segurança, interna ou comunitária, vem operando importante espaço na vida social e política dos Estados europeus. Desta forma, tal cenário configura uma organização política e social que é capaz de entender a relação entre migrações internacionais, e a segurança tanto internacional, quanto nacional.

A recepção de refugiados e imigrantes realizada por um Estado tem consequências sociais, econômicas e políticas que perduram por muito tempo, ainda que o desenvolvimento da globalização e da interdependência internacional, tenham modificado o cenário político-institucional mundial, levando a uma permeabilidade, cada vez maior, das fronteiras nacionais e, conseqüentemente, aos poucos desatando os nós que ligavam o território a identidade nacional. Atividades como o terrorismo e a criminalidade organizada não conhecem fronteiras, logo, não estão confinadas a União Europeia, nem a seus países vizinhos. Por isso, a segurança interna do bloco europeu e a segurança internacional estão intimamente ligadas e são interdependentes. Assim, neste capítulo é realizada uma breve pesquisa também sobre o conjunto de instrumentos

estruturados pela União para ajudar as autoridades policiais e jurídicas de seus Estados-Membros na luta contra a criminalidade e o terrorismo.

Assim, no desenrolar do capítulo um estudo que tem como ponto central a análise do conceito de securitização da imigração se desenvolve. Portanto a apresentação de um modelo novo de análise para as questões ligadas a segurança, no que constam às relações internacionais, pautado sobre outros setores, derrubando as barreiras das perspectivas tradicionalistas, meramente política e militar, incluindo os âmbitos econômico, ambiental e societal é apresentado, utilizando primordialmente a importante obra “*Security: A New Framework for Analysis*”, Buzan *et al* (1998). Com o auxílio conjunto de outro grande autor, Didier Bigo, se permite entender como as crescentes vulnerabilidades ampliaram a concepção de ameaça e, conseqüentemente a sensação de insegurança, convertendo a segurança em um imperativo. A narrativa prossegue realizando uma apreciação do discurso do “*leave*” no decorrer da campanha do Brexit em paralelo ao estudo acerca do conceito de Segurança Societal. Analisando, conseqüentemente, diante das incertezas que se apresentam até agora frente a expectativa de saída do Reino Unido do bloco europeu, a possibilidade de demandas por referendos similares em outros Estados-Membros. Finalizando com a conclusão de que a mera securitização da imigração está longe de ser a solução para a segurança da União Europeia.

No último capítulo retorno a questões importantes ao longo do estudo. Lembrando que se o auge da crise, em números de chegadas de refugiados, foi em 2015, por outro lado, as mortes em 2016 atingiram números alarmantes. Entretanto, no momento em que se encontra o bloco europeu, de certo mesmo só a desunião que os abate. A legislação atual coloca muita pressão sobre os Estados na linha de frente das rotas de imigração, e mesmo que estes funcionem apenas como portões para Europa, e não necessariamente como o foco da imigração, muitos Estados se recusam a dividir a pressão migratória, recebendo refugiados. E ainda, passados mais de dezessete anos da implementação do Sistema Europeu Comum de Asilo, não se pode afirmar que exista de fato uma unidade coesa nas ações referentes à recepção de refugiados e solicitantes de asilo na União Europeia. A crescente onda populista, neste sentido, não ajuda em nada na evolução do quadro. Assim, a sustentação de um processo de securitização da imigração, pode representar a construção de uma Europa fortificada, na qual fronteiras

militarizadas por políticas de caráter xenófobo entrincheiram o bloco para manter fora a “ameaça” da imigração.

Esta dissertação foi realizada por meio de uma ampla pesquisa, isto posto, ambos os capítulos tiveram sua parcela de trabalho e dificuldades. Enquanto que no primeiro capítulo, de pesquisa histórica, as dificuldades se impuseram logo no início diante da escolha dos autores. Minha intenção inicial era utilizar apenas visões não ocidentalizadas, no entanto, no decorrer do estudo me vi frente a necessidade de estabelecer um diálogo aberto entre os dois lados do debate e isto foi realizado, mas as barreiras também estiveram presentes na pesquisa sobre o conflito sírio e o grupo terrorista Estado Islâmico, a escassa literatura demandou uma atenção meticulosa dedicada aos noticiários. Para que se pudesse entender o caminho que levou a crise humanitária.

No segundo capítulo, uma vasta pesquisa aos principais noticiários e meios de comunicação internacionais foi realizada, com visos, a compreender o quadro crítico estabelecido. Não se pode, entretanto, esquecer os obstáculos ligados a extrema mutação dos dados, que por enquadrarem um cenário em movimento, se mantinham, igualmente, variantes. Já o terceiro capítulo de pesquisa teórica, inicia-se com um estudo acerca da dinâmica de segurança europeia, buscando compreender sobre a ótica, da securitização da imigração por parte de “gestores da (in)segurança”, os entraves à integração dos refugiados e imigrantes nas sociedades locais, e, igualmente, sobre a ótica da segurança societal, esclarecer a recusa de alguns Estados na recepção de refugiados e imigrantes, exemplarmente cito a campanha do Brexit. Utilizando o último capítulo, para analisar os dados apresentados e retornar a questões importantes.

Portanto, este trabalho é importante para auxiliar na demonstração de que o quadro crítico não se estruturou de uma hora para outra e nem é necessariamente responsabilidade exclusiva do conflito na Síria. As quantidades de imigrantes e refugiados ainda que grandiosas não são as únicas responsáveis pela crise humanitária, do outro lado, está a desunião europeia, o medo da ameaça terrorista, e a ascensão de discursos populistas e islamofóbicos, que enredam populações frustradas com seus governos e com a própria União Europeia, repletas de cicatrizes deixadas pela crise financeira, que voltaram a se abrir diante da crise de refugiados. Assim, quando se permite ampliar o escopo de observação, o que se encontra são questões muito mais arraigadas do que se poderia visualizar em um estudo meramente superficial, o

problema dos refugiados está em uma camada muito mais profunda, especialmente ao referir-se àqueles originários do Oriente Médio, e ainda mais se observa-se a origem islâmica, podendo concluir que centenas de anos de relações conflituosas e muitas dificuldades internas ajudaram a construir o cenário para a maior crise humanitária pela qual a União Europeia já passou.

Assim, este dado trabalho tem aplicabilidade ao atual cenário europeu de imigrações, visando demonstrar a necessidade de ações comunitárias a serem tomadas pelos Estados-Membros da União, no sentido de fomentar a construção de meios capazes de promover a resolução da crise humanitária que se instaurou no continente, de modo a suscitar a absorção e integração dos muitos refugiados que chegaram e ainda chegam às fronteiras europeias. Demonstrando motivação social e teórica em compreender a estrutura de exceção emergente no cenário mundial. Abraçando assim, este tema contemporâneo e imediato, logo, de escassa produção acadêmica e intelectual, comprovando, desse modo, relevância e diferencial na pesquisa realizada. Contribuindo para a compreensão do quadro crítico como um todo, exibindo temas pouco abordados, no entanto, imprescindíveis, para que a análise abarque um estudo que vai além das massas de refugiados, desce a ponta do iceberg e observa a amplidão de questões que cercam a crise humanitária pungente.

Questões políticas e sociais, de um lado ao outro do continente, que sim envolvem o conflito sírio atual e a chegada em massa de refugiados e imigrantes, mas também, a frustração e descontentamento para com a governança de Bruxelas, o avanço do populismo de direita, o pânico causado pelos ataques terroristas, as feridas de uma história de relações instáveis com o Oriente Médio, de invasões e conflitos, enfim, uma complexidade que deve ser estudada. Só assim o leitor poderá entender como um conflito em um país terceiro e que não tem, aparentemente, nenhuma ligação direta com o bloco europeu, pôde acarretar em uma crise de tão largas escalas no interior da União Europeia. Desta forma, este trabalho pretendeu, ao longo da narrativa, ampliar as discussões sobre a crise dos refugiados, trazendo para o centro questões que podem até parecer periféricas, mas que claramente influenciaram e influenciam em muito no desenrolar da conjuntura crítica.

GLOSSÁRIO

ACNUR/UNHCR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; destina-se a dirigir e coordenar as ações internacionais para proteção e ajuda as pessoas deslocadas em todo o mundo e buscar soluções duradouras.

BREXIT: As abreviações das palavras em inglês Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída) unidas; termo usado para se referir a saída do Reino Unido da União Europeia.

CE: Sigla de Comunidade Europeia.

CEDH: Sigla de Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

CEE: Comunidade Econômica Europeia; uma organização internacional criada por um dos dois Tratados de Roma de 1957, tendo por finalidade o estabelecimento um mercado comum europeu.

DAESH: Al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa'al Sham; nome também utilizado para designar o grupo terrorista Estado Islâmico.

EI: Estado Islâmico; organização terrorista *jihadista* fundamentalista islâmica de orientação salafista.

EUROBARÓMETRO: Série de pesquisas de opinião pública realizadas regularmente em nome da Comissão Europeia desde 1973. As pesquisas abordam uma grande variedade de questões relacionadas a União Europeia em todos os Estados-Membros.

EURODAC: Sistema de comparação das impressões digitais; estabelece uma base de dados de impressões digitais de requerentes de asilo na União Europeia.

EUROJUST: Unidade de Cooperação Judiciária da União Europeia; está encarregada de reforçar a luta contra a criminalidade transfronteiriça grave através de uma ampla cooperação judiciária entre os Estados-Membros.

EUROPOL: Serviço Europeu de Polícia; responsável pela garantia de cumprimento da legislação da UE. Contribui para a manutenção da segurança na Europa integrada, auxiliando as autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei nos Estados-Membros.

EUROSTAT: Serviço estatístico da União Europeia; destina-se a gerar estatísticas de alta qualidade para a Europa.

FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; cria e compartilha informações críticas sobre alimentos, agricultura e recursos naturais.

FRONTEX: Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (a agência Frontex, teve suas competências ampliadas, passando a denominar-se Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (GEFC)); auxilia os Estados da União e os Estados Schengen no controle de suas fronteiras externas, colaborando para a harmonização dos controles fronteiriços da UE.

FSI: Fundo para Segurança Interna; o programa destina-se financiar medidas nacionais e respaldar a cooperação entre os Estados-Membros.

ISIS/ ISIL: Sigla de Islamic State in Iraq and Syria (Estado Islâmico do Iraque e da Síria); Islamic State in Iraq and the Levant (Estado Islâmico do Iraque e do Levante).

OIM: Organização Internacional de Migração; principal organização intergovernamental em matéria de migração, trabalha para ajudar a assegurar uma gestão ordenada e humana da migração.

ONU: Organização das Nações Unidas; organização intergovernamental criada para favorecer a cooperação internacional, possui hoje 193 Países-membros.

OPAQ: Organização para a Proibição de Armas Químicas; destina-se a zelar pelo cumprimento da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção, do Armazenamento e do Emprego de Armas Químicas e sobre sua Destruição.

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte, (NATO, em Inglês); organização instituída em 1949, pelo Tratado de Washington, cujo objetivo central é salvaguardar a liberdade e a segurança dos seus 28 membros através de meios políticos e militares.

RABIT: Equipes de intervenção rápida nas fronteiras; prestação de assistência operacional rápida, por um período de tempo limitado, requerida um Estado Schengen, confrontado com uma situação de pressão urgente e excepcional.

SECA: Sistema Europeu Comum de Asilo; sistema estabelecido com o objetivo de harmonizar os quadros jurídicos dos Estados-Membros em matéria de asilo.

SIS: Sistema de Informação Schengen; sistema de informação que auxilia o controle das fronteiras externas e a cooperação no domínio da execução da lei nos Estados Schengen.

TEDH: Sigla de Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

TFUE: Sigla de Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

TJUE: Sigla de Tribunal de Justiça da União Europeia.

UE: União Europeia; união econômica e política de características singulares, constituída por 28 Estados, abrangendo um extenso território no continente europeu.

REFERÊNICAL BIBLIOGRÁFICO.

LIVROS E ARTIGOS:

ADAMSON, Fiona B. Crossing Borders: International Migration and National Security. *International Security* vol.31 n°1, pp.165-199, 2006.

ANDERSON, M.; APAP, J. Changing conceptions of security and their implications for EU Justice and Home Affairs Cooperation. CEPS Policy Brief n°26, 2002.

BHUTTO, Benazir. *Reconciliação: Islamismo, Democracia e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Agir Editora Ltda., 2008.

BIGO, Didier. Detention of foreigners, State of exception and the social practices of control of the Banopticon. In: RAJARAM, P. K.; GRUNDY-WARR, C. (Eds.). *Borderscapes: hidden geographies and politics at territory's edge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

BIGO, Didier. "Globalized (In)Security: The field and the Ban-Opticon". in D Bigo & A Tsoukala (eds), *Terror, Insecurity and Liberty. Illiberal practices of liberal regimes after*. Routledge, Abingdon, vol.9 n°11, 2006.

BIGO, Didier. Immigration Controls and Free Movement in Europe. *International Review of The Red Cross*, vol. 91, n°. 875, Genebra, set. 2005.

BIGO, Didier. "Sécurité et immigration", *Cultures & Conflits* [Online], Primavera-Verão de 1998, publicado [online] 16 de março de 2006, consultado em 2 de agosto de 2016. Disponível em: < <http://conflits.revues.org/537>>.

BIGO, Didier. Security and Immigration: toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives*, n°. 27, pp. 63-92, 2002.

BIGO, Didier. Security, Exception, Ban and Surveillance. *Theorizing Surveillance: The Panopticon and Beyond*. Devan: Willan Publishing, 2006(a).

BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J. *Security: a new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

COCKBURN, Patrick. A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

DEL VALLE, Alexandre. Guerras contra a Europa. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DÍAZ, Naomí Ramírez. Siria: Crónica de una represión anunciada. Revista CIDOB d'afers internacionals, n.º 96, pp. 171-189, 2011.

ELIAS, Luís A. A Externalização da Segurança Interna: as dimensões global, europeia e lusófona. Relações Internacionais pp. 09-29, Dez 2013.

FOUCAUL, Michel. Segurança, Território, População. 1ª edição. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

HABERMAS, J.; DERRIDA, J. February 15, or What Binds Europeans Together: A plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe. Constellations vol.10, n.º.3, 2003.

HOURANI, Albert. Uma História dos povos árabes. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUYSMANS, Jef. The European Union and the Securitization of Migration. Journal of Common Market Studies, vol.38, n.º.5, pp. 751-777, Dez. 2000.

HUYSMANS, Jef. The Politics of Insecurity: Fear, migration and asylum in the EU. New York: Routledge, 2006.

JOFFÉ, George. A Primavera Árabe no Norte de África: Origens e perspectivas de futuro. Lisboa: Relações Internacionais, n.º30, pp. 85-116, jun. 2011.

JOFFÉ, George. The European Union, Democracy and Counter-Terrorism in the Maghreb. Journal of Common Market Studies, vol.46, n.º1, pp.147-171, 2008.

LEWIS, Bernard. A Crise do Islã: Guerra Santa e Terror Profano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LEWIS, Bernard. Os Árabes na História. Lisboa: Ed. Estampa, 1982.

NAPOLEONI, Loretta. *A Fênix Islamista: O Estado Islâmico e a Reconfiguração do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

NAVARRO, Pedro A. La Amenaza del “Brexit”. *Política Los Dossieres* n° 1160, pp. 20-26, junho de 2016.

ORTEGA, Manuel M. *A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios*. Universidade de Coimbra: Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, Mar. 2007.

PAIVA L.; FERNANDES M. Os vetos de China e Rússia no caso da Síria: interesses humanitários ou políticos? *Conjuntura Internacional*, n°3, 2012.

PERNI, Orietta. Migraciones y seguridad societal en el área mediterránea. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n°. 94, 2001.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAMPAIO et al. Síria: um Estado falido? *Fronteira*, vol. 11, n°. 21, pp. 6 - 22, 2016.

SMITH, Anthony D. *La Identidad Nacional*. Madrid: Trama editorial, 1997.

TOSTES, Ana Paula. Razões da intolerância na Europa integrada. *Dados* [online], vol.52, n°.2, pp.335-376, 2009.

VELASCO, Suzana. *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional*. Campina Grande: Eduepb, 2013.

WAEVER, Ole. European Security Identities. *Journal of Common Market Studies*, vol. 34, n°1, mar.1996.

WAEVER, Ole et al. *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. New York: St. Martin's Press, 1993.

WEINER, Myron. *Security, Stability, and International Migration*. Draft of a paper in preparation for publication. Massachusetts: Center for International Studies, 1990.

WEINER, Myron. Security, Stability, and International Migration. *International Security*, vol. 17, n.º. 3, pp.91-126, 1992.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Estado Islâmico: desvendando o exército do terror*. São Paulo: Seoman, 2015.

ZAHREDDINE, Danny. A crise na Síria (2011-2013): Uma análise Multifatorial. *Revista Conjuntura Austral*, Rio Grande do Sul, vol. 4, n.º. 20, Out/ Nov 2013.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2016. Rio de Janeiro: 2016.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951.

COMISSÃO DO EMPREGO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS. Relatório sobre os refugiados: inclusão social e integração no mercado de trabalho (2015/2321(INI)). Luxemburgo:10 de Junho de 2016.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 2003/109/CE, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração, de 25 de Novembro de 2003.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 2008/115/CE, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, de 16 de dezembro de 2008.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo. Bruxelas, 24 de setembro de 2008.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Roma, 4 de novembro de 1950.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n.º. 562/2006, que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen), de 15 de março de 2006.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n.º 863/2007, que estabelece um mecanismo para a criação de equipas de intervenção rápida nas fronteiras (Reformulação), de 11 de julho de 2007.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 1987/2006, relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II), de 20 de dezembro de 2006.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n.º 2007/2004, que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia, 26 de outubro de 2004.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 2725/2000, relativo à criação do sistema “Eurodac” de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva da Convenção de Dublin, de 11 de Dezembro de 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 2011/95/UE, que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou por apátridas para poderem beneficiar de proteção internacional, a um estatuto uniforme para refugiados ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida (reformulação), de 13 de dezembro de 2011.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 2013/32/UE, relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional (reformulação), de 26 de junho de 2013.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Diretiva 2013/33/UE, que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional (reformulação), de 26 de junho de 2013.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) n.º. 2011/1168, que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Reformulação), de 25 de outubro de 2011.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) N.º 2013/604, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (reformulação), de 26 de junho de 2013.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/399, que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen), de 9 de março de 2016.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento de Dublin. Regulamento (UE) n.º 603/2013, de 26 de junho de 2013.

PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento da Eurodac. Regulamento (UE) n.º 603/2013, de 26 de junho de 2013.

REPORT FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL. On the application of Title III (Internal Borders) of Regulation (EC) N.º 2006/562 establishing a Community Code on the rules governing the movement of persons across borders (Schengen Borders Code). Bruxelas, 2010.

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA. Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen. Luxemburgo, 2014.

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA. Manual de Legislação europeia sobre asilo, fronteira e imigração. Luxemburgo, 2015.

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA. Sistema Europeu Comum de Asilo. Luxemburgo, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Processos apensos C-188/10 e C-189/10, Aziz Melki e Selim Abdeli, de 22 de junho de 2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Processo C-278/12 PPU, A. Adil contra Minister voor Immigratie, Integratie en Asiel, de 19 de julho de 2012.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER for REFUGEES. Global Refugee Trends, 2005.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER for REFUGEES. Guerra civil en Siria. Boletín Refugiados. Nº1, 2016.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER for REFUGEES. Hungary as a country of asylum, in April 2012.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER for REFUGEES. Profiling of Syria arrivals on Greek Islands, in January 2016.

UNITED NATIONS. United Nations Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic. Report on the Alleged Use of Chemical Weapons in the Ghouta Area of Damascus, on 21 August 2013.

TEXTOS JORNALISTICOS:

AGENCE FRANCE-PRESSE. UE espera realocar 30.000 solicitantes de asilo antes do fim de 2017. IstoÉ [online], São Paulo, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://istoe.com.br/ue-quer-realocar-30-000-solicitantes-de-asilo-da-grecia-ate-fim-de-2017/>>.

ALKHATEEB, F. The Arab Revolt of World War One. Lost Islamic History [online], Londres, 4 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://lostislamichistory.com/the-arab-revolt-of-world-war-one>>.

ANDREU, J. Ultraconservadores nacionalistas vencem as eleições na Polônia. El País [online]. Madrid, 5 de outubro de 2015. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/25/internacional/1445764644_924199.html>.

BARRY, E. As esposas russas da Síria: Casamentos entre cidadãos ressalta laços dos dois países. O Globo [online], Nova York, 3 de julho de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/as-esposas-russas-da-siria-5376581>>

BBC. O que é o jihadismo? BBC Brasil [online], Londres, 14 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda>.

CALIXTO B. Por que alguns políticos passaram a chamar o Estado Islâmico de 'Daesh'. Época [online], São Paulo, 2 de dezembro de 2015. Disponível em:<<http://epoca.globo.com/t>

empo/noticia/2015/12/por-que-alguns-politicos-passaram-chamar-o-estado-islamico-de-daesh.html>.

CARRANCA, A. Pesadelo no Mediterrâneo: Lei mais dura na Europa, mais mortos no mar. Estadão [online]. São Paulo, 4 de setembro 2016. Disponível em:<<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,lei-mais-dura-na-europa-mais-mortos-no-mar,10000073927>>.

COMISSÃO EUROPEIA. A Comissão Europeia adota medidas para reforçar a cooperação da UE na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade. Estrasburgo, 28 de abril de 2015. Disponível em:<<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

COMISSÃO EUROPEIA. Agenda Europeia para a Segurança: Perguntas e respostas. Estrasburgo, 28 de abril de 2015. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

COMISSÃO EUROPEIA. Agenda Europeia para a Segurança Rumo a uma União de segurança. Bruxelas, 20 de abril de 2016. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/press-release>>.

COMISSÃO EUROPEIA. Eurobarometer Special Surveys. Comissão Europeia [online],4 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_en.htm>.

CONDE, M. et al. Bélgica chora 34 mortos e mais de 200 feridos em ataque do Estado Islâmico. Jornal de Notícias [online], Lisboa, 22 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.jn.pt/mundo/interior/dupla-explosao-no-aeroporto-de-buxelas-5089202.html>>.

CORRADINI, L. Operação de salvamento de imigrantes no Mediterrâneo é substituída por missão de controle das fronteiras. Roma, 4 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/operacao-de-salvamento-de-imigrantes-no-mediterraneo-substituida-por-missao-de-controle-das-fronteiras-14455820>>.

COSTA C.; BARRUCHO L.G. Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados. BBC Brasil [online], Londres, 9 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb>.

ÉPOCA NEGÓCIOS [online]. Os 10 países com as maiores reservas de petróleo. Época Negócios [online], São Paulo, 21 de julho de 2015. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/07/os-10-paises-com-maiores-reservas-de-petroleo.html>>

EURONEWS. Ataque de Nice: Noite de Terror em França (Cronologia). Euronews [online], 15 de julho de 2016. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2016/07/15/nice-varias-vitimas-no-ataque-de-um-camiao-contr-a-multidao-que-comemorava-a>>.

EXPANSIÓN. Siria: Economía y demografía. Datosmacro [online], Madrid, 2016. Disponível em: <<http://www.datosmacro.com/paises/siria>>.

FERNANDES D.; RESMINI G. Biopolítica. UFRGS [online], Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html>>.

KILLIG O. Alemanha recebe recorde de imigrantes e xenofobia cresce no leste do país. Rádio França Internacional, Paris, 18 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20150818-alemanha-recebe-recorde-de-imigrantes-e-xenofobia-cresce-no-leste>>.

LUSA. Espaço Schengen aboliu 26 fronteiras. Diário de Notícias [online], Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.dn.pt/globo/interior/espaco-schengen-aboliu-26-fronteiras-4367373.html>>.

MELANDER, I. Imigração faz União Europeia viver conflito Norte-Sul. Globo [online] apud Reuters, Tampere, 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA12815435602,00IMIGRACAO+FAZ+UNIAO+EUROPEIA+VIVER+CONFLITO+NORTESUL.html>>.

OCHSENWALD, W. Hijaz. Oxford Bibliographies [online], Londres, 24 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0085.xml>>

PHILIPP, P. 1924: Fim do califado na Turquia. Deutsche Welle [online], Berlin, março de 2017. Disponível em: <<http://dw.com/p/1wwb>>.

VIANA, J. Tribunal Europeu dita que migrantes não devem ser presos por entrarem ilegalmente na UE. Expresso [online]. Lisboa, 8 de junho de 2016. Disponível em:<

<http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-06-08-Tribunal-Europeu-dita-que-migrantes-nao-devem-ser-presos-por-entrarem-ilegalmente-na-UE>>.

VIÉGAS, P. Extrema-direita belga à procura de ganhos após os atentados. Diário de Notícias [online]. Lisboa, 3 de abril de 2016. Disponível em:<<http://www.dn.pt/mundo/interior/extrema-direita-belga-a-procura-de-ganhos-apos-os-atentados-5107012.html>>.

WALKER, A. What Is Boko Haram? United States Institute of Peace [online], Washington, 30 de maio de 2012. Disponível em:<<https://www.usip.org/publications/2012/05/what-boko-haram>>.

WIKE R.; STOKES B.; SIMMONS K. Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs. Pew Research Center, Washington, 11 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>>

WIKSTROM C. Syria: Uprising, revolution or civil war? Al Jazeera [online], Doha, 15 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/03/2013313145616102879.html>>.

SÍTIOS DA INTERNET:

ec.europa.eu/eurostat

frontex.europa.eu/

<https://ec.europa.eu>

<https://europa.eu/european-union/index>

<http://eur-lex.europa.eu>

<https://www.amnesty.org/en/>

<https://www.europol.europa.eu/>

<https://www.hrw.org/>

<https://www.icrc.org/>

<http://www.doctorswithoutborders.org/>

<http://www.eurojust.europa.eu>

<http://www.reuters.com/news>

<http://www.unhcr.org/>

<http://www.unmultimedia.org/>

www.acnur.org/t3/portugues/

www.usip.org/

NOTAS:

ⁱ Em referência a utilização no 1º capítulo de autores antagônicos, sendo eles, Bernard Lewis e Edward Said, o primeiro, respectivamente, utilizando-se de uma ótica Ocidental, “Orientalista” (Said, 2007), construindo um conhecimento, que certamente não é o esperado por Edward Said desejoso de um conhecimento, “[...] não autoritário, não coercitivo num cenário profundamente inscrito na política [...] e nas estratégias de poder” (Said, 2003), orientado pela visão da necessidade de um cultura falar por si, contar sua própria realidade histórica.

ⁱⁱ Apesar de a Revolução Francesa (1789-1799) ter tido em sua essência uma revolta popular pelos direitos básicos, como o direito à propriedade, a resistência e liberdade de expressão, para que se instituisse a liberdade e igualdade entre os cidadãos, buscando o fim do regime opressor e desigual do absolutismo francês. Em 1792 a Revolução se degradou em uma Era de Terror, com o massacre de centenas de pessoas engendrado pelos jacobinos, sob a liderança de Robespierre;

Desde 1904, uma grave crise abalava o Regime Czarista Russo, camponeses e operários das classes mais baixas enfrentavam fome e miséria. Em 1917, eclodiram vários movimentos das classes populares russas. Culminando na ocupação do governo pelos bolcheviques, naquele mesmo ano. Em princípio, a população apoiava as ações bolcheviques, assim, logo monopolizaram o governo, fecharam a Assembleia. Anos mais tarde, com a morte do líder revolucionário Vladimir Lênin, houve a ascensão de Josef Stalin, durante seu governo, porém, ocorreu a fase denominada de grande terror stalinista, que acarretou em perseguições, prisões e execuções de milhares de pessoas;

A Revolução na China iniciou-se por dois flancos de luta, dos camponeses por terras e do povo chinês, como um todo, pela independência nacional. Na época, os comunistas assumiram o controle do governo, de uma China devastada pelos muitos anos de batalha contra o domínio japonês, em uma longa Guerra Civil. Entretanto, partidário da violência, Mao Tsé Tung, líder chinês, com o apoio de outros líderes comunistas, não hesitava em matar indiscriminadamente populações camponesas e outros civis, por onde passavam, sob a acusação de “contrarrevolucionários”. InfoEscola [online]

ⁱⁱⁱ A Europa que hoje exerce grande atração para migrantes e refugiados de países da África, Ásia e Oriente Médio, foi por muitas décadas, aproximadamente, desde o século 18 até a década de 1960, o local de saída e não de chegada de milhões de migrantes. As migrações tiveram seu pico no período entre as duas guerras mundiais, segundo dados com certa conformidade entre diferentes historiadores, porém, calcula-se que entre 50 e 60 milhões de europeus tenham deixado seus Estados rumo a terras tão longínquas como Brasil, Estados Unidos, Sibéria e Austrália, entre 1815 e 1930. Durante os anos de 1933 até 1941, eram os alemães que fugiam em direção ao Oriente Médio. Conforme números do Museu do Holocausto dos EUA, aproximadamente 60 mil alemães de origem judaica, emigraram durante este momento histórico para a região da Palestina, para fugir da ameaça do nazismo, onde viriam a fundar o Estado de Israel. Alguns países que atualmente integram a União Europeia só cessaram as emigrações a partir da década de 1980, momento em que os Estados do Mediterrâneo começaram a atingir o mesmo padrão de vida dos outros países da União. Deutsche Welle [online]